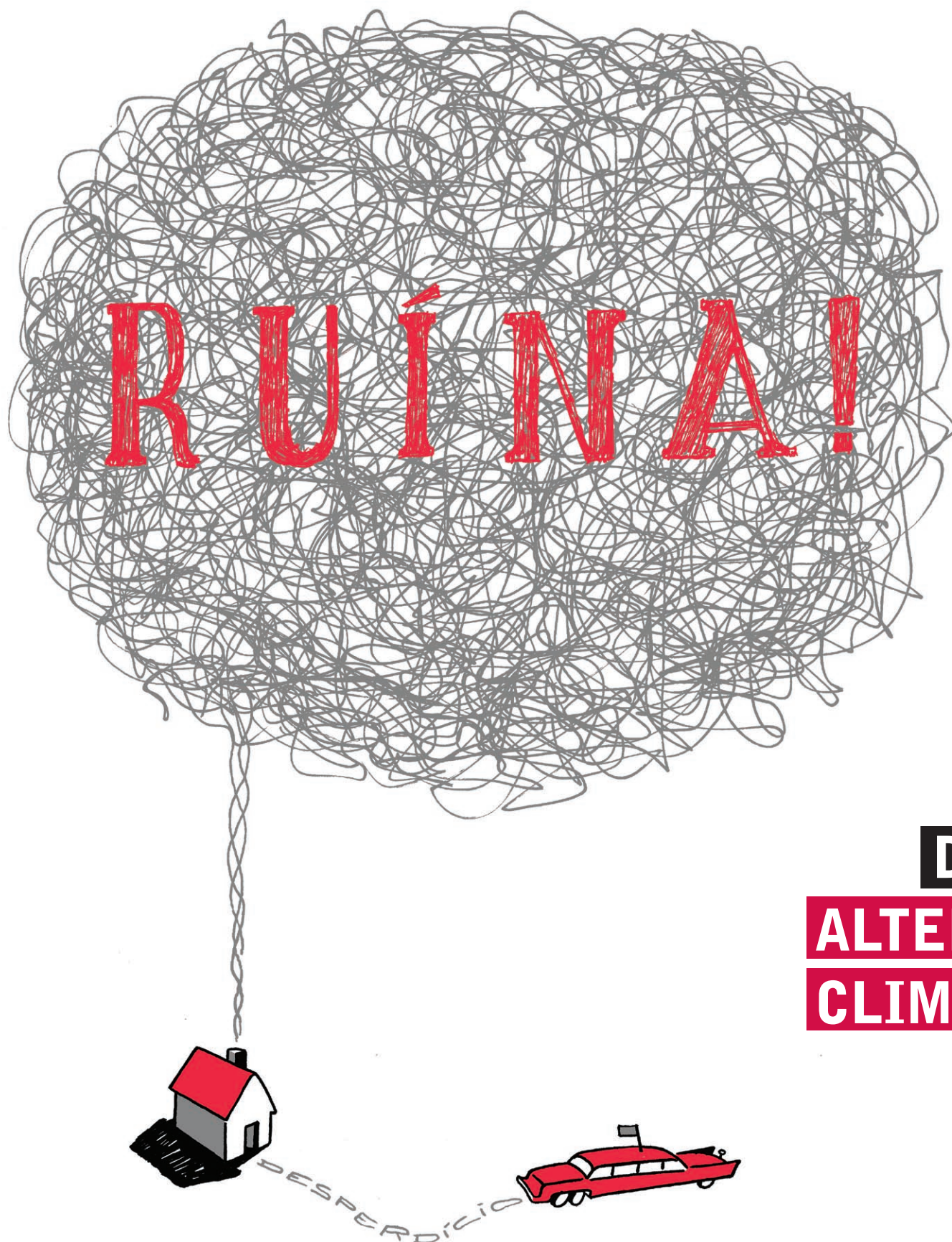


combate

[#288] [Verão 2007] [trimestral] [director: Luís Branco] [preço: 4 euros]



DOSSIER
ALTERAÇÕES
CLIMÁTICAS

Francisco Louçã >> Sectarismo, o fantasma que assombra a esquerda
Actualidade de Ernest Mandel >> Ecologia e burocracia nas organizações de massas
François Sabado >> A estratégia revolucionária está de volta ao debate



ILUSTRAÇÃO DA CAPA: JOSÉ FEITOR

nesta edição:

- 3**
SECTARISMO
UM FANTASMA QUE
AMEAÇA A ESQUERDA
FRANCISCO LOUÇÃ
- 10**
COMBATER O AQUECIMENTO GLOBAL
UM DESAFIO SOCIAL E POLÍTICO
ESSENCIAL
DANIEL TANURO
- 14**
DOSSIER ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
DEFESA DO CLIMA E ANTI-CAPITALISMO
DANIEL TANURO
- 22**
BIBLIOTECA MARXISTA
ERNEST MANDEL E O ECOSOCIALISMO
MICHAEL LÖWY
- 26**
BIBLIOTECA MARXISTA
ERNEST MANDEL E A BUROCRACIA
NICOLAS LATTEUR
- 29**
BIBLIOTECA MARXISTA
A ACTUALIDADE DE ERNEST MANDEL
GILBERT ACHCAR
- 32**
DEBATE
OS TOCQUEVILINHOS
PEDRO RODRIGUES
- 36**
DEBATE
ELEMENTOS DE ESTRATÉGIA
REVOLUCIONÁRIA
FRANÇOIS SABADO
- 48**
FRANÇA
A RESISTÍVEL ASCENSÃO DE SARKOZY
MANUEL DENIZ SILVA
- 53**
ESTADOS UNIDOS
DECADÊNCIA NEO-CON
JOÃO ROMÃO
- 56**
BRASIL
NOTA SOBRE O CONGRESSO DO PSOL
JORGE COSTA

RECORTA OU FOTOCOPIA ESTE FORMULÁRIO
(OU ESCRIVE NUMA FOLHA ESSES DADOS)
E ENVIA-OS JUNTO COM O CHEQUE OU VALE POSTAL
À ORDEM DE “COMBATE” PARA:
COMBATE, R. DA PALMA, 268, 1100-394 LISBOA

NOME: _____
MORADA: _____
CÓD. POSTAL/LOCAL: _____
TELEFONE/TELEMÓVEL: _____
EMAIL: _____

ASSINATURA ANUAL (4 EDIÇÕES): 25 EUROS (PORTUGAL)
40 EUROS (ASSINATURA DE APOIO) | 45 EUROS (UE)
50 US DÓLARES (RESTO DO MUNDO)
EDIÇÃO DIGITAL (VIA EMAIL): 10 EUROS | 10 US DÓLARES

DIRECÇÃO LUÍS BRANCO **EDIÇÃO** CARLOS CARUJO E JOÃO CARLOS
EDIÇÃO FOTOGRAFIA PAULETE MATOS
COLABORARAM NESTE NÚMERO ÂNGELO FERREIRA DE SOUSA, CARLOS CARUJO,
CATARINA CARNEIRO DE SOUSA, FRANCISCO LOUÇÃ, JOANNA LATKA, JOÃO ROMÃO,
JORGE COSTA, JOSÉ FEITOR, LUCAS BARBOSA, LUÍS HENRIQUES, MANUEL DENIZ
SILVA, PEDRO RODRIGUES.
IMPRESSÃO E ACABAMENTO RAÍNHO E NEVES - STA. MARIA DA FEIRA
PROPRIEDADE FRANCISCO LOUÇÃ **ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO** RUA DA PALMA, 268.
1100-394 LISBOA **TEL** 218864643 **FAX** 218882736 **E-CORREIO** REVISTA@COMBATE.INFO
PERIODICIDADE TRIMESTRAL **REGISTO INST. COMUNICAÇÃO SOCIAL** 107263 **ISSN** 0871-3596
OS ARTIGOS E ILUSTRAÇÕES ASSINADOS NÃO REFLECTEM NECESSARIAMENTE O PONTO DE VISTA DA COMBATE

WWW.COMBATE.INFO

COMBATE É UMA REVISTA TRIMESTRAL EDITADA
PELA APSR, CORRENTE DE MILITANTES DO BLOCO
DE ESQUERDA. COMBATE É UM CONTRIBUTO PARA
O DEBATE E A ACTUALIZAÇÃO DAS TRADIÇÕES
SOCIALISTA, LIBERTÁRIA E INTERNACIONALISTA
DA ESQUERDA PORTUGUESA.

SECTARISMO UM FANTASMA QUE AMEAÇA A ESQUERDA

FRANCISCO LOUÇÃ*

A ESQUERDA TEM SIDO DERROTADA. DESILUDA-SE QUEM, CONSTATANDO ESTA DERROTA, PROCURA PARA ELA UM ÁLIBI RESTRINGINDO ESSE RECUO À EUROPA E PRETENDENDO QUE, NA AMÉRICA LATINA OU NA ÁSIA, SE ERGUER NOVOS CONTINGENTES DE COMBATES ILUMINADORES.

A SITUAÇÃO NESSES CONTINENTES É PROVAVELMENTE PIOR DO QUE NA EUROPA, DADA A VIOLÊNCIA DA OFENSIVA E A FRAGILIDADE DAS CONDIÇÕES DA RESISTÊNCIA.

A ARGENTINA serve de exemplo: onde a tradição do movimento operário era mais enraizada, onde a esquerda revolucionária era mais organizada, onde a revolta popular deu origem a movimentos de auto-organização que determinaram o colapso de sucessivos presidentes, foi onde o recuo se instalou mais depressa. No Brasil, onde a possibilidade de mudar a relação de forças era mais óbvia, a capitulação do PT fez a esquerda recuar uma geração.

A esquerda tem sido derrotada pela globalização realmente existente. Pela estratificação do desemprego e pela precarização da estrutura do trabalho, pelo avanço do liberalismo, pela unipolaridade mundial do supra-imperialismo, pela consolidação das instituições que transformam a Europa num Estado fechado contra a democracia e os direitos sociais. Mas talvez impressione mais que essa derrota tem sido marcada pela falta de combate ideológico, pela falta de ambição para a redefinição de um programa socialista, pela falta de ideias e de debate sobre os caminhos de resposta e de contra-ofensiva. A esquerda está prostrada.

Constato-o com entusiasmo e sem nenhuma angústia. Sempre foi nestes momentos de viragem que se fizeram ideias novas. Só o aguilhão da crise pode reconstruir a esquerda. Só a vontade de refazer pode criar novas capacidades. Talvez esta obrigação de refazer seja a oportunidade de recomeçar de novo.

Ora, para refazer, é preciso começar pelo trabalho da memória, para aprender com novos olhares. Neste artigo, proponho aos leitores um desafio: repensar as políticas unitárias no quadro de uma estratégia socialista. E quero demonstrar que as políticas unitárias foram sempre decisivas para criar partidos de esquerda

Para Marx e Engels, não havia política que não incluísse a política unitária de construir um campo de representação e de organização: foi o que veio a ser o partido socialista ou social-democrata alemão, a que Engels dedicou os últimos anos da sua vida, já depois da morte de Marx

com influência de massas. O sectarismo é, em particular nos momentos de refundação, o pior dos inimigos, aquele que tem que ser combatido com mais persistência, o que deve ser derrotado para que vença a esquerda. Porque o sectarismo é a escolha voluntária da incapacidade para a acção.

DIVIDIR PARA CLARIFICAR?

O tema pode parecer o mais desajustado. Afinal, a minha tradição teórica e também outras aparentadas, as que partilho com tantos dos leitores e das leitoras, diriam que, nos momentos de crise decisiva, a clarificação se fez sempre pela divisão. Nos momentos históricos, nas grandes rupturas inaugurais, foi a bifurcação que permitiu avançar. E sem ela estaria tudo perdido.

Então não foi assim na formação dos primeiros partidos social-democratas e socialistas, separando-se das correntes possibilistas? Não foi assim quando a social-democracia alemã cedeu e apoiou a Guerra Mundial, desmentindo e traindo assim o seu programa de paz – e não foi a ruptura contra a social-democracia que formou o comunismo? Não foram as sucessivas rupturas com a liderança da URSS e, muito depois, da China, que formaram as correntes revolucionárias mesmo nos tempos aterradores do ascenso do fascismo e, depois, na segunda metade do século?

Todas essas três grandes rupturas foram necessárias. E foram elas que definiram a história do “século das revoluções”. A primeira criou os partidos socialistas de massas do final do século XIX. A segunda criou os partidos comunistas e deu corpo à revolução russa e à esperança revolucionária na Europa central. A terceira respondeu à destruição da revolução, à coexistência pacífica, à conformação ditatorial e socialmente destruidora dos regimes de Leste e da China.

Olhando para trás, pode mos perguntar se foram necessárias essas rupturas. Se elas não dividiram e enfraqueceram o movimento popular. A resposta mais clara é a seguinte: foram necessárias, porque eram a condição de definir uma política nova que era a resposta útil para a organização de milhões de trabalhadores. Por isso mesmo, e não é paradoxal, essas rupturas foram sempre processos de reconstrução dominados por políticas unitárias. E sem essa reconstrução as alternativas tinham morrido.

Para ser ainda mais categórico: essas rupturas só conduziram a resultados sociais importantes para a organização dos trabalhadores porque eram conduzidas por estratégias de unificação de novos campos sociais e políticos. Sem essa unificação, os momentos de clarificação teriam sido estéreis.

Vejam os casos que os militantes socialistas actuais conhecem pior, o da formação dos primeiros partidos socialistas. Sem cuidar das especificidades nacionais, que foram importantes e quantas vezes determinantes, o texto de Marx e Engels, o “Manifesto Comunista”, apresenta uma descrição muito viva das pugnas teóricas

em que se formou a social-democracia clássica. É útil reler esse texto. Os adversários fundamentais dos marxistas eram os socialistas burgueses – os bismarckianos, os socialistas utópicos, os socialistas de “cátedra”. Todas essas correntes tinham em comum o possibilismo, um reformismo que recusava a formação política da classe operária como movimento independente da burguesia, e revolucionário. E foi contra eles que se começou a formar um novo campo político, que veio a dar origem à social-democracia clássica. O movimento nascia ou morria em função da criação desse pólo de políticas e de vida social, contra a burguesia dominante, a classe em ascensão e que conduzia a política.

O processo de formação dessa nova corrente internacional socialista foi sempre dominado por políticas de unificação. Com resultados nem sempre desejados: por exemplo, a Associação Internacional de Trabalhadores é formada por uma coligação abrangente de marxistas e bakuninistas, uma corrente anarquista muito agressiva contra Marx – chegam mesmo a propor a sua expulsão do conselho da associação, alegando que o filósofo e escritor Marx não era operário. Essa diversidade interna teria consequências em Portugal, onde os primeiros socialistas, como Antero de Quental, são contactados tanto por anarquistas como por marxistas, tendo dificuldade em destrinçar as suas propostas e, na verdade, em definir o que devia ser um partido socialista.

O próprio texto de Marx e Engels é demasiadas vezes lido com pouca atenção. Os militantes que o estudem hoje, no entanto, não podem deixar de ficar surpreendidos por uma contradição entre o título, que na realidade é “Manifesto do Partido Comunista” – note-se o “Partido” – e a afirmação categórica de que os comunistas (os marxistas) não pretendem criar uma organização separada, mas antes fazer parte de um partido operário de massas em conjunto com as outras correntes socialistas. Marx concebia claramente as suas tarefas políticas como a definição de um novo programa a partir da crítica ao capitalismo, mas suportado numa organização unitária para criar o movimento político dos trabalhadores.

Para Marx e Engels, não havia política que não incluísse a política unitária de construir um campo de representação e de organização: foi o que veio a ser o partido socialista ou social-democrata alemão, a que Engels dedicou os últimos anos da sua vida, já depois da morte de Marx.

SEMPRE A POLÍTICA UNITÁRIA

Esses partidos fracassaram na geração seguinte. Apesar de Jean Jaurès, de Rosa Luxemburgo, de Karl Liebknecht, o grosso da social-democracia alemã, o coração do movimento socialista europeu, apoiou a entrada da Alemanha na primeira guerra mundial e destruiu-se desse modo. O socialismo era – e é – incompatível com o belicismo e com o imperialismo. E foram poucos os militantes e as militantes que rejeitaram o imperialismo, mas seriam eles e

elas quem refundariam o movimento operário.

Mas poderá esse fracasso ser usado, agora que sabemos como a história se desenvolveu, como um argumento contra a concepção do partido como movimento unificador dos trabalhadores, que promovia a sua organização sindical, que os representava nos parlamentos e nas autarquias, que lhes dava voz? Não pode. Esse partido representava tarefas e caminhos necessários. Era nesse partido que cabiam todas as forças da representação dos trabalhadores. O seu fracasso não era inevitável, não estava escrito no destino.

Mas a força social do belicismo foi mais forte do que a tradição popular contra a guerra. As grandes bifurcações da história, as guerras e as revoluções, são mesmo os momentos de redefinição das políticas, e foi neles que se fizeram as diferenças. São esses os momentos das refundações necessárias. O comunismo nasceu do fracasso histórico da social-democracia, assim como as correntes revolucionárias modernas nasceram depois em resposta ao fracasso histórico da URSS. As grandes definições separaram uns e uniram outros.

E foi o facto de unirem que garantiu a vitória de algumas das alternativas que surgiram das derrotas. Foi o que aconteceu com o meu segundo exemplo: o da criação dos partidos comunistas em resposta à traição da social-democracia.

O Partido Comunista alemão foi proclamado, a partir do punhado de militantes da Liga Spartaquista que se tinha oposto à guerra, apesar da oposição da sua dirigente mais destacada, Rosa Luxemburgo, que acreditava que ainda não havia as condições suficientes, precisamente porque o novo partido era ainda pouco representativo. Ora, a ruptura com a social-democracia já se tinha dado uns anos antes, mas entendia Rosa que a necessidade programática não substituíra a força social. Era preciso muito mais, juntar muito mais força social para se poder criar o novo partido para a luta dos trabalhadores. O que é certo é que o partido comunista só passou a ter uma grande força política quando, uns anos depois, conseguiu integrar a maioria do USPD, o partido social-democrata “independente”, que também rompera com a social-democracia (e onde pontificava no primeiro período o mais conhecido dos teóricos marxistas de então, Karl Kautsky, o herdeiro de Engels, mas cujas ideias foram asperamente combatidas por Lenine).

O novo partido só existiu como partido de massas quando conseguiu unificar um campo político que o projectou como alternativa à social-democracia. Rosa Luxemburgo já tinha sido assassinada quando isso acontece, mas o facto reivindicou a sua concepção.

Quando o Partido Comunista Alemão decide desencadear a revolução, em 1923, é uma grande força implantada, representa a maioria dos activistas sindicais, publica 45 jornais diários, e polariza uma parte da social-democracia: para isso, o partido constituiu governos de coligação com sectores importantes da social-democracia em dois dos estados alemães mais industrializados. A revolução de 1923 fracassou, e depois desse fracasso começou o crescimento do nazismo.

Do mesmo modo, também na Rússia o novo partido resulta de um processo de convergências, embora muito diferente e mais marcado pela centralidade do núcleo leninista. O Partido Bolchevique era uma das alas da social-democracia russa que tinha rejeitado o apoio à guerra mundial, mas não era a única. Ao longo do ano de 1917, entre a revolução de Fevereiro e a de Outubro, o partido desdobra-se em iniciativas para reagrupar as

vanguardas políticas, os trabalhadores mais combativos, os militantes mais dedicados. Assim, o Partido manteve a sua diversidade interna – o conflito aberto entre Lenine e Zinoviev e Kamenev sobre a preparação da insurreição é histórico – e foi integrando várias correntes, como foi o caso da Organização Inter-Distritos, dirigida por um antigo dissidente da social-democracia russa, Leon Trotsky, que foi imediatamente escolhido para os órgãos de direcção do partido. Ao chegar ao governo, o Partido Bolchevique realizou uma coligação com os socialistas-revolucionários de esquerda. Foram essas convergências e a sua clareza política que o reforçaram durante o ano decisivo de 1917. A política de unificação e convergência foi uma das condições da revolução.

A terceira época de refundações, de que hoje somos herdeiros, é certamente diferente. E diferente em primeiro lugar porque tem a marca da derrota: a transformação da URSS com os processos repressivos, o isolamento, a criação das castas dirigentes, a modificação das políticas internacionais – do apoio ao Kuo-Min-Tern de Chiang Kai Chek até ao Pacto Ribbentrop-Molotov – e a consequente transformação da 3ª Internacional e dos seus partidos em parte deste aparelho de dominação, marcou o fracasso de várias gerações da esquerda. As rupturas surgiram por isso sob o signo dessas derrotas: as cisões foram provocadas pelos processos de Moscovo, pela repressão na Hungria em 1956, pela repressão na Checoslováquia em 1968, sempre o signo da derrota. Compreende-se assim que, durante os anos cinquenta e sessenta, foi a revolução colonial (China, Argélia, Cuba, Vietname, colónias africanas) que polarizou a esquerda europeia que não se reconhecia na URSS.

As forças mais vibrantes das novas esquerdas vieram depois a ser formadas com o impulso do Maio de 68, o único processo revolucionário que, na Europa, não decorreu do fim da guerra mundial (Grécia) ou da agonia de uma ditadura (Portugal e Espanha). Mas, se esses processos disputaram a hegemonia das organizações reformistas tradicionais, não permitiram em nenhum caso constituir um novo campo da política que gerasse uma alternativa.

A GENEALOGIA DO SECTARISMO

Ora, a constituição desse novo campo é hoje o desafio mais importante da política. Ao contrário dos fundadores socialistas do século XIX, não se está a criar o primeiro movimento dos trabalhadores, independente da burguesia. Ao contrário da geração seguinte, não se está a formar nenhum partido beneficiando do impacto e da imagem de uma revolução triunfante. Está-se simplesmente a reconstruir depois dos escombros das derrotas.

Assim, é essa contradição entre a tensão política e a dificuldade de formar novos partidos de massas que cria uma nova genealogia do sectarismo.

Em alguns casos, é certo que se formaram partidos com influência alargada: a LCR em França, o SWP a partir dos movimentos anti-guerra em Inglaterra, os socialistas de esquerda na Dinamarca, o partido maoísta na Noruega, e alguns outros. Esses partidos confrontam-se agora, e inevitavelmente, com a necessidade de constituírem um campo político novo. Na Dinamarca formou-se a Aliança Verde-Vermelha. Em França a LCR lança agora a proposta de um partido anti-capitalista, que vai ser formado em 2008. O SWP formou uma aliança eleitoral com sucesso, o Respect. Todos eles têm em comum a necessidade de criar esse campo político que seja portador de capacidade de mobilização política e de alternativa em relação aos partidos tradicionais. Nenhum desses

O sectarismo é uma expressão do desajustamento entre a fraca capacidade militante e a dimensão imensa das tarefas de resposta à globalização capitalista. É, por isso, uma forma de sublimação: as correntes sectárias procuram sobreviver alimentando a fantasia acerca de processos revolucionários que são imaginados, porque essa é a derradeira condição para a sua definição militante. Sem essa fantasia, não sobra nada

novos partidos europeus, excepto a Refundação Comunista italiana, nasce de uma cisão de um partido de massas (neste caso o PCI). O PSOL brasileiro nasce também de uma cisão do PT, mas num caso como noutro os partidos estão muito marcados pela sua origem. Já voltarei a alguns dos aspectos da dificuldade da criação da alternativa.

Agora quero sublinhar a razão profunda para a emergência do sectarismo nas organizações que foram incapazes de ganhar este tipo de influência, e que têm sido tão comuns nos movimentos populares modernos dos finais do século XX – e que continuará nos nossos tempos. Essa razão é o fracasso. O sectarismo é uma expressão do desajustamento entre a fraca capacidade militante e a dimensão imensa das tarefas de resposta à globalização capitalista. É, por isso, uma forma de sublimação: as correntes sectárias procuram sobreviver alimentando a fantasia acerca de processos revolucionários que são imaginados, porque essa é a derradeira condição para a sua definição militante. Sem essa fantasia, não sobra nada. A militância proclamatória é indiferente à aprendizagem da luta social.

O sectarismo tem de ser puro, não se pode aproximar de nenhuma outra corrente, não pode colaborar com ninguém. O sectarismo é o ódio absoluto ao que lhe está mais próximo. O sectarismo é a cobardia política dos desistentes da construção dos partidos com influência de massas.

A GENEALOGIA DO SECTARISMO

Os exemplos do sectarismo abundam. Não quero construir aqui uma galeria, mas alguns casos paradigmáticos ajudam a ilustrar o argumento.

Quando o Bloco se formou, tanto o MRPP quanto o POUS se recusaram a integrar o processo de convergência. Ainda bem que o fizeram. O MRPP porque se considerava a única organização de esquerda, e seria portanto impensável que não tivesse sido consultado primeiro. O POUS porque tinha em mãos a preparação de uma conferência internacional em Paris e não se podia distrair dessa tarefa.

A Política Operária, que chegou a discutir internamente se devia ou não integrar-se no Bloco, e que o recusou, manifestou-se sempre pelo empenho em denunciar a “social-democracia” do BE. É hoje uma corrente polarizada pela nova linha do PCP, sendo um exemplo de uma “aliança permanente” com a direcção de Jerónimo de Sousa e Francisco Lopes, tanto no suporte a actividades internacionais quanto na vida sindical, de que a eleição da Fenprof e do SPGL foram exemplos.

Em todos os casos, o sectarismo tem como estratégia a preparação de uma cisão a partir do argumento de que cada apreciação táctica é portadora de bifurcações históricas – todos os debates são emergências estratégicas, todos são dramáticos, todos são definitivos, todos demonstram a eminência da traição e são portanto forçosamente conducentes à diferenciação.

Se analisarmos os debates internos do Bloco, é isso que confirmamos: a Ruptura-FER denunciou a Marcha pelo Emprego, porque era uma cedência ao PS; recusou a política do Bloco para a campanha do referendo sobre o aborto, porque era uma cedência

UMA ORGANIZAÇÃO QUE ESCONDE DO BLOCO O QUE PENSA DO BLOCO

A Ruptura-FER é um caso distinto, porque aceitou integrar o Bloco, o que podia ter constituído um novo começo para uma organização que tinha sempre escolhido o fechamento.

A sua história, aliás, é das mais bizarras da esquerda portuguesa. Quando o PSR foi formado pela fusão entre a LCI e o PRT (actual Ruptura-FER), foi poucos meses depois abalado por uma divergência “estratégica” que levou à saída da actual FER: segundo esta corrente, o que definia um revolucionário seria a sua consagração ao princípio do partido único como única forma reconhecível do socialismo. Ao sair do PSR, a actual FER juntou-se ao POUS, do qual também cindiu pouco tempo depois.

Vejamos como se apresenta a FER hoje em dia:

“o Ruptura-FER conta apenas com cerca de uma dezena de quadros e com uma centena de militantes e elementos periféricos, e apenas tem um trabalho estrutural na academia coimbrã. Não pode ceder a qualquer tentação sectária e auto-proclamatória de fundar já o “partido revolucionário” em Portugal. Assume-se somente como um “núcleo fundacional” para a construção de um movimento pelo partido revolucionário, tarefa essa que levará anos e da qual não conhecemos os ritmos.”

E conclui:

[a Ruptura-FER] Agora atravessa uma mediação “movimentista” com o Bloco, amanhã pode passar pelo slogan “partido único dos revolucionários.” (Congresso da FER, 2000)

Hoje está no Bloco, amanhã não estará. Em consequência e desde então, a Ruptura-FER mantém secretos os seus textos de congresso, incluindo o mais recente em que discutiu quando abandonaria o Bloco. A Ruptura-FER entende que é demasiado perigoso que seja conhecida a sua opinião sobre os militantes do Bloco, e por isso impede que os seus textos sejam conhecidos.

ao PS. Dirá o mesmo de qualquer divergência concreta que tenha, que será sempre valorizada como um debate definitivo contra a traição. A consequência, no entanto, é a mais perversa: a proposta de mudar a natureza do Bloco – que nasceu como alternativa ao PS e ao PCP – para o transformar num satélite do PCP, com o “pacto de unidade permanente” com o PCP. Isabel Faria, desta corrente, levou recentemente o argumento ao paroxismo, explicando que o PS “é um partido de direita”, uma forma elegante de afirmar que a única esquerda é o PCP e que só resta ao Bloco subordinar-se ao PCP. Triste evolução de uma corrente trotsquista que acaba a argumentar que o partido estalinista puro é a única esquerda que existe.

ALGUMAS CONCLUSÕES

A partir desta memória e das reflexões que ela suscita, quero tirar agora algumas conclusões para depois sugerir implicações para a estratégia da esquerda em Portugal.

A primeira conclusão é esta. A definição dos campos políticos só se faz perante bifurcações históricas, perante grandes questões estratégicas que definem os rumos do movimento operário e popular. Os alinhamentos e realinhamentos de forças fazem-se então de forma cortante. São improdutivos e inúteis noutras circunstâncias. Os alinhamentos de hoje fazem-se perante as guerras de Bush e perante as políticas neo-liberais. Querer delimitar novos partidos a partir da consideração táctica sobre a política autárquica, ou dos movimentos sociais, é uma irresponsabilidade que abandona a luta dos trabalhadores.

Em segundo lugar, os grandes partidos que cumpriram funções históricas nasceram, assim, ou de redefinições a partir dos partidos e das organizações de massas – social-democratas, anarquistas, sindicalistas ou comunistas – ou da unificação de diversas correntes, incluindo algumas que eram portadoras da memória e de influência dos partidos de massas. Nunca nasceram de pequenas organizações. A questão essencial da política é criar e ampliar essas convergências, é multiplicar as forças.

Em terceiro lugar, e mais importante, as pequenas organizações não transcrevem em grandes partidos. As pequenas organizações serão sempre pequenas. Nada se transforma no que não é. Por uma simples razão: a política de um partido com influência social não tem nenhuma comparação com a de uma pequena organização de propaganda. Um pequeno partido não sabe fazer grande política, só faz pequena política.

Por duas razões. A primeira, dita brutalmente, é esta: a propaganda já não serve para nada. A propaganda era uma forma de conduzir ideias quando o movimento operário tinha o monopólio da leitura e a hegemonia de processos de informação entre um sector social. A esquerda produzia então correntes literárias novas. A esquerda alfabetizava os operários. A esquerda inventava meios de comunicação. A esquerda tinha a hegemonia de algumas culturas – da “economia moral da multidão”, como dizia E.P. Thompson – mesmo quando a burguesia tinha a hegemonia geral das ideias na sociedade, e apesar disso. Havia meios de comunicação da esquerda que eram dominantes na sua área de influência: a Batalha era um dos diários mais lidos em Portugal antes da ditadura.

Ora, hoje a esquerda não tem nem pode ter hegemonia sobre nenhum dos meios de comunicação. Pode e deve disputá-los, mas não os domina nem dominará. A televisão numa sociedade de mercado será sempre uma cultura hegemonizada pela direita.

Assim, a propaganda morreu. A comunicação de ideias só se pode fazer por movimentos, porque são eles que criam sujeitos sociais transformadores. Só a luta social pode repor o debate de ideias e dar lugar às ideias novas. Um pequeno partido nunca o pode fazer.

A segunda é ainda mais importante: a pequena organização de propaganda faz uma política que não disputa nada da influência dos partidos tradicionais. E não sabe fazer outra, porque não tem a experiência necessária para tal. Para vencer o PS, que é a tarefa estratégica determinante da criação de uma esquerda socialista, é preciso ter a capacidade de representar as lutas e aspirações sociais. No parlamento, nas autarquias, em todas as instituições. Em movimentos sociais e na acção política. É preciso enfrentar, como sempre, o binómio reforma-revolução, com a solução que conhecemos na esquerda socialista: com um partido capaz de defender os interesses imediatos de todos os sectores oprimidos. Um partido que não lute pelos interesses imediatos dos trabalhadores não serve para nada. E é preciso, nesse movimento, ter a coluna vertebral de capacidade de acção política que contesta abertamente a dominação burguesa que é a injustiça fundadora da sociedade de classes.

POLÍTICA UNITÁRIA, DE NOVO

Até agora, discuti a política unitária a partir dos processos de convergência necessários para formar um campo político alternativo na sociedade. Foi assim que o Bloco de Esquerda nasceu. E é por isso que é um movimento estratégico, o que quer dizer que é a única forma de fazer política de massas que pode ser concebida pelos seus militantes. Na esquerda alternativa em Portugal, não existe nem vai existir nada para além do Bloco.

Nenhuma pequena organização pode substituir este movimento, simplesmente porque não pode cumprir nenhuma das suas tarefas.

É certo que este não foi o primeiro processo de convergência na nossa história recente, embora os casos sejam raros. O mais relevante foi o da UDP em 1975, que nasceu da fusão de organizações que se consideravam opostas programaticamente e que mantinham relações de intensa hostilidade, mas a pressão da revolução redefiniu essas fronteiras. Foi assim que se formou a organização revolucionária mais influente durante os anos da revolução.

O Bloco, vinte anos mais tarde, tem características diferentes. É um partido pós-queda do Muro de Berlim. É influenciado pelos movimentos alter-globalização, que estavam no apogeu em 1999. É influenciado pela derrota do referendo do aborto, em 1998, que demonstrou a urgência de novas conjugações de forças para novas políticas – e o fracasso das anteriores. Definiu-se para políticas e não como um reagrupamento ideológico. E criou assim os pontos cardeais de referências ideológicas fortes, porque políticas: a defesa dos serviços públicos no combate ao liberalismo, a oposição à guerra infinita, a centralidade do trabalho, as políticas emancipatórias. Conseguiu para essas políticas uma expressão de apoio social alargado – algumas centenas de milhares de eleitores – no contexto do regime democrático de dominação burguesa. E tem apresentado a única alternativa de esquerda socialista. É ainda muito pouco.

A principal diferenciação política actual dentro do Bloco determina-se por isso sobre esta mesma questão essencial: ou a esquerda precisa de um instrumento de acção política como o

Os sectários não se levam a sério, porque podem aceitar no dia seguinte o que na véspera era a prova provada da capitulação perante a contra-revolução. Esta é a pior deformação de uma organização de propaganda, a inconstância das ideias, o utilitarismo dos argumentos, o fingimento das razões. Nada vale porque vale tudo

Bloco, que quer ser maioritário, ou precisa de romper o Bloco para criar um novo partido para a propaganda revolucionária, que quer ser minoritário porque tem medo da luta política – satelizar-se em relação ao PCP é ter medo da luta política e da dificuldade de criar uma alternativa. É a resposta a esta escolha que determina quem quer e quem não quer o Bloco, quem aceita e quem rejeita as políticas de convergência como a condição para refundar a esquerda socialista.

É certo que há outras questões de definição estratégica que são importantes e que talvez no futuro venham a ser mais importantes. Mas esta é a primeira, como se verificou pela última Convenção.

O EXEMPLO DA POLÍTICA UNITÁRIA NO REFERENDO DO ABORTO

A importância da escolha do modelo de partido e da sua definição em políticas torna-se muito clara se estudarmos as lições da principal vitória social da história do Bloco, o referendo sobre a descriminalização do aborto em 2007.

Durante esse período, tivemos um debate interno vivo. A orientação do Bloco é bem conhecida: concentrar toda a argumentação no tema da escolha que era colocada ao voto – o direito de iniciativa da mulher, deixando de ser criminalizada por isso, e sendo apoiada pelos serviços de saúde. Essa escolha era difícil, porque excluía outros objectivos secundários, como eventualmente a popularização de temas feministas na sociedade. Rejeitamos essa alternativa, simplesmente porque sabíamos que o referendo só podia ser ganho perante adversários poderosos se a população fosse dramaticamente confrontada com a realidade do aborto clandestino e da perseguição social às mulheres, se ficasse claro que a escolha era essa e só essa. Tínhamos razão e a campanha provou-o categoricamente.

Mas esta escolha tinha ainda uma consequência, que era a necessidade de unir todas as forças possíveis do Sim, a começar pelo PS e pelas forças do centro e da direita que pudessem ser polarizadas no voto. Foi o que fizemos. Queríamos que toda a base de apoio do governo, que é maioritária na sociedade, fosse mobilizada para o Sim. A política unitária decidiu a vitória no referendo.

Estas duas escolhas foram discutidas dentro do Bloco. A primeira, por militantes feministas que entendiam que se devia incluir a reflexão sobre outros direitos das mulheres no argumentário da batalha. Em geral, a conclusão posterior dessas militantes foi de que a escolha tinha sido correcta.

A segunda, a da política unitária, por quem entendia que o referendo devia ser conduzido contra a criminalização das mulheres e, simultaneamente, contra a política de saúde do governo

Sócrates. Estava portanto excluída e condenada qualquer aliança ou convergência com o PS.

Como é bem sabido, esta era a posição do PCP, que foi repetida *ipsis verbis* dentro do Bloco: contra o referendo; se o referendo é convocado, propor que o seja noutro momento e não quando são precisas mobilizações políticas contra o governo; se é convocado, opor-se a qualquer movimento unitário que abranja o PS; se o Sim ganha, considerar que a vitória reforça o governo, o que prejudica a esquerda. Afirmamos então, e insistimos agora, que essa orientação preferia a vitória do Não e que era por isso irresponsável no combate ao conservadorismo e à direita.

Mas a corrente sectária foi mais longe. Teórico ousado, Gil Garcia escreveu então no jornal “Ruptura” que a política do Bloco, de aliança com o PS e com todas as forças pelo Sim (do PC à direita), repetia os erros trágicos dos que tinham traído a revolução e a República espanhola perante os fascistas de Franco, ao fazer no referendo esta aliança com os inimigos, com esse PS que governa com tantos ataques contra os trabalhadores.

Se o leitor ou a leitora não estivessem já avisados sobre a infundável capacidade dramática do sectarismo e sobre a sua vontade de transformar qualquer questão táctica numa diferença estratégica de vida ou morte – a vitória do fascismo, nem mais! – talvez estranhasse este delírio metafórico. Mas aconselho-os leitores a estranharem somente a falta de consequência: se a política do Bloco levava à vitória dos inimigos, como a aliança de alguns republicanos com a burguesia levou à derrota da revolução, então só surpreende que traição de tal envergadura não fosse objecto de grande confrontação. Não foi. Assim como começou, assim foi assunto esquecido. Nunca mais se falou no assunto. Agora, depois da traição consumada, arrastando numa torrente histórica o referendo, a República e a revolução espanhola, está tudo bem. Uns meses depois, a aliança com os inimigos do PS já merecia os maiores elogios. Em pouco tempo, Espanha ficou muito longe, a República foi esquecida e essa revolução foi enterrada.

Ficamos por isso a conhecer quatro conclusões.

A primeira, que a política unitária se determina pelos objectivos da acção. Deve querer ganhar o que quer ganhar, com todos os que são precisos para ganhar.

A segunda, que o sectarismo rejeita sempre a política unitária, porque não cuida da relação de forças social, mas sim do seu próprio espaço interno. O sectarismo não faz política para a sociedade, faz debate para o militante que espera influenciar hoje.

A terceira, que em nome desse debate, se pode fantasiar e transformar uma escolha táctica (com quem se faz a aliança para ganhar um referendo sobre o aborto) numa questão de escolha entre revolução e contra-revolução (em Espanha).

A quarta e mais importante: o sectarismo não se leva a sério,

A relação com dirigentes ou activistas críticos do PS implicará, se se desenvolver a diferenciação no PS, outras dificuldades de afirmação de políticas coerentes, sobre questões europeias ou sociais. Mas a experiência prova que não podemos esperar ganhar novos sectores para a política socialista de esquerda se deles nos afastamos ou se lhes impomos preconceitos sectários

porque pode aceitar no dia seguinte o que na véspera era a prova provada da capitulação perante a contra-revolução. Esta é a pior deformação de uma organização de propaganda, a inconstância das ideias, o utilitarismo dos argumentos, o fingimento das razões. Nada vale porque vale tudo.

MAIS UMA VEZ, A POLÍTICA UNITÁRIA

Finalmente, a política unitária é incontornável por uma última razão. É que o Bloco tem de chegar mais longe. Mas para chegar mais longe há também vários caminhos, e esse foi o debate da Convenção.

Há um caminho, que é transformar o Bloco num apêndice do PCP. E há outro, que é procurar fazer do Bloco o eixo de uma alternativa ao PS.

Para os que defendem uma “unidade permanente” com o PCP, o caminho é criar um pólo que enfrente o PS na resistência social. Em coerência, propunha-se o Pacto PCP-CGTP-BE (mesmo que depois argumentando que a CGTP seria o “principal instrumento” do governo”).

Essa proposta suscita duas dificuldades. Ambas irreparáveis. A primeira é que não serve para nada: um acordo político entre o Bloco e o PCP não acrescenta nada à luta social, onde essa convergência se faz naturalmente e todos os dias, sempre que é útil (nas acções sindicais, nos votos no parlamento, etc.). O “Pacto” dá-lhe uma forma política que o isola, e esse é o sinal da sua derrota. Esse Pacto, aliás, não polariza nada nem ninguém. E a segunda é que a sua concretização seria sempre o desaparecimento do Bloco: a “unidade permanente” e o “pacto” só podem significar a adesão à CDU ou a submissão sindical. No referendo do aborto, esta política conduzia à derrota.

O Bloco foi formado para rejeitar terminantemente esse caminho, que é uma capitulação.

Por isso, o Bloco escolheu outro, que é o que tem prosseguido com a construção de programas alternativos à política do PS – e tem sido assim que temos conseguido a participação de militantes que fizeram parte da sua história no PCP e que não aceitam o sectarismo. Entendemos que a confrontação é mais forte e que contribui muito mais para dividir o PS e polarizar sobre a sua influência, se se basear em políticas mobilizadoras – como têm disso exemplo as nossas propostas da reforma fiscal, da transformação do sistema da segurança social, da socialização dos sectores estratégicos e da reforma dos serviços públicos. Foi por isso que adoptamos a política vencedora no referendo do aborto. Foi por isso que escolhemos a criação de movimento social em torno do serviço nacional de saúde. E, em cada um desses movimentos, procuramos polarizar na sociedade uma alternativa, sabendo que ela tem impactos dentro da base do PS.

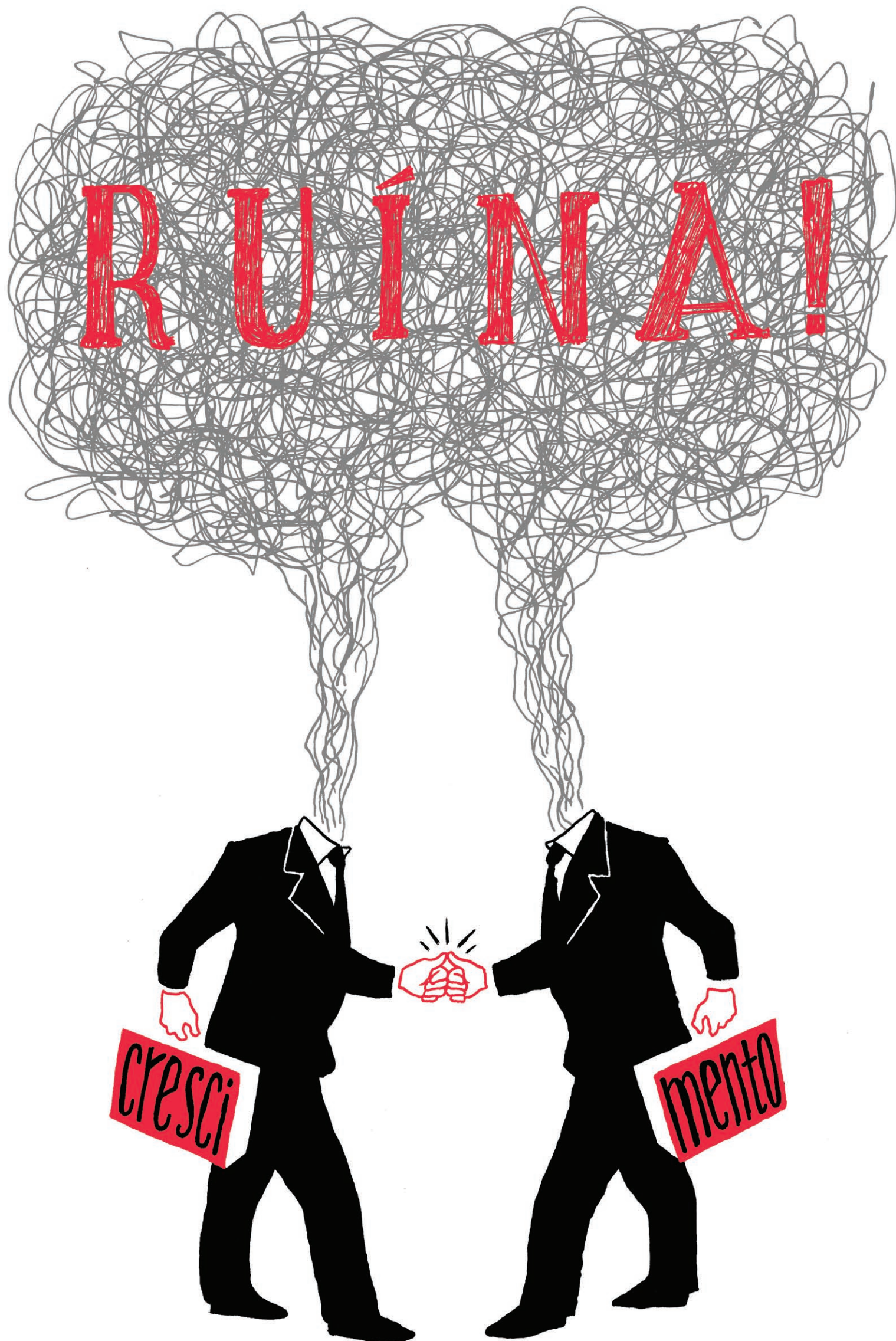
Esses caminhos são sempre contraditórios. A aliança com grupos independentes, como a lista “Lisboa é Gente”, impõe compromissos e cria dificuldades que não conhecíamos até agora. A relação com dirigentes ou activistas críticos do PS implicará, se se desenvolver a diferenciação no PS, outras dificuldades de afirmação de políticas coerentes, sobre questões europeias ou sociais. Mas a experiência prova que não podemos esperar ganhar novos sectores para a política socialista de esquerda se deles nos afastamos ou se lhes impomos preconceitos sectários.

Mas, sobretudo, a experiência recente provou como é insegura ou insuficiente a hegemonia de José Sócrates sobre a base do PS. Episódios anteriores, como o da UEDS, provaram que existe uma tensão que a política liberal só agrava. Agora, depois das presidenciais e das eleições de Lisboa, essa tensão renasceu. E, se não sabemos como se vai desenvolver, sabemos pelo menos que a disputa desse processo é fundamental para o futuro imediato.

Para voltar ao início deste artigo, essa é a questão que determina o conteúdo das políticas unitárias: criar um novo campo político, para destruir o sistema partidário actual com a hegemonia da alternância do bloco central, e refundar a esquerda para as suas políticas socialistas. Só assim ganha corpo uma alternativa na sociedade.

O socialismo não é uma utopia inalcançável. Só é preciso organizar milhões de pessoas para uma nova política. Já não temos toda a vida para o fazer.

* Francisco Louçã é dirigente e deputado do Bloco de Esquerda.



COMBATER O AQUECIMENTO GLOBAL

UM DESAFIO SOCIAL E POLÍTICO ESSENCIAL

DANIEL TANURO*

ILUSTRAÇÕES DE JOSÉ FEITOR

NO PIOR DOS CENÁRIOS, 150 MILHÕES DE PESSOAS PODERÃO SER OBRIGADAS A DEIXAR AS SUAS CASAS ATÉ AO ANO 2050, DEVIDO À SUBIDA DO NÍVEL DAS ÁGUAS NOS OCEANOS EM RESULTADO DO AQUECIMENTO GLOBAL¹. AO MESMO TEMPO, AS MORTES CAUSADAS PELA FALTA DE ÁGUA, MALÁRIA E FOME PODEM AUMENTAR EM 3 MIL MILHÕES, 300 MILHÕES E DE 50 A 100 MILHÕES, RESPECTIVAMENTE.

EMBORA já seja mais que preocupante esta previsão dos efeitos das alterações climáticas, outros dois elementos podem ser acrescentados, de cuja importância todos devemos estar alerta:

— as repercussões na agricultura. Um aumento da temperatura que vá para além dos 3°C muito provavelmente vai provocar alterações no conjunto da produtividade nos ecossistemas ligados ao cultivo. Abaixo daquele valor, os impactos negativos sentir-se-ão (e já se sentem hoje) nas regiões tropicais e sub-tropicais, sobretudo em África e na América do Sul.

— os efeitos nos ecossistemas. As consequências do aquecimento são hoje claramente observáveis e algumas delas vão ter implicações graves nalgumas populações: uma quebra acentuada na biodiversidade (menos 25%, segundo um estudo publicado na revista “Nature”), o desaparecimento de recifes de coral e a crescente fragilidade das grandes áreas florestais como a da Amazônia.

Como irá o sistema capitalista lidar com estas situações? A questão continua a ser preocupante se repararmos que as políticas já implementadas em certos casos, como nas ilhas do Pacífico, ou em Nova Orleães a seguir ao furacão Katrina, ou ainda quando vemos os cenários estratégicos propostos por certos “especialistas”.

NAS ILHAS DO PACÍFICO

Nalguns pequenos estados nas ilhas do Pacífico, a ameaça do aquecimento já é vivida dolorosamente como um problema do dia-a-dia. No início de Dezembro de 2005, a população de Lateu, uma pequena aldeia de 100 habitantes na ilha de Tegua, no estado polinésio de Vanuatu, foi deslocada para fugir às cheias frequentes²: a barreira de corais já não protege suficientemente as ilhas no que respeita aos furacões, com a erosão da costa a avançar ao ritmo de 2 a 3 metros por ano. Lateu foi o primeiro caso de realojamento colectivo após a subida do nível dos oceanos. Mas Tuvalu, outro estado do Pacífico, já tem três mil refugiados climáticos. Situado 3400 kms a nordeste da Austrália, este país (26km² de terra mais ou menos firme) é feito de oito atóis elevando-se a 4,5 metros acima do nível do mar. Pode ficar mergulhado na

Menos conhecidas publicamente, algumas medidas tomadas no contexto da reconstrução de Nova Orleães também se revestem de grande significado: salário mínimo suprimido, contratos públicos entregues a amigalhaços (Halliburton!) sem concurso, obstáculos ao regresso da população pobre para permitir a remodelação da cidade, entre outras. Em resumo, foi um bom exemplo da forma como o capital pode usar a crise ecológica para melhorar as condições da sua valorização

História como o primeiro país a ser completamente evacuado por causa das alterações do clima.

Ciente desta situação, o governo de Tuvalu pediu em 2000 à Austrália e à Nova Zelândia para acolherem os 11.636 residentes caso fosse necessário. Camberra recusou, alegando que um acordo deste tipo seria “discriminatório” para os outros candidatos a asilo de refugiados. Quanto à Nova Zelândia, apenas aceitou acolher 74 pessoas por ano, desde que tenham entre 18 e 45 anos e uma boa oferta de emprego no país, e ainda que provem conhecer bem o inglês, tenham boa saúde e posses suficientes caso tenham pessoas a cargo na família³. Para termos um retrato completo desta política, lembremo-nos que a Austrália, por exemplo, tem três habitantes por km², e o seu PIB por habitante é de 29.632 dólares/ano⁴, e que recusou ratificar o Protocolo de Quioto enquanto continua a ser um dos maiores utilizadores de carbono no planeta.

KATRINA, NOVA ORLEÃES

“Os pobres vão ser as principais vítimas das alterações climáticas”, avisa o IPCC. O caso Katrina mostra que este aviso também serve para os países desenvolvidos. Não há uma base sólida para afirmar que o furacão que devastou Nova Orleães em Agosto de 2005 se deveu ao aumento da concentração na atmosfera de gases de efeito de estufa. Mas a violência dos furacões do Atlântico Norte duplicou nos últimos 30 anos, provavelmente devido ao aquecimento⁵. Acima de tudo, a resposta a esta crise foi muito esclarecedora. Antes, durante e depois.

Antes? Embora a ameaça pendente sobre a capital do jazz fosse conhecida há muito tempo, o estado federal resolveu, para financiar as suas aventuras belicosas, cortar desde 2001 no orçamento destinado às equipas de prevenção de cheias, a SELA (Southeast Louisiana Urban Flood Control Project), cuja administração estava entregue à Divisão de Engenharia do Exército. No início de 2004, o governo disponibilizou cerca de 20% das verbas pedidas para fortalecer os diques do Lago Pontchartrain. No fim desse ano, e apesar da inédita actividade dos ciclónica, a SELA só recebeu um sexto do que tinha pedido: 10 milhões de dólares.

Entretanto, em Julho, a Agência Federal de Gestão de Emergências (FEMA) tinha desenhado um plano de emergência baseado na hipótese cínica de que os pobres (30% da população, 67% dos quais são negros) ficariam na cidade em caso de cheias - já que não teriam os recursos financeiros suficientes para se porem a salvo. “Os residentes têm que saber que estarão por sua conta durante vários dias”, disse Michael Brown, chefe da FEMA. Em

Julho de 2005, as autoridades municipais avisaram os habitantes que eles seriam “em grande medida os responsáveis pela sua própria segurança”⁶.

Durante? 138 mil dos 480 mil habitantes sem ajuda durante cinco dias, mais de 1000 mortos, repressão brutal de iniciativas visando a sobrevivência (sistematicamente caracterizadas de “pilhagem”)... Estes factos foram amplamente divulgados pelos media. É evidente que não podem ser explicados unicamente pela negligência ou pela confusão instalada, mas sim por uma lógica que era contra os pobres, baseada numa perspectiva de classe, arrogante e racista, e onde as sórdidas especulações imobiliárias tiveram um papel nada negligenciável. As declarações de George W. Bush e dos seus próximos fornecem bastantes confirmações disso mesmo⁷.

Depois? Menos conhecidas publicamente, algumas medidas tomadas no contexto da reconstrução também se revestem de grande significado: salário mínimo suprimido, contratos públicos entregues a amigalhaços (Halliburton!) sem concurso, obstáculos ao regresso da população pobre para permitir a remodelação da cidade, entre outras⁸. Em resumo, foi um bom exemplo da forma como o capital pode usar a crise ecológica para melhorar as condições da sua valorização.

AMEAÇA DA BARBÁRIE

As ilhas do Pacífico e o Katrina trouxeram à ribalta aquilo a que os neoliberais chamam de “gerir as consequências do aquecimento”. Se projectarmos estes exemplos à escala global, não se pode fugir a esta conclusão: dentro de algumas décadas, as alterações climáticas podem servir como suporte a cenários de barbárie numa dimensão tão inédita como as próprias alterações do clima provocadas pela actividade humana.

Alguns “thinks tanks” não fazem segredo dos seus projectos nesta área. Num estudo sobre as consequências de alterações graves no clima para a segurança nacional dos EUA, dois “especialistas” escreveram friamente que os “países com recursos suficientes para o efeito”, como os EUA e a Austrália, “poderão construir fortalezas virtuais em volta do seu território, preservando os recursos para si próprios”. Do lado de fora dessas fortalezas, “as mortes por guerras, bem como a fome e a doença (devido ao aquecimento) diminuirão o número da população, que, com o tempo, regressará a um equilíbrio com a “capacidade de carga”⁹. Muito poucos comentadores prestaram atenção ao facto do valor científico deste auto-intitulado “estudo”

CLIMA E AUTO- SUFICIÊNCIA ALIMENTAR

De acordo com um relatório da Organização para a Agricultura e Alimentação da ONU, "Em cerca de 40 países pobres e em vias de desenvolvimento, com uma população total de 2 mil milhões, incluindo 450 milhões de pessoas sub-alimentadas, as quebras de produção devido às alterações climáticas podem aumentar drasticamente o número de sub-alimentados e obstaculizar os progressos no combate à pobreza e insegurança alimentar. Os países da África sub-sahariana iriam arcar com as consequências piores. Há cerca de 1.1 biliões de hectares de terra árida onde o período de crescimento das culturas é menor que 120 dias. Entre hoje e 2080, esta superfície pode aumentar entre 5 e 8%. Para lá de África, todas as regiões tropicais e sub-tropicais serão afectadas. A produção de cereais de 65 países que contêm mais de metade da população dos países em desenvolvimento poderia cair 280 milhões de toneladas (ou 16% do PIB agrícola destes países.)

FONTE: <http://www.fao.org/newsroom/FR/news/2005/102623/index.html>

simplesmente não existir (até porque, inspirado pelo filme de catástrofe "The Day After", põe o cenário numa ameaça dual de uma nova glaciação e da subida do nível dos oceanos, o que é um disparate). Mas mais preocupante é a falta de protestos nos meios científicos contra a utilização do conceito ecológico de "capacidade de carga" dos ecossistemas, aqui usada para apoiar um projecto sócio-político objecto: a exterminação em massa dos pobres.

Infelizmente, este relatório não é uma excepção. A lista de erupções reacçãoárias levantadas pelo aquecimento é de facto muito longa. Outros "especialistas" já procuram aperfeiçoar o mercado das licenças de emissão de gás de efeito de estufa, abrindo o mercado de "licenças para procriar", com o pretexto da "demografia galopante" dos países em vias de desenvolvimento serem a maior causa desestabilização climática. Sobre estas questões decorrem sérias batalhas ideológicas e sociais. Já o tínhamos visto na tentativa falhada de infiltração da mais importante associação de protecção da natureza dos EUA, o Sierra Club, por elementos da extrema-direita, propondo o fim da imigração como uma medida "ecológica" prioritária¹⁰. A gestão neo-liberal das alterações climáticas pode tornar-se ainda mais perigosa do que as próprias alterações.

A URGÊNCIA DE UMA ALTERNATIVA

Muitos sinais indicam que a luta pelo clima será cada vez mais um dos principais assuntos políticos e sociais. Para além do Protocolo de Quioto (um primeiro passo muito insuficiente), a resposta do sistema capitalista está a ser redesenhada e refinada mesmo debaixo dos nossos olhos. Ela consistirá por exemplo em usar a séria ameaça do aquecimento para acelerar a implementação das políticas neo-liberais geradoras de exclusão, dominação, desigualdade e degradação do ambiente. É necessária então outra política climática. Uma política que possa salvar o clima num quadro de justiça social, democracia e respeito pelos ecossistemas, à escala mundial. Uma política que redistribua a riqueza radicalmente e põe um ponto final no produtivismo. A imposição desta política necessita da mobilização mais ampla, à escala mundial.

*Daniel Tanuro é um ambientalista belga e correspondente da revista "International Viewpoint", editada pela IV Internacional. Tradução de Luís Branco.

NOTAS:

1- 30 milhões na China, 30 milhões na Índia, 15-20 milhões no Bangladesh, 14 milhões no Egipto [Meyers 1994, citado por Friends of the Earth Australia, "Citizen's Guide to Climate Refugees", 2005]

2- Environment News Service, 12 Janeiro 2006

3 - Friends of the Earth Australia, 2005, op. cit.

4 - PIB por habitante corrigido pelas variações do poder de compra

5 - Revista "Nature", 31 Julho 2005

6 - Jessica Azuly, "FEMA planned to Leave New Orleans Poor Behind", <http://newstandardnews.net>

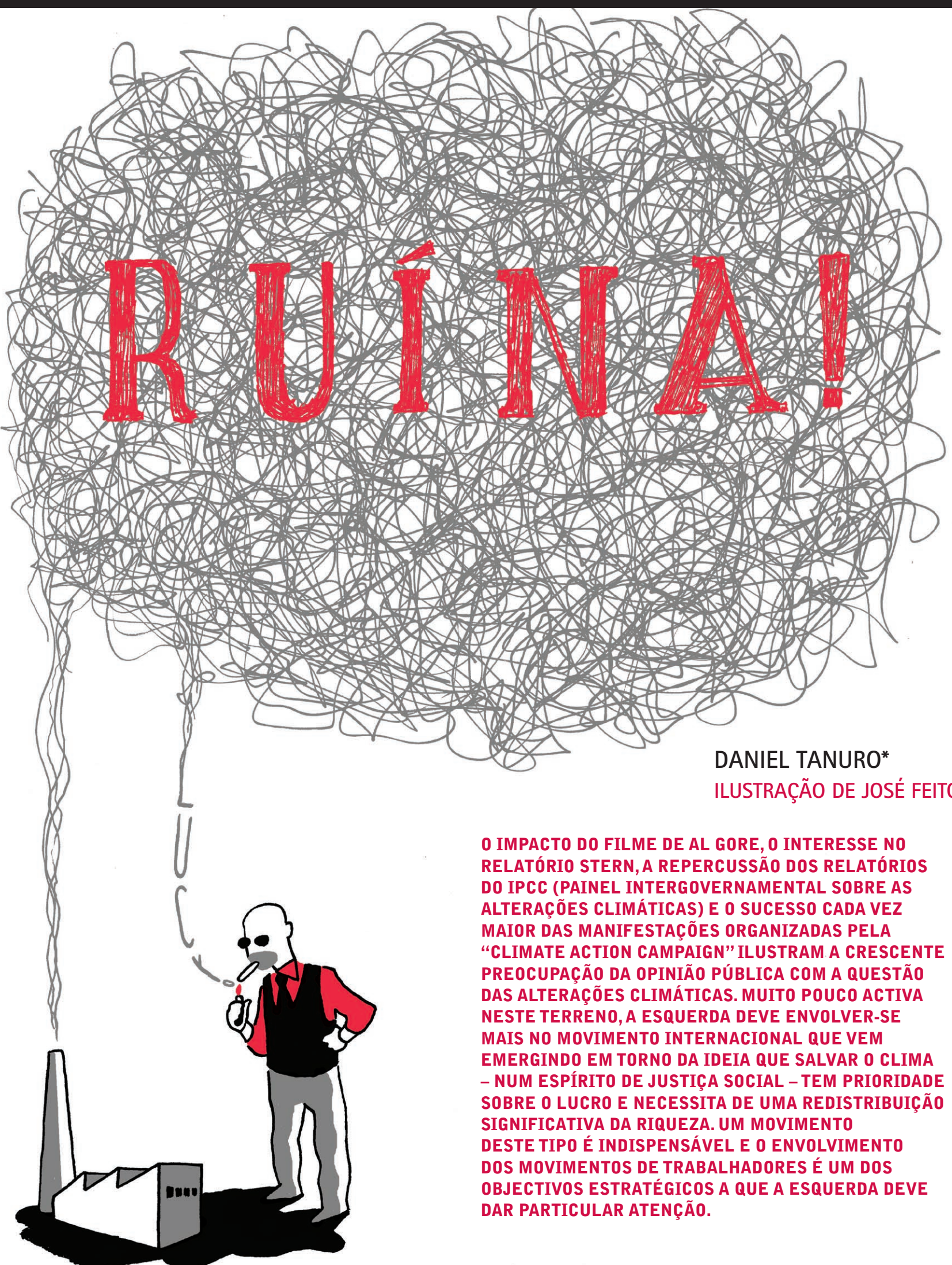
7 - Inquirido sobre as condições extremamente precárias em que os refugiados foram deixados no Texas, a mãe de Bush declarou: "Sabe que muitas das pessoas que se encontram neste pavilhão já viviam em muito más condições. Isto para eles é muito bom." "Editor & Publisher", September 5, 2005

8 - Patrick Le Tréhondat and Patrick Silberstein, "L'ouragan Katrina, le désastre annoncé", Syllepse, 2005

9 - An abrupt Climate Change Scenario and its Implications for US National Security", P. Schwartz and D. Randall, Outubro 2003. Este texto foi publicado em vários sites, nomeadamente no da Greenpeace.

10 - Bitter Division for Sierra Club on Immigration", The New York Times, 16 Março 2004

DEFESA DO CLIMA E



RUÍNA!

DANIEL TANURO*

ILUSTRAÇÃO DE JOSÉ FEITOR

O IMPACTO DO FILME DE AL GORE, O INTERESSE NO RELATÓRIO STERN, A REPERCUSSÃO DOS RELATÓRIOS DO IPCC (PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS) E O SUCESSO CADA VEZ MAIOR DAS MANIFESTAÇÕES ORGANIZADAS PELA “CLIMATE ACTION CAMPAIGN” ILUSTRAM A CRESCENTE PREOCUPAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA COM A QUESTÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. MUITO POUCO ACTIVA NESTE TERRENO, A ESQUERDA DEVE ENVOLVER-SE MAIS NO MOVIMENTO INTERNACIONAL QUE VEM EMERGINDO EM TORNO DA IDEIA QUE SALVAR O CLIMA – NUM ESPÍRITO DE JUSTIÇA SOCIAL – TEM PRIORIDADE SOBRE O LUCRO E NECESSITA DE UMA REDISTRIBUIÇÃO SIGNIFICATIVA DA RIQUEZA. UM MOVIMENTO DESTE TIPO É INDISPENSÁVEL E O ENVOLVIMENTO DOS MOVIMENTOS DE TRABALHADORES É UM DOS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS A QUE A ESQUERDA DEVE DAR PARTICULAR ATENÇÃO.

ANTI-CAPITALISMO

“O diabo faz os tachos, mas não as tampas”. Provérbio italiano

A QUANTIDADE de carbono emitida anualmente pela economia mundial representa cerca do dobro daquilo que os ecossistemas (oceanos, solos, vegetação) são capazes de absorver. O ciclo natural tende a caminhar para a saturação. Acumulado na atmosfera, o excesso vem provocar a intensificação do efeito de estufa natural, e portanto um aquecimento da superfície do planeta. O fenómeno teve início com a Revolução Industrial e a ascensão do capitalismo. As suas causas principais são a combustão das energias fósseis (carvão, petróleo, gás natural) e as mudanças no uso da terra. A primeira das causas tornou-se mais importante com a explosão do uso do automóvel nos anos 50. Mais de 75% da responsabilidade histórica pelas alterações climáticas é dos países desenvolvidos, mas as emissões dos países em vias de desenvolvimento estão a aumentar rapidamente (sobretudo os dos maiores países como a Índia, a China e o Brasil). De acordo com os especialistas, deveríamos apontar para a manutenção do aumento da temperatura média abaixo dos 2°C em relação ao período pré-industrial¹, e as consequências de falharmos a meta serão muito graves para os ecossistemas e para o conjunto da humanidade (sobretudo os países do Sul e os pobres em geral, de acordo com o IPCC²).

Para medirmos a dimensão total do desafio, devemos estar cientes de que a limitação do aumento da temperatura em 2°C já não depende apenas da acção solitária dos países desenvolvidos: na hipótese destes reduzirem as suas emissões a zero, e se os países em desenvolvimento não tomassem quaisquer medidas, o aumento da temperatura poderia assim mesmo subir 4°C ou 5°C num século, ou uma amplitude térmica tão significativa como a que separa a nossa época da última glaciação. Num gigantesco revés para o “progresso” capitalista, a raça humana corre o risco de entrar numa situação que nunca conheceu e cujas consequências seriam, no mínimo, formidáveis.

CONSTRANGIMENTOS FÍSICOS E LEIS SOCIAIS

Os avisos feitos ao longo de mais de 20 anos não foram ouvidos, e hoje é demasiado tarde para evitar as alterações climáticas: elas estão aí e far-se-ão sentir ao longo dos próximos séculos. A questão agora é: como limitar os estragos? A resposta está enquadrada pelos constrangimentos físicos inevitáveis. De acordo com os modelos climáticos, a concentração na atmosfera dos gases de efeito de estufa que corresponde ao aumento máximo de 2°C seria de 450 a 550 “partes por milhão por volume de CO₂ equivalente”³. O valor mais elevado deste intervalo corresponde aproximadamente ao dobro da concentração registada antes de 1780.

A concentração actual, no conjunto de todos os gases, já nos coloca na zona perigosa dos 465 ppmvCO₂eq (dos quais 370ppmv são do CO₂ sozinho). E este aumento tem sido cada vez mais rápido⁴. O restabelecimento da temperatura do globo implica estabilizar o quanto antes as concentrações atmosféricas dos gases em causa. De facto, dado o tempo de vida destes, e a inércia térmica dos oceanos⁵, não seria suficiente estabilizar a

emissões, elas teriam de ser reduzidas de forma muito drástica e muito rápida.

Os números abaixo ilustram esta ligação entre as escalas de tempo, temperatura, concentração e emissões para uma estabilização em 550 ppmv de CO₂ apenas. Devido ao princípio da precaução, e considerando todos os gases de efeito de estufa, o objectivo duma estabilização a 450 ppmvCO₂eq deveria ser adoptada, tendo em conta as características ainda por conhecer do sistema climático. De acordo com o relatório Stern⁶, para que este objectivo seja alcançado, é preciso que as emissões (42 gigatoneladas/ano actualmente) atinjam o seu máximo daqui a dez anos e a partir daí desçam 5% em cada ano, para que em 2050 haja uma redução de 75% em relação a 1990 à escala mundial. A estabilização em 550 ppmv (o valor mais alto do intervalo) implica chegar ao máximo em 20 anos, e a partir daí descer 1 a 3% ao ano (mas neste cenário há mais de 50% de hipóteses de ultrapassar a meta dos 2°C de aquecimento). Em todos os casos, no próximo século as emissões globais anuais devem ser trazidas às 5GtCO₂eq, ou até menos, o que equivale a dividir por oito as emissões de hoje.

O gás de efeito de estufa mais importante é o dióxido de carbono (CO₂). Como este gás é o produto inevitável de qualquer combustão, a redução das suas emissões não é tão fácil como a de poluidores atmosféricos como o enxofre, que pode ser eliminado no fumo⁷. Será então possível respeitar os limites físicos tão draconianos sem atirar a humanidade vários séculos para trás? Para evitar reacções de pânico e outras formas de comportamentos irracionais (de que as forças reaccionárias se poderiam aproveitar) é extremamente importante que a resposta ao nível técnico e científico seja: Sim! Sim, a luta contra o desperdício de energia, pela eficiência energética, a substituição de fontes fósseis por fontes renováveis, bem como a protecção dos solos e florestas, permitem enfrentar este desafio.

Dada a importância do processo de combustão, a questão da energia encontra-se no centro do debate. De facto, os fluxos de energia solar que atingem a superfície da Terra, e continuarão a fazê-lo pelo menos durante mais 5 mil milhões de anos, correspondem a sete a oito mil vezes o consumo de energia mundial. Um milésimo deste fluxo pode ser convertido em energia utilizável com a ajuda de tecnologias existentes. Este potencial técnico vai aumentar com o progresso científico (se lhe atribuírem os recursos necessários). Isto não significa que não existam problemas ou que baste substituir os combustíveis fósseis por fontes renováveis. A curto prazo, a transição envolve inúmeras dificuldades. A longo prazo, à medida que os raios de sol se transformem em energia disseminada, o seu uso exigirá um alto grau de descentralização, e portanto de participação social e responsabilidade colectiva.

As mudanças deveriam ocorrer nomeadamente nos estilos de vida individualistas das camadas mais ricas da sociedade, em particular nos países desenvolvidos, que fazem uma utilização muito grande de tecnologias insustentáveis, que não podem ser

A análise marxista permite ver as alterações climáticas enquanto resultado de um modo de produção que é insustentável porque o seu objectivo é puramente quantitativo: a acumulação de valor. Marx escreveu-o logo a partir das primeiras páginas do “Capital”: são as características do valor enquanto forma histórica particular da riqueza que dão a ilusão da possibilidade duma acumulação material ilimitada. Como resultado deste regime de produção generalizada de mercadorias, “a produção para a produção” traz inevitavelmente “o consumo pelo consumo”

generalizadas ao conjunto da humanidade. Mas estas mudanças não são forçosamente sinónimo de “regressão”. Se o clima deve ser salvo com justiça social, elas podem permitir uma qualidade de vida melhor para a imensa maioria da população, mesmo nos “países ricos”.

O carácter angustiante das alterações climáticas existe também porque as soluções têm sido implementadas de forma muito fraca. Mas porquê? Porque estas soluções reduzem a rentabilidade do capital, implicam o desaparecimento de actividades lucrativas, põem em causa as rendas e as situações de poder ligadas à centralização da energia, necessitam de uma planificação e de iniciativa pública, implicam uma realocação das actividades, derrubando a espiral infernal sobreprodução/sobreconsumo de uns / subconsumo de outros... etc. Estas são razões económicas, portanto sociais. Elas não derivam de leis naturais incontornáveis, mas de leis sociais que a humanidade pode mudar.

A literatura especializada caracteriza as alterações climáticas como um fenómeno de origem “antrópica”. Mas esta expressão é errónea. O aquecimento não é o fruto envenenado da “actividade humana” em geral, ou da “tecnologia” em geral, mas sim da actividade capitalista e da tecnologia capitalista (e que os regimes burocratizados do ex-bloco soviético não fizeram mais que copiá-las no essencial). É o resultado dum sistema que “se parece cada vez mais com o seu conceito”, segundo uma bela expressão de Michel Husson⁸.

O filósofo Hans Jonas, no seu célebre “Princípio Responsabilidade”, foi dos primeiros a aperceber-se da importância crucial dos limites climáticos para o desenvolvimento das sociedades humanas. Escrito em 1979, o seu aviso sobre este aspecto em concreto passou largamente despercebido, ainda que o conjunto das suas teses tenham tido grande influência⁹. Mas a ideologia de Jonas levou-o a colocar o problema noutros termos. Em vez de constatar o aumento do efeito de estufa como resultado do frenesim do crescimento capitalista, ele encontrou um argumento científico supremo e imparável contra a “utopia marxista”. De facto, o “Princípio Responsabilidade” acusa “a utopia” de querer acabar com os entraves “à tecnologia”, enquanto esta seria intrinsecamente destruidora do ambiente¹⁰.

Ao contrário desta tese, a análise marxista permite ver as alterações climáticas enquanto resultado de um modo de produção que é insustentável porque o seu objectivo é puramente quantitativo: a acumulação de valor. Marx escreveu-o logo a partir das primeiras páginas do “Capital”: são as características do valor enquanto forma histórica particular da riqueza que dão a ilusão da possibilidade duma acumulação material ilimitada. Como resultado deste regime de produção generalizada de mer-

cadorias, “a produção para a produção” traz inevitavelmente “o consumo pelo consumo”¹¹.

A bulimia energética é uma manifestação própria desta dinâmica, e as tecnologias que ela utiliza, ao contrário do que diziam Hans Jonas e muitos outros, não são neutras: elas são feitas à medida para satisfazer a sede de mais-valia. O uso de energias fósseis e da energia nuclear é bem exemplificativo disso. Ele não é um resultado dum qualquer automatismo tecnológico, mas sim de uma escolha em favor de fontes energéticas que possam ser apropriadas, ou seja, que dêem rendimentos que são super-lucros. Se o efeito fotovoltaico (a geração de corrente eléctrica nalguns materiais semi-condutores quando são atravessados pela luz) descoberto por Edmond Becquerel em 1839 nunca foi alvo de interesse para desenvolvimento sistemático, é porque os raios de sol não são tão facilmente apropriáveis como as minas de carvão ou os poços de petróleo. Hoje, passados quase dois séculos e meio de capitalismo assente em energias fósseis, a utilização destas revela-se afinal como fundamentalmente antagónica à regulação racional das trocas de materiais entre a humanidade e a natureza (que Marx descrevia como “a única liberdade possível”).

Com as alterações climáticas, a própria natureza parece querer fazer-nos compreender que a necessidade imperiosa daquela regulação racional se tornou numa razão de peso para abolir este modo de produção. Não esqueçamos que a relativa diminuição da intensidade de energia e carbono na economia (ou seja, as quantidades de energia e de carbono necessárias para produzir uma unidade do PIB) observadas nos últimos dois séculos não mudam nada nesta necessidade: elas já foram mais que compensadas pelo alargamento absoluto da produção. Ora, a lei subjacente a esta matéria é bem conhecida: para compensar a baixa tendencial das taxas de lucro, o capitalismo deve conquistar constantemente novas regiões, criar novas necessidades e novos mercados. Este frenesim de crescimento, se o permitirmos, queimaria até ao último barril de petróleo, até à última tonelada de carvão. Contar com a eventual “depleção” (descida de produção a seguir a um pico de produção) destes recursos para que cessem os estragos ambientais seria um erro: mesmo que seja obrigada a abandonar os combustíveis fósseis¹², a dinâmica capitalista de acumulação transformaria regiões inteiras em desertos ecológicos pela plantação de monoculturas a produzir biocombustível, ou ergueria centrais nucleares um pouco por todo o lado. O projecto ITER¹³ constitui o último avatar da loucura, bem descrita por Jean-Paul Deleage et al.¹⁴, um sistema que tenta saltar por cima da sua própria cabeça para não ver que é fundamentalmente incompatível com os ritmos de funcionamento da biosfera.

TRÊS DIFICULDADES QUE SE ENCAIXAM

Apesar da sua lógica de acumulação, será que o capitalismo poderia respeitar em tempo útil os constrangimentos físicos à estabilização do clima a um ponto que permita evitar as catástrofes humanas e ecológicas? Dado o nível já atingido pelas concentrações de gases de efeito de estufa e a inércia do sistema climático, infelizmente isso parece pouco provável, ou mesmo impossível. A catástrofe, na verdade, já está a avançar através duma série de acontecimentos que estão obviamente ligados entre si. Face à aparente aceleração do aquecimento, a questão hoje parece ser mais a de saber como o sistema seria capaz de limitar a subida e estabilizar a situação, e com que condições sociais. Para dar uma resposta concreta, é indispensável ter em conta três dificuldades relacionadas: a dimensão das mudanças a efectuar a muito curto prazo, a rigidez do sistema energético, assim como a concorrência que se exprime nas relações entre Estados (em particular nas relações norte sul).

Primeira dificuldade: a combinação entre os imperativos muito fortes e os prazos muito curtos. A dimensão das mudanças a fazer nas próximas décadas é vertiginosa. Isso implica deixarmos os combustíveis fósseis em geral como fontes de energia, mas também o petróleo, em particular, como matéria-prima da indústria petroquímica. As fontes renováveis podem fazer a ligação, mas não a qualquer custo. Não no âmbito de uma continuação da bulimia energética no domínio dos transportes ou de uma produção pletórica de plásticos, por exemplo. Em todo caso, tendo em conta o seu custo mais elevado que o dos fósseis e dada a brevidade dos prazos, a passagem para as renováveis deveria ser feita absolutamente a par de uma importante baixa do pedido primário dos países desenvolvidos (aproximadamente 50% ou mesmo mais, nos países “energívoros”). Por conseguinte, com uma caça aos desperdícios e um aumento da eficiência energética. Ora, a caça aos desperdícios e o aumento da eficiência, refere-se não somente às instalações, aos equipamentos individuais e aos comportamentos particulares, mas, também e, sobretudo, ao sistema energético global, que determina o conjunto. De um ponto de vista racional, sectores inteiros da economia deveriam ser mera e simplesmente suprimidos, porque são inúteis ou mesmo prejudiciais (produção de armas, publicidade, etc.), enquanto outros deveriam ser racionalizados para suprimir os “duplos” da concorrência. Isso, o capitalismo não pode encarar, pois seria contrário à sua lógica... Mas não escapará de facto às mutações consideráveis que se irão impor em domínios tão diversos como o ordenamento do território, os transportes, a agricultura, o alojamento, os lazeres, o turismo... Ora, realizá-los em prazos fixos necessitaria de uma forte centralização e da elaboração democrática de um plano maduramente reflectido. Todos os elementos são extremamente pouco compatíveis com a gestão neo-liberal de um modo de produção febril, tendo a concorrência como motor e a exclusão política das massas para corolário.

Segunda dificuldade: o sistema energético capitalista é caracterizado por uma muito grande rigidez e uma forte centralização. Isto não decorre somente da duração de vida dos investimentos (30 a 40 anos para uma central eléctrica) mas, também, e sobretudo, pelo facto de potentes lóbis se fixarem com grampos à galinha dos ovos de ouro... e criam permanentemente novas necessidades que “justificam” que a galinha seja posta em função para colocar mais ovos. O volume de negócios anual da venda de produtos refinados da indústria petrolífera é estimado em 2000 mil milhões de euros

por ano, a nível mundial, incluindo todos os produtos; o conjunto dos custos, da prospecção à refinação, passando pela extracção, representa cerca de 500 mil milhões. A diferença entre os dois (1500 mil milhões de euros por ano!) constitui a massa dos lucros e sobretudo os super-lucros sob a forma de renda¹⁵ acumulada graças à apropriação privada dos recursos. A esta potência colossal acrescentam-se as dos sectores ligados ao petróleo: o automóvel, a química, a petroquímica, a aeronáutica, a construção naval, etc., todos os ramos apostam numa expansão contínua do mercado mundial, por conseguinte do consumo material e das trocas. Numa tal configuração, embora seja rápido, o desenvolvimento dos investimentos nas tecnologias eólicas e solares (onde as situações de renda não parecem possíveis) pode apenas demorar a trazer uma solução. Controlada largamente pelos grandes grupos como Shell, BP, etc., o sector das renováveis serve sobretudo, neste momento, para dar um resto de tempo às energias fósseis, em vez de as substituir. Tal como se passa com o automóvel individual, a explosão do transporte aéreo e os hábitos de consumo que daí decorrem ilustram maravilhosamente a maneira como esta lógica de aprendiz de feiticeiro se legitima através das necessidades que cria e nos provoca cada vez mais rapidamente, obscurecendo ao mesmo tempo a nossa visão das realidades.

Terceira dificuldade: a concorrência que se exprime nas relações entre Estados. O CO2 produzido em qualquer ponto do globo contribui para o aquecimento planetário. Dado este carácter global da ameaça, a resposta deveria ser pensada, planificada e articulada, a nível mundial, privilegiando a colaboração no interesse de todos, numa perspectiva de longo termo. Este trabalho deveria visar centralmente dar uma resposta comum à questão chave: como partilhar os recursos para combinar a redução draconiana e rápida das emissões, a nível mundial, com o direito ao desenvolvimento dos países do Sul, onde vive a maioria do género humano? Ora, apesar dos esforços realizados por numerosos cientistas, a dominação e a concorrência sobrepõem-se sistematicamente à colaboração e à partilha dos recursos (incluindo a guerra) na divisão destes. A atitude dos principais protagonistas imperialistas (Estados Unidos, União Europeia, Japão) nas negociações climáticas é determinada claramente pelos interesses das suas empresas e pelos objectivos geo-estratégicos. O mesmo para a Rússia, para cada Estado-Membro da União Europeia tomado separadamente e para os grandes países em desenvolvimento (para não falar das monarquias petrolíferas!). As dificuldades intermináveis, as lentidões e os ressaltos das negociações climáticas são assim a expressão da contradição, insolúvel no capitalismo, entre o carácter cada vez mais globalizado da economia, por um lado, e a manutenção de Estados nacionais (ou de conjuntos de Estados) rivais, inteiramente sacrificados na defesa dos interesses da sua burguesia e onde alguns dominam outros. Este imbróglio, no qual o destino das vítimas da mudança climática pouco pesa, poderia ter consequências irreversíveis. Por exemplo, se o conflito de interesses entre as potências imperialistas, por um lado, e as classes dominantes dos grandes países em desenvolvimento, por outro, provocasse um bloqueio prolongado nas negociações do post Quioto. Ou se a futura administração norte-americana, contra tudo o que é esperado, prolongasse a linha de Bush durante alguns anos suplementares...

DE QUIOTO A NAIROBI: A RESPOSTA CAPITALISTA

De tudo isto, não seria necessário deduzir que o Moloch ca-

Pelo menos para as próximas décadas, o plano proposto pelo antigo economista do Banco Mundial [Nicholas Stern] consiste num faseamento através do qual o essencial do esforço da redução, imposto pelo representante de um preço mundial do carbono, é realizado ao Sul graças a uns investimentos do Norte, geradores de direitos de emissão para o Norte

pitalista manterá os braços cruzados perante um fenómeno que, se toca em primeiro lugar os explorados, faz pesar sobre o seu sistema a ameaça de uma desvalorização maciça do capital e uma subida da instabilidade. Mas a sua luta contra a mudança climática, desde há catorze anos¹⁶, é efectuada de acordo com os ritmos ditados pelo capital – demasiado lentamente – e de acordo com modalidades neo-liberais – que aumentam as desigualdades sociais, as tensões Norte-Sul, bem como a apropriação e a pilhagem dos recursos naturais. Lentidão e efeitos perversos: apesar de certos traços positivos, Quioto encarna efectivamente estas duas características. Com efeito, o objectivo de 5,2% na redução das emissões dos países desenvolvidos não só é muitíssimo pouco, como não será realizado em 2012, e, além disso, os “mecanismos flexíveis” incluídos no protocolo têm consequências sociais e ambientais negativas. As negociações sobre o pós-2012 não parecem alterar alguma coisa. Tão depressa quanto a Casa Branca for evacuada de George W. Bush, a União Europeia e os Estados Unidos orientar-se-ão provavelmente através de um compromisso. Isso satisfaz os pedidos cada vez mais urgentes de numerosas multinacionais que, convencidas da inevitabilidade das medidas, desejam o mais rapidamente possível um quadro regulamentar unificado e estável, a nível mundial. Mas esta aproximação dos irmãos inimigos climáticos corre o risco extremo de acentuar o carácter neo-liberal do Protocolo, reduzindo o seu relativo rigor regulador (quotas, datas, sanções no caso de incumprimento) e colocando outros aspectos positivos sob pressão. Esta tendência apareceu claramente na intensa actividade diplomática de Tony Blair e do seu sucessor designado, Gordon Brown. Na ocasião da cimeira do G8, na Escócia, a que presidia, o locatário de Downing street, revelou a sua ambição: fazer da Grã-Bretanha o pivot de um novo acordo climático e, deste modo, reforçar a posição do seu país em tanto que candidato à liderança da União Europeia alargada¹⁷. Publicado, em 31 de Outubro de 2006, justamente antes da conferência das Nações Unidas sobre o Clima, em Nairobi (Quénia), o relatório Stern sobre a economia da mudança climática inscreve-se neste quadro¹⁸. A originalidade deste relatório reside no facto de que, pela primeira vez, uma equipa de economistas mandatada por um governo toma a sério os avisos da comunidade científica e tenta dar uma resposta global. Sir Nicholas Stern teve indiscutivelmente o mérito de projectar a mudança climática para a ribalta dos media com um número chocante: se nada fosse feito, o impacto do aquecimento poderia ser tão duro quanto uma das duas guerras mundiais e o da grande depressão e representar até 20% de queda do PNB. “Então mais vale agir imediatamente e todos juntos. Isso será menos caro e oferecerá algumas saídas às empresas”. Tal é a lógica do seu relatório. Mas, a coberto de uma estratégia ambiciosa e de longo termo, Stern tende a escamotear

certos aspectos positivos de Quioto para proveito de uma política 100% liberal. Paradoxalmente, considerando que ele define a mudança climática como “o maior e o mais largo fracasso do mercado visto até ao presente”, as soluções que ele propõe resumem-se numa fórmula: mais mercado, mais crescimento, mais energia nuclear, mais liberalização das trocas, menor protecção social e democracia. Em resumo: mais desta política que destrói o ambiente e da qual os países do Sul, os pobres e os trabalhadores pagam os custos...

A questão Norte/Sul é decisiva, como já vimos. Livrando-se do registo intrincado de Quioto, o relatório Stern sai por assim dizer da guerra de trincheiras entre os grandes países em desenvolvimento e as metrópoles imperialistas, onde os primeiros dizem aos segundos: “Vós sois responsáveis, deveis agir”. E os segundos respondem: “Vós emitis mais gases com efeito de estufa do que nós, ajam também”. A relação de forças para os países dominados não é evidentemente melhor fora das trincheiras do que no seu interior... Pelo menos para as próximas décadas, o plano proposto pelo ex-chefe economista do Banco Mundial consiste num faseamento através do qual o essencial do esforço da redução, imposto pelo representante de um preço mundial do carbono, é realizado ao Sul graças a uns investimentos do Norte, geradores de direitos de emissão para o Norte²⁰. Assim, enquanto que era até agora “complementar” às medidas ditas “domésticas”, “a flexibilidade” prevista por Quioto tornar-se-ia total. Ora, a partir do momento em que poderia ser totalmente deslocalizada, a redução das emissões, para as empresas do Norte, não representaria evidentemente mais uma carga, mas um gigantesco mercado de exportação de equipamentos e de serviços²⁰. Um mercado governado pela troca desigual, na qual os países em vias de desenvolvimento (PVD) são incitados a comprometer-se, quer por uma taxa sobre o carbono, quer por quotas, o que aumenta a dominação imperialista sobre as suas economias. Certas decisões tomadas aquando da recente Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (Nairobi, Novembro de 2006) ganham ao serem encaradas à luz desta análise. Em Nairobi, os países desenvolvidos aceitaram a ideia de uma redução “bem superior a 50%” das suas emissões até 2050, mas precisando que não chegariam “sendo os únicos”. Estas três pequenas palavras são uma alusão evidente a uma extensão do “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo”. (MDP, um dos dispositivos flexíveis de Quioto)²¹. Por outro lado, foi decidido que o fundo de adaptação é alimentado por uma taxa sobre os investimentos no âmbito do MDP. Claramente: o financiamento dos projectos de protecção não será em função das necessidades das populações mais expostas, mas em função dos sucessos das multinacionais na conquista do grande mercado das tecnologias do “low carbon”.

Uma política como a proposta por Stern pode salvar o clima?

Seria necessário primeiro que adoptasse um objectivo de redução das emissões compatível com os constrangimentos físicos. Não é o caso do relatório apresentado ao governo britânico e é cada vez mais duvidoso que tal objectivo seja adoptado em tempo útil. Além disso, seria necessário um «governo» mundial forte que fosse capaz de impor um preço mundial do carbono determinado pela avaliação dos estragos do aquecimento, a longo prazo, e não pela lei do mercado, a curto prazo. Isto também não é evidente... Independentemente dos contornos precisos após Quioto, é provável, por conseguinte, que a política climática neo-liberal, daqui a 20 e 30 anos, saldar-se-á por um fracasso. O que poderá passar-se nesse momento? A resposta é do domínio da ficção política. Face a exigências que se têm tornado terrivelmente urgentes, não se exclui, por exemplo, que as potências dominantes mudem abruptamente de linha e utilizem os seus aparelhos de Estado para mobilizar e centralizar todos os recursos ou mesmo para impor um racionamento, como em período de guerra. A comparação não é fortuita: esse momento decisivo poderia certamente ser acompanhado de aventuras militares imperialistas ou mesmo confrontações inter-imperialistas, ou outros tipos de conflitos mortíferos. Mas isto é especulativo: se as guerras pelos recursos energéticos já fazem parte da actualidade, nada muda em contrapartida no sentido de um abandono do neo-liberalismo em proveito de uma política mais dirigista. Em todo o caso, tal mobilização não teria evidentemente por objectivo salvar o clima para todos e todas, mas salvá-lo na medida do possível protegendo os privilégios sociais dos exploradores. Isso geraria inúmeros sofrimentos humanos, um aumento da exploração, um agravamento da pilhagem dos países dominados e uma diminuição em causa dos direitos democráticos.

RACIONALIDADE GLOBAL VERSUS (?) RACIONALIDADES DO CAPITAL

Na ausência de uma alternativa credível à política neoliberal, a urgência leva certos meios e personalidades a elaborar propostas para acelerar a defesa do clima na equidade, mas sem estar a quebrar com os mecanismos de mercado, dado que estes parecem descansar sobre um consenso incontestável. Embora queiram ser realistas, estas propostas postulam a realização de uma série de condições que, quando se as examina, parecem extremamente utópicas. Aos olhos do sistema, têm falta de apostar sobre a força de convicção de uma racionalidade global. Ora, o capital, como “múltiplos capitais” concorrentes, é caracterizado pela contradição entre as suas inúmeras racionalidades parciais e a sua irracionalidade crescente como sistema. A racionalidade global pode convencê-lo apenas temporariamente e, em extremo, quando a sua sobrevivência é ameaçada (mas, nesse momento, em geral, é já demasiado tarde para a sobrevivência de numerosos membros das classes e camadas desfavorecidas).

Este equívoco entre a razão global e a razão do capital caracteriza nomeadamente o mecanismo sugerido para fazer conduzir a proposta conhecida sob o nome “de Contracção e Convergência” (C&C). Formulada pela ecologista indiana Anil Agarwal²², retomada pelo Global Commons Institute de Aubrey Meyer²³ e popularizada por cientistas eminentes como o senhor John Houghton²⁴ ou Jean-Pascal Van Ypersele²⁵, esta proposta tem o mérito de cortar o dilema dos países em desenvolvimento à vantagem destes. Retomemos os termos do problema: se eles prosseguem um crescimento baseado nas energias fósseis e mesmo admitindo

que o carácter combinado do desenvolvimento evitar-lhes-á que tomem exactamente o caminho seguido pelos países imperialistas, desde 1780, estes países acentuarão a mudança climática cujos povos serão (são já!) as principais vítimas. Os pobres, que têm razão em não quererem continuar a ser pobres, para salvar o clima perturbado pelos ricos. C&C preconiza uma redução radical das emissões globais (“contracção”) combinada com uma igualização das emissões per capita (“convergência”) e uma correcção de desenvolvimento do Norte pelo Sul graças às tecnologias limpas. Subscrevemos esta perspectiva igualitária, mas como poderia ser levada a efeito?

Em jeito de resposta, é sugerido que os direitos de emissão trocáveis sejam distribuídos aos países em desenvolvimento, enquanto forem abaixo da sua quota per capita. Os países do Norte que não reduzissem bastante as suas emissões deveriam comprar estes direitos. As reentradas correspondentes permitiriam aos países do Sul obter as tecnologias necessárias para um desenvolvimento sem carbono. Este cenário levanta muitas perguntas práticas. A quem seriam distribuídos os direitos? Quem garantiria que a sua liquidação aproveitaria efectivamente às populações (e não pagar o serviço da dívida ou engordar “as elites locais”)? São perguntas importantes. Mas o mecanismo tem também e sobretudo um ponto fraco fundamental. Na apresentação do cenário C&C, o climatólogo Jean-Pascal Van Ypersele, cujo compromisso em prol de um salvamento solidário do clima é indiscutível, escreveu isto: “Se a distribuição inicial dos direitos for baseada na equidade, as licenças poderiam constituir, em certas condições, um formidável vector de ajuda aos países em desenvolvimento. E, na condição de, a quantidade total de licenças ser determinada pela preocupação de proteger o clima para os próximos séculos, tal sistema permitiria efectuar as necessárias reduções de emissões ao melhor custo”²⁶.

Todo o problema reside evidentemente na pequena palavra “se” e na expressão “na condição de”. O capitalismo constituiu-se historicamente apropriando os recursos naturais. Distribuir gratuitamente direitos iguais a disposição dos recursos é oposto completamente à sua natureza (é por isso que, na prática, a distribuição de direitos de emissão não é nem equitativo, nem ético, como o mostra a experiência do Sistema europeu de troca de direitos. Em si mesmo, não é evidentemente uma razão para afastar a reivindicação (pelo contrário). Mas a questão a colocar é: quem imporá o respeito pelas condições prévias em matéria de equidade e quantidade de licenças? Os representantes políticos dos grandes países em desenvolvimento? Incomodam-se com a ética e o clima os soberanos imperialistas? Supondo que tenham vontade de impôr uma tal solução, seria necessário que eles se apoiassem numa mobilização popular muito ampla. É realista pensar que as massas pobres do Sul se mobilizarão por uma reivindicação tão etérea como a distribuição de direitos trocáveis para emitir gás carbónico na atmosfera? Se o adoptassem, em todo caso, seria no âmbito de um conjunto de apelos muito mais simples e mais directos: abolição da dívida, reforma agrária, nacionalização dos recursos energéticos (como na Venezuela e Bolívia), direitos das comunidades sobre a água e outros recursos, etc. Ora, a maior parte destas reivindicações rompe com o mercado... no âmbito do qual C&C, por realismo, quer permanecer inscrito. Reencontra-se o ponto de partida.

O que esta discussão revela, é que as dificuldades objectivas e subjectivas do salvamento do clima são indissolivelmente ligadas:

Clima ou desenvolvimento? Clima ou bem-estar? Não é a primeira vez que o capitalismo confronta a humanidade com uma escolha entre peste e cólera. Mas o frenesim da acumulação leva o dilema infernal a um nível global, sem precedentes. Esta situação faz pesar a ameaça de soluções bárbaras de uma amplitude terrível, em relação a dezenas de milhões ou mesmo centenas de milhões de pessoas

não se pode resolver uma sem estar a resolver a outra. Salvar o clima na justiça social, com uma população mundial de 6 mil milhões de seres humanos, implica trazer as emissões médias em redor de 0,4-0,5 tonelada de carbono por pessoa e por ano. Um americano ou um australiano emitem mais ou menos seis toneladas, um belga ou um dinamarquês três toneladas, um mexicano uma tonelada, um chinês ligeiramente menos, um indiano... 0,4 tonelada. A única lógica “duradoura” digna deste nome consiste em fazer da meia tonelada de carbono por pessoa e por ano a quota de emissão anual a atingir em cada país numa certa data. Uma estratégia mundial racional não pode senão consistir em quatro vertentes combinadas:

1º) reduzir radicalmente a procura primária da energia dos países desenvolvidos (dividi-la por quatro, seis ou oito, de acordo com os países);

2º) substituir sistematicamente as fontes fósseis por fontes renováveis, começando por estes países;

3º) constituir um fundo mundial de adaptação alimentado unicamente em função das necessidades dos países mais ameaçados (ler o artigo anterior “Um desafio social e político essencial”);

4º) transferir maciçamente as tecnologias limpas para os países do Sul, para que o seu desenvolvimento não provoque uma nova desestabilização do clima.

Se se afirma que estas quatro vertentes devem ter a dimensão necessária, serem realizadas nos prazos fixados e aplicadas na justiça social e na igualdade, então a solução não pode simplesmente decorrer de mecanismos de mercado como a distribuição de direitos trocáveis ou a redução progressiva e espontânea do custo das renováveis num contexto de concorrência²⁷. É necessário que as quatro vertentes acima sejam missões de serviço público, confiadas a empresas públicas, realizadas independentemente dos custos. De acordo com um caderno de encargos elaborado a partir das necessidades reais e considerando os recursos naturais como propriedade colectiva da humanidade. Uma redistribuição radical das riquezas (abolição da dívida dos países do Sul, imposto excepcional sobre os patrimónios à escala mundial, punção sobre os benefícios das companhias petrolíferas, supressão das despesas de armamento...) e o aprofundamento radical dos direitos democráticos são por conseguinte indispensáveis. A racionalidade global tem necessidade de uma perspectiva anticapitalista.

POR UM MOVIMENTO MUNDIAL DE SALVAMENTO DO CLIMA

Objectar-se-á que esta perspectiva também não é realista na conjuntura actual. É exacto: o desenvolvimento de uma estratégia anticapitalista para o clima é desabilitado pela crise histórica da legitimidade do projecto socialista. Enquanto que parecem indispensáveis para evitar catástrofes climáticas, propostas como

a planificação para a satisfação das necessidades, a iniciativa industrial pública e a nacionalização do sector da energia (ou qualquer outra forma de aposta sob o estatuto público a elaborar a uma escala internacional) são desacreditadas. Estas respostas são amalgamadas pela economia de comando ineficaz, delapidadora, produtivista e ultracentralizada²⁸, bem como pelos privilégios materiais da burocracia e o monopólio desta sobre as decisões políticas. Os marxistas revolucionários podem certamente explicar que esta amálgama é abusiva, mas as suas explicações apenas serão convincentes se afixarem a sua ruptura com o produtivismo, pegando na bandeira “de um ecossocialismo” onde os recursos - nomeadamente energéticos - são autogeridos por malha de redes flexíveis de comunidades locais, acoplados a uma planificação, a nível local, nacional, regional, e mundial²⁹. Seja como for, mesmo sob esta bandeira, é evidente que estas explicações poderão trazer a adesão apenas de um número limitado de pessoas.

Soluções de mercado enganosas, por um lado, soluções anticapitalistas desacreditadas, por outro... Onde está a saída? Na mobilização social. Em vez de privilegiar o *lobbying* (como o fazem tantas associações ambientais presas no dispositivo da governança), trata-se de construir uma relação de forças. Em vez de desperdiçar esforços para tentar convencer o patronato e os governos cúmplices, trata-se de investir as energias num trabalho de sensibilização de base. Em vez de procurar impotentemente a receita quimérica do salvamento do clima pelas trocas de direitos e outros mecanismos de mercado complicados, trata-se de propagar a ideia simples de que o clima deve ser salvo na justiça e na igualdade, independentemente dos custos, tomando o dinheiro lá onde ele está. Em vez de retornar cada um e cada uma a sua única responsabilidade individual, trata-se de criar na acção a relação social emancipadora podendo gerar uma nova responsabilidade individual e colectiva da humanidade no seu metabolismo com a natureza.

Como desafio global essencial (similar à ameaça da destruição pela guerra nuclear), a questão do clima pode fazer descer milhões de pessoas às ruas. A lista das problemáticas sociais levantadas é longa: acesso aos recursos, direito ao emprego, direitos das mulheres, recusa do racismo, luta contra a liberalização dos serviços públicos, defesa de refugiados, apoio à agricultura campesina, promoção do transporte público, direitos das comunidades indígenas, ordenamento urbano, recusa dos OGM, luta contra a flexibilidade, defesa da biodiversidade, manutenção da segurança social, sem esquecer a guerra à guerra e a abolição da dívida do terceiro mundo... Esta diversidade é uma força. A pista a seguir consiste em federar todos os movimentos de resistência numa acção conjunta, concretizada por jornadas mundiais de acção e de manifestação. A mobilização específica de jovens de modo para que este planeta seja vivível e bonito para todos

e todas pode catalisar uma articulação mundial de movimentos sociais. As iniciativas do Climate Action Network podem ser um ponto de partida. A manifestação organizada, em Londres, a 4 de Novembro, por iniciativa da Campaign Against Climate Change, são um exemplo a seguir por toda a esquerda.

Esta estratégia tem as suas exigências. Num sistema baseado na luta individual de todos e todas contra todos e todas, a vontade legítima dos explorados de melhorar as suas condições de existência imediatas e as das suas crianças com os meios ao dispor importará sempre sobre a ameaça dos perigos que decorrerão amanhã ou depois de amanhã, incluindo se a inevitabilidade destes perigos for demonstrado cientificamente. É por isso que a mobilização para o clima deve ser vinculada à satisfação das necessidades imediatas da maioria social: o emprego, a terra, o alojamento, um rendimento decente, o aquecimento, a água potável, o estatuto de emprego, as condições de trabalho, a segurança de existência... A dimensão da ameaça climática cria múltiplas possibilidades para estabelecer esta relação de uma maneira orgânica, a partir das lutas no terreno. Com uma condição: é necessário cessar de inscrever a acção numa estratégia de acompanhamento do crescimento capitalista, como o fazem as direcções políticas e sindicais tradicionais do movimento operário. É necessário abrir os olhos para o facto deste crescimento – que não cria mais empregos e gera a exclusão – nos leva para catástrofes ecológicas das quais os trabalhadores e os pobres serão as principais vítimas. É a partir desta constatação que a esquerda, em geral, e os marxistas revolucionários, em especial, deveriam ter como preocupação de comprometer o movimento operário na convergência para o clima. Não é fácil, mas é possível, como o demonstra nomeadamente a campanha dos sindicatos do Quebec para a nacionalização da energia eólica. Outras pistas podem ser evocadas: o controlo operário como meio para contestar a engrenagem capitalista, por um lado, e a demanda de empresas públicas que criam emprego no domínio da eficiência energética e da aplicação do renováveis, por outro lado³⁰. Perante a gigantesca aliança de interesses que conduz a humanidade à catástrofe e corrompe certas camadas da população nas delícias ilusórias de uma felicidade pequeno-burguesa factícia, a mobilização para o clima pode contribuir para reconstruir uma ponte para o anti-capitalismo. Através dela, trata-se de reanimar o desejo da utopia concreta mostrando como um bem-estar colectivo pode desenhar-se muito rapidamente dado que se aceita a ideia de sair do beco sem saída energético capitalista.

Clima ou desenvolvimento? Clima ou bem-estar? Não é a primeira vez que o capitalismo confronta a humanidade com uma escolha entre peste e cólera. Mas o frenesim da acumulação leva o dilema infernal a um nível global, sem precedentes. Esta situação faz pesar a ameaça de soluções bárbaras de uma dimensão terrível, em relação a dezenas de milhões ou mesmo centenas de milhões de pessoas. «Il diavolo fa le pentole ma no i coperchi» (“O diabo faz os tachos, mas não as tampas”) diz um provérbio italiano. É tempo de apagar o fogo diabólico da acumulação: o tacho capitalista não tem tampa e a humanidade corre o risco de se queimar.

*Daniel Tanuro, engenheiro agrónomo e ecologista, colaborador de La Gauche (revista mensal do LCR-SAP, secção belga da IVa Internacional) e de Inprecor. O autor agradece a Marijke Colle, Jane Kelly, Manolo Gari, Michel Husson e Michaël Löwy, que quiseram comentar uma primeira versão deste texto. Tradução de António José André e Luís Branco

NOTAS:

[1] Vários estudos recentes defendem que o aumento máximo deve ser ainda mais baixo que os 2°C. James Hansen, o responsável climatologista da NASA, afirma que a temperatura não poderá subir mais que 1°C em relação ao presente, o que já representa um aumento de 1,6°C em relação a 1780.

[2] <http://www.ipcc.ch/>.

[3] Para além do vapor, cujas quantidades na atmosfera são pouco influenciadas pela actividade humana, os principais gases de efeito de estufa são o dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nítrico (N₂O), bem como três gases industriais com flúor. As partes por milhão, em volume (ppmv) são uma medida de concentração. 450 ppmv de CO₂ significa que, de um milhão de moléculas na atmosfera, 450 serão moléculas de CO₂. Para facilitar, as emissões dos seis gases de efeito de estufa são medidas em equivalente CO₂ (ppmvCO₂eq), o que quer dizer que a quantidade de cada gás é convertida na quantidade de CO₂ que teria o mesmo efeito de apanhar os raios infra-vermelhos (“poder da radiação”).

[4] 2000-2001: +1,5 ppmvCO₂; 2001-2002: +2 ppmvCO₂; 2002-2003: + 2,5 ppmvCO₂; 2003-2004: + 3 ppmvCO₂.

[5] Como o aquecimento da massa de água nos oceanos é muito lento, o aquecimento actual terá impacto para daqui a mil anos

[6] http://www.hmtreasury.gov.uk/independent_reviews/stern_review_economics_climate_change/sternreview_index.cfm.

[7] Os óxidos de enxofre são responsáveis pela acidificação da chuva.

[8] “Comprendre le capitalisme actuel”. Texto para o Seminário Marx no século XXI: <http://hussonet.free.fr/mhsorbon.pdf>.

[9] Hans Jonas, «Principe responsabilité», Champs, Flammarion.

[10] É importante notar que esta abordagem leva a conclusões profundamente reaccionárias: elogio da “mistificação das massas” enquanto meio para a elite “impor politicamente” e com “um máximo de disciplina” as “medidas impopulares” necessárias para salvar o clima. E Jonas adianta que estas medidas derivariam das “leis da ecologia que Malthus foi o

primeiro a reconhecer”.

[11] MARX, “Théories sur la plus-value”, Tome I, Ed. Sociales, Paris 1974, pages 321-322.

[12] A tese acerca da ininência de um pico de produção antes duma depleção do petróleo e do gás é defendida nomeadamente pela ASPO (<http://www.peakoil.net/>). Na verdade, é errado trazer esta questão para o debate sobre o clima. Isto porque: 1) o pico de produção é um conceito económico e não físico; 2) o petróleo ainda por explorar é mais que suficiente para desregular o clima; 3) as reservas de carvão conhecidas garantem a exploração durante mais 300 anos; 4) Existem reservas importantes de petróleo, em particular nos xistos betuminosos, onde a exploração é muito nociva do ponto de vista ecológico.

[13] ITER é o acrónimo do Reactor Experimental Termonuclear Internacional. Instalado em Cadarache (França), este projecto de investigação comum deveria criar um protótipo duma central energética com fusão controlada. “Tal como o Sol”, diziam os media. Esta comparação na realidade não é exacta, já que a fusão solar se faz muito lentamente e reciclando os seus desperdícios. Sobre isto, leia-se Sylvie Vauclair, «La naissance des éléments. Du big bang à la terre», Odile Jacob 2006.

[14] Jean-Claude DEBEIR, Jean-Paul DELEAGE and Daniel HEMERY, “Les servitudes de la puissance. Une histoire de l’énergie”. Flammarion, Paris, 1986.

[15] Jean-Marie Chevalier, «Les grandes batailles de l’énergie», Gallimard 2004.

[16] A convenção quadro das Nações Unidas sobre a mudança climática foi adoptada na cimeira da Terra no Rio de Janeiro, em 1992.

[17] A moção do G8 “Climate Clean Energy and Sustainable Development”. Pode consultar em: www.fco.gov.uk/Files/kfile/PostG8_Gleneagles_CCChapeau.pdf

[18] Stern Review, op. cit.

[19] O faseamento é determinado pelos custos: o mercado orientar-se-ia, primeiro, por medidas que exijam menos investimentos, tais como uma melhor eficiência energética nos PVD, um acordão sobre o desflorestamento, o desenvolvimento de biocarburantes e,

depois, o eólico e o solar;

[20] O mercado mundial da eco-indústria é estimado em 550 mil milhões de euros. Os peritos esperam o seu alargamento, nos cinco próximos anos, sobretudo nos países emergentes, com taxas de crescimento de 5 a 8%. Fonte: Analysis of the EU ecoindustries, their employment and export potential. Pode consultar em: www.europa.eu.int/comm/environment/enveco/industry_employment/ecotec_exec_sum.pdf

[21] Os mecanismos flexíveis de Quioto são descritos no nosso artigo “Petit pas compromis, effets pervers garantis”. Pode consultar em: www.europe-solidaire.org/spip.php?article648

[22] Anil Agarwal & Sunita Nairin, «The Atmospheric Rights of All People on Earth», www.cseindia.org

[23] <http://www.gci.org.uk/JohnHoughton>, “Overview of the Climate Change Issue”,

[24] <http://www.jri.org.uk/re-source/climatechangeoverview.htm#carbon>

[25] Jean-Pascal van Ypersele, «L’injustice fondamentale des changements climatiques», in Alternatives Sud, Vol 13-2006

[26] J.-P. van Ypersele, op. cit.

[27] O relatório Stern acentua a ideia de que o renovável impor-se-á espontaneamente quando o seu custo se juntar ao do petróleo. De acordo com o relatório, neste momento, os preços dos produtos petrolíferos poderão reduzir-se para continuarem a ser concorrenciais. A existência de uma renda enorme, além dos lucros, torna certamente este cenário possível.

[28] Particularmente impressionante em matéria de mudança climática, na medida em que estas economias têm uma elevada intensidade em energia e carbono.

[29] Michaël Löwy, «Qu’est-ce que “l’écocapitalisme”?». Consultar: www.iire.org/lowyeco.html

[30] Uma reivindicação deste tipo tinha sido posta em marcha no início dos anos 80, pelos trabalhadores excedentes da multinacional Glaverbel, na região de Charleroi (Bélgica). Uma empresa pública de isolamento e restauração das construções foi criada, mas o poder político impediu-a de seguir.

ERNEST MANDEL E O ECOSOCIALISMO

MICHAEL LÖWY*

IMAGEM DE ÂNGELO FERREIRA DE SOUSA

A PREOCUPAÇÃO COM O AMBIENTE SURTIU COM FORÇA NOS ESCRITOS DE MANDEL APENAS A PARTIR DOS ANOS 70. ELA NÃO FIGURA PRATICAMENTE, POR EXEMPLO, NO “TRATADO DE ECONOMIA MARXISTA” (1962). É VERDADE QUE SE ENCONTRA JÁ, NESTA OBRA “INAUGURAL”, A IDEIA DE UMA “PARAGEM DO CRESCIMENTO” NO SOCIALISMO: “QUANDO A SOCIEDADE DISPUSER DE UM PARQUE DE MÁQUINAS AUTOMÁTICAS SUFICIENTEMENTE AMPLO PARA COBRIR TODAS AS SUAS NECESSIDADES CORRENTES (...) É PROVÁVEL QUE O “CRESCIMENTO ECONÓMICO” SEJA TRAVADO OU MESMO MOMENTANEAMENTE PARADO. O HOMEM COMPLETAMENTE LIVRE DE TODA A PREOCUPAÇÃO MATERIAL, ECONÓMICA, NASCERÁ.”

1) AS IDEIAS ECOLÓGICAS DE ERNEST MANDEL

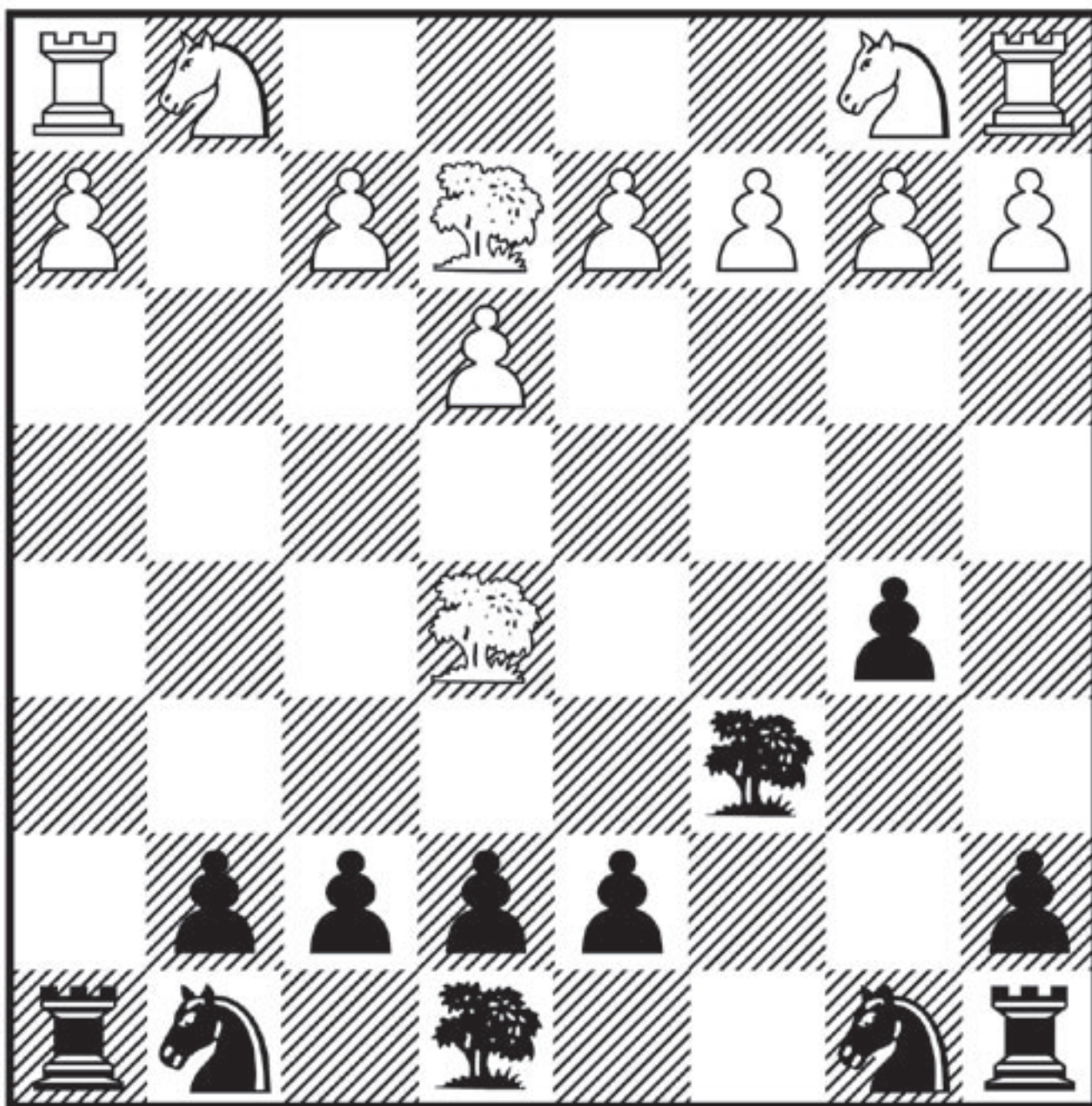
É portanto a partir de 1971-72 depois do surgimento dos primeiros movimentos ecológicos e no seguimento da leitura das obras pioneiras de Elmar Altvater, Harry Rothman e Barry Commoner que ele vai começar a integrar a dimensão ecológica nas suas reflexões. Desta forma, na “Terceira Idade do Capitalismo” (1972) coloca-se a questão da “ameaça crescente que a técnica contemporânea, devido à sua instrumentalização capitalista, faz pesar sobre o ambiente” e por consequentemente sobre “a sobrevivência da humanidade”. Mas esta não é uma problemática central na obra: são apenas algumas referências aqui e ali sem que o tema seja tratado de forma sistemática.²

Pareceria então que foi o relatório do “Clube de Roma” (Relatório Meadows, apoiado por Siccó Mansholt) que estimulou em Mandel o início de uma reflexão mais apoiada sobre o tema do ambiente: este tema será objecto do artigo “Dialéctica do crescimento” de Novembro de 1972, mais tarde publicado sob o título de “Marx e a Ecologia”.

Considerando o que tinha escrito no “Tratado” sobre a paragem do crescimento económico no socialismo, é curioso que a sua reacção ao relatório Meadows seja de tal modo negativa, ao ponto de caracterizar os autores como “doutrinários do capitalismo” prontos a sacrificar tudo, mesmo o nível de vida hoje em dia ainda considerado como sagrado, “desde que a propriedade privada e o lucro sejam salvaguardados”.

Mandel reconhece-lhes contudo o mérito de relembrar a existência de “recursos naturais limitados” que tornam impossível a generalização planetária do modo de vida da classe média dos EUA.

Depois de ter relembrado que para Marx o crescimento económico, o desenvolvimento das forças produtivas não era um fim em si mesmo, mas apenas um meio para a emancipação



humana, Mandel cita uma passagem importante da “Ideologia Alemã” (1846) sobre a transformação, no capitalismo, das forças produtivas em forças destruidoras. Este potencial destrutivo do desenvolvimento capitalista das forças produtivas resulta da própria lógica da economia de mercado fundada na procura do lucro: “se se escolheu certas técnicas em vez de outras, sem ter em conta os efeitos em matéria de equilíbrio ecológico, isto aconteceu em função de cálculos de rentabilidade privada de certas firmas...”³

Em certas passagens Mandel parece acreditar numa neutralidade da tecnologia moderna: “não é simplesmente verdadeiro que a técnica industrial moderna tenda inevitavelmente a destruir o equilíbrio ecológico”. Mas em seguida reconhece que a tecnologia actual, a tecnologia industrial moderna realmente existente – por

exemplo a imposta pelos *trusts* químicos como a Monsanto – é perigosa e nociva. Insiste simplesmente que esta orientação técnica não é a única possível: numa perspectiva socialista dar-se-ia “a prioridade ao desenvolvimento de uma outra tecnologia, dirigida inteiramente para o desabrochar harmonioso do indivíduo e para a conservação dos recursos naturais e não para a maximização dos lucros privados”.

A solução não é portanto impor a penúria, a ascese, a redução drástica do nível de vida – como propõem os peritos do MIT no seu relatório ao clube de Roma – mas em vez disso planificar o crescimento, submetendo a “uma série de prioridades claramente estabelecidas que escapam inteiramente aos imperativos do lucro privado”. A opção do “crescimento zero”, mais especialmente nos

Nos exemplos dos governos europeus dos últimos anos, a participação de partidos de esquerda conduziu a derrotas sem excepção, e de nenhum desses governos se pode afirmar que produziu uma grande reforma socialmente duradoura ou uma alteração de políticas que melhorasse a vida dos trabalhadores, que mudasse a relação de forças ou que vencesse as forças dos adversários sociais

países sub-desenvolvidos, é inaceitável.

A alternativa socialista que Mandel propõe é transformar radicalmente as estruturas económicas e sociais, criando desta forma as condições para um restabelecimento do equilíbrio ecológico.

Numa sociedade socialista a prioridade será dada à satisfação das necessidades básicas para todos os seres humanos e à investigação de tecnologias novas que reconstituam as reservas de recursos raros. A qualidade de vida, o tempo livre, a riqueza das relações sociais, tornar-se-ão bem mais importantes que o crescimento do rendimento nacional bruto⁴

Depois, esta problemática estará muito presente nos escritos de Ernest Mandel: por exemplo, no “Manifesto Socialismo ou Barbárie no limiar do século XXI” da Quarta Internacional (1993), há uma secção dedicada à relação entre socialismo e ecologia. O autor reconhece as fraquezas do movimento operário neste domínio, a falha flagrante das sociedades pós-capitalistas burocráticas, e a dívida dos marxistas para com os ecologistas. Mas mantém a sua atenção virada para a alternativa socialista: “uma luta eficaz contra a poluição, uma defesa sistemática do ambiente, uma investigação constante dos produtos de substituição dos recursos naturais raros, uma estrita economia no emprego destes, reclama portanto que as decisões de investimento e a escolhas das técnicas de produção sejam arrancadas aos interesses privados e transferidas para a colectividade que as opera democraticamente”⁵. A insistência nos “recursos naturais raros” – já presente no artigo de 1972 – é uma limitação evidente: a parada ecológica ultrapassa de longe este aspecto económico.

2) « APROPRIAÇÃO » OU SUBVERSÃO DO APARELHO PRODUTIVO?

Se a opção socialista de Mandel me parece manter a sua actualidade, parece-me necessário ir alguns passos mais longe, tanto na crítica da herança marxiana como na radicalidade da ruptura com o paradigma tecno-produtivo existente. É necessário integrar os dados adquiridos da ecologia no próprio coração da proposta socialista: por outros termos, visar uma alternativa ecosocialista. Um certo marxismo clássico – utilizando algumas passagens de Marx e de Engels – parte da contradição entre forças e relações de produção e define a revolução social como a supressão das relações de produção capitalistas, tornadas um obstáculo ao livre desenvolvimento das forças produtivas. Esta concepção parece considerar o aparelho produtivo como “neutro” e o seu desenvolvimento como ilimitado. Nesta óptica, a transformação socialista consistiria antes de tudo na apropriação social das forças produtivas criadas pela civilização capitalista e na sua colocação ao serviço dos trabalhadores. Para citar uma passagem do “Anti-Dühring” de Engels – essa obra canónica para gerações

de socialistas: no socialismo “a sociedade toma posse abertamente e sem desvios das forças produtivas que se tornaram demasiado grandes para terem uma outra direcção senão a sua.”⁶

É necessário criticar esta perspectiva de um ponto de vista ecosocialista, inspirando-se nas observações de Marx sobre a Comuna de Paris: os trabalhadores não se podem apropriar do aparelho de Estado capitalista e metê-lo a funcionar ao seu serviço. Eles devem “quebrá-lo” e substituí-lo por um outro, de natureza totalmente distinta, uma forma não estatal e democrática de poder político. O mesmo vale, mutatis mutandis, para o aparelho produtivo “realmente existente”, i.e. capitalista: pela sua natureza, e pela sua estrutura, ele não é neutro, mas está ao serviço da acumulação do capital e da expansão ilimitada do mercado. Está em contradição com as exigências de salvaguarda do ambiente e da saúde da força de trabalho. Pelo seu funcionamento lógico, só pode agravar a poluição, a destruição da diversidade biológica, a supressão das florestas, a perturbação catastrófica do clima. É necessário assim “revolucioná-lo”, transformando radicalmente a sua estrutura. Isto pode significar, para certos ramos da produção – as centrais nucleares por exemplos – “quebrá-lo”.

De qualquer modo, as próprias forças produtivas devem ser profundamente modificadas, em função de critérios sociais e ecológicos. Isto significa antes de tudo, uma revolução energética, a substituição das energias não renováveis e responsáveis pela poluição e envenenamento do ambiente – carvão, petróleo e nuclear – por energias “doces” e renováveis: água, vento, sol. Mas é o conjunto do modo de produção e de consumo – fundado por exemplo na viatura individual e em outros produtos deste tipo – que deve ser transformado, em conjunto com a supressão das relações de produção capitalistas e o começo de uma transição ao socialismo. É evidente que cada transformação do sistema produtivo ou dos transportes – substituição progressiva da estrada pelo comboio – se deve fazer com a garantia do pleno emprego da força de trabalho.

Qual será o futuro das forças produtivas nesta transição ao socialismo – um processo histórico que não se conta em meses ou anos? Duas escolas se confrontam no seio do que se pode denominar a esquerda ecológica:

I. A escola optimista, segundo a qual, graças ao progresso tecnológico e às energias doces, o desenvolvimento das forças produtivas socialistas pode conhecer uma expansão ilimitada, visando satisfazer “cada um segundo as suas necessidades”. Esta escola na toma em conta os limites naturais do planeta, acabando por reproduzir, sob o rótulo “desenvolvimento durável” o modelo socialista antigo.

II. A escola pessimista, que, partindo destes limites naturais,

considera que é necessário limitar de forma draconiana, o crescimento demográfico e o nível de vida das populações. Seria necessário reduzir para metade o consumo de energia, pagando o preço da renúncia às casas individuais, ao aquecimento, etc. Como estas medidas são bastante impopulares, esta escola acarinha, por vezes, o sonho de uma “ditadura ecológica esclarecida”.

Parece-me que estas duas escolas partilham uma concepção puramente quantitativa do desenvolvimento das forças produtivas. Há uma terceira posição, que me parece mais apropriada – em direcção à qual Mandel parecia tender – cuja hipótese principal é a mudança qualitativa do desenvolvimento: pôr fim ao monstruoso desperdício de recursos pelo capitalismo, fundado na produção, em grande escala, de produtos inúteis ou nocivos: a indústria de armamento é um exemplo evidente. Trata-se então de orientar a produção para a satisfação das necessidades autênticas, a começar pelas que Mandel designava como “bíblicas”: a água, a alimentação, o vestuário, o alojamento.

Como distinguir as necessidades autênticas das artificiais e factícias? Estas últimas são induzidas pelo sistema de manipulação mental que se chama “publicidade”. Peça indispensável ao funcionamento do mercado capitalista, a publicidade está votada ao desaparecimento numa sociedade de transição para o socialismo, para ser substituída pela informação fornecida pelas associações de consumidores. O critério para distinguir uma necessidade autêntica de uma outra artificial é a sua persistência depois da supressão da publicidade... (Coca-cola!).

A viatura individual, pelo contrário, responde a uma necessidade real, mas num projecto ecosocialista, fundado na abundância dos transportes públicos gratuitos, este terá um papel bem mais reduzido que na sociedade burguesa, em que se tornou um fetiche mercantil, um sinal de prestígio, e o centro da vida social, cultural, desportiva e erótica dos indivíduos.

Claro, responderão os pessimistas, mas o indivíduos são movidos por desejos e aspirações infinitas que é necessário controlar e recalcar. Ora, o ecosocialismo está fundado numa aposta, que era já a de Marx e sobre a qual Mandel insistia frequentemente: o domínio, numa sociedade sem classes, do “ser” sobre o “ter”, ou seja da realização pessoal, através de actividades culturais, lúdicas, eróticas, desportivas, artísticas, políticas, sobre o desejo de acumulação ao infinito de bens e produtos. Este último é induzido pela ideologia burguesa e pela publicidade e nada indica que constitua “uma natureza humana eterna”. Isto não quer dizer que não vão existir conflitos, entre as exigências de protecção do ambiente e as necessidades sociais, entre os imperativos ecológicos e as necessidades do desenvolvimento, em particular nos países pobres. É a democracia socialista, liberta dos imperativos do capital e do “mercado”, que deve resolver estas contradições.

* Michael Löwy é cientista social brasileiro radicado há quatro décadas na França. Leciona na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, da Universidade de Paris. Nascido em 1938, é especialista em Karl Marx, Rosa Luxemburgo e Georg Lukács. É autor de “Marxismo na América Latina”. Tradução de Carlos Carujo

NOTAS:

[1] E.Mandel, *Traité d'économie marxiste*, (1962) Paris, UGE 10/18, 1969, tome IV, p.185-186.

[2] E.Mandel, *Le troisième âge du capitalisme* (1972), Paris, Les Editions de la Passion, 1997, pp. 400, 459.

[3] E.Mandel, « *Dialectique de la Croissance* », *Mai*, n° 26, Novembre-decembre 1972, p.11.

[4] *Ibid.* pp. 12-14.

[5] « *Socialisme ou barbarie au seuil du XXI^e siècle* », suplemento do *Inprecor*, julho 1993

[6] F. Engels, *Anthi-Dühring*, Paris, Ed. Sociales, 1950, p. 318

Publicado no site «Ernest Mandel, archives Internet».

ERNEST MANDEL E A BUROCRACIA

NICOLAS LATTEUR*

IMAGEM DE ÂNGELO FERREIRA DE SOUSA

ERNEST MANDEL PROLONGA A ANÁLISE DA BUROCRACIA NAS ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS, JÁ DESENVOLVIDA POR TROTSKY E ROSA LUXEMBURGO. OFERECE UMA POSSÍVEL ALTERNATIVA MARXISTA ÀS TEORIAS BURGUESAS E DELINEIA OS ASPECTOS ESSENCIAIS DA LUTA CONTRA A BUROCRACIA.

CONTRARIAMENTE às teorias que afirmam a emergência de uma casta burocrática (casta de funcionários a tempo inteiro que usurpa o poder) como inevitável nos partidos de massa, Mandel responde aos que negam a possibilidade de uma organização democrática de luta dos trabalhadores e de um poder dos trabalhadores no mundo moderno.

Para Mandel, a burocracia é fruto de relações específicas, historicamente definidas entre os seres humanos e entre os seres humanos e o mundo. A sua emergência sob o capitalismo e nas sociedades pós-capitalistas tem origem na reprodução da divisão social do trabalho entre trabalho manual e trabalho intelectual. Essa divisão permite o surgimento de uma casta de dirigentes que ao mesmo tempo administra o partido, os sindicatos de massas ou um aparelho de Estado pós-capitalista. Na maioria das vezes, esta casta desenvolve-se de maneira distinta, tendo seus próprios interesses materiais, a sua própria política e ideologia. Esta casta não contribui com a eficiência ou com a eficácia das organizações de massa dos trabalhadores. No lugar disso, o monopólio do poder destrói a capacidade da classe operária tanto de defender os seus interesses mais imediatos sobre o capitalismo como de construir uma alternativa viável a ele.

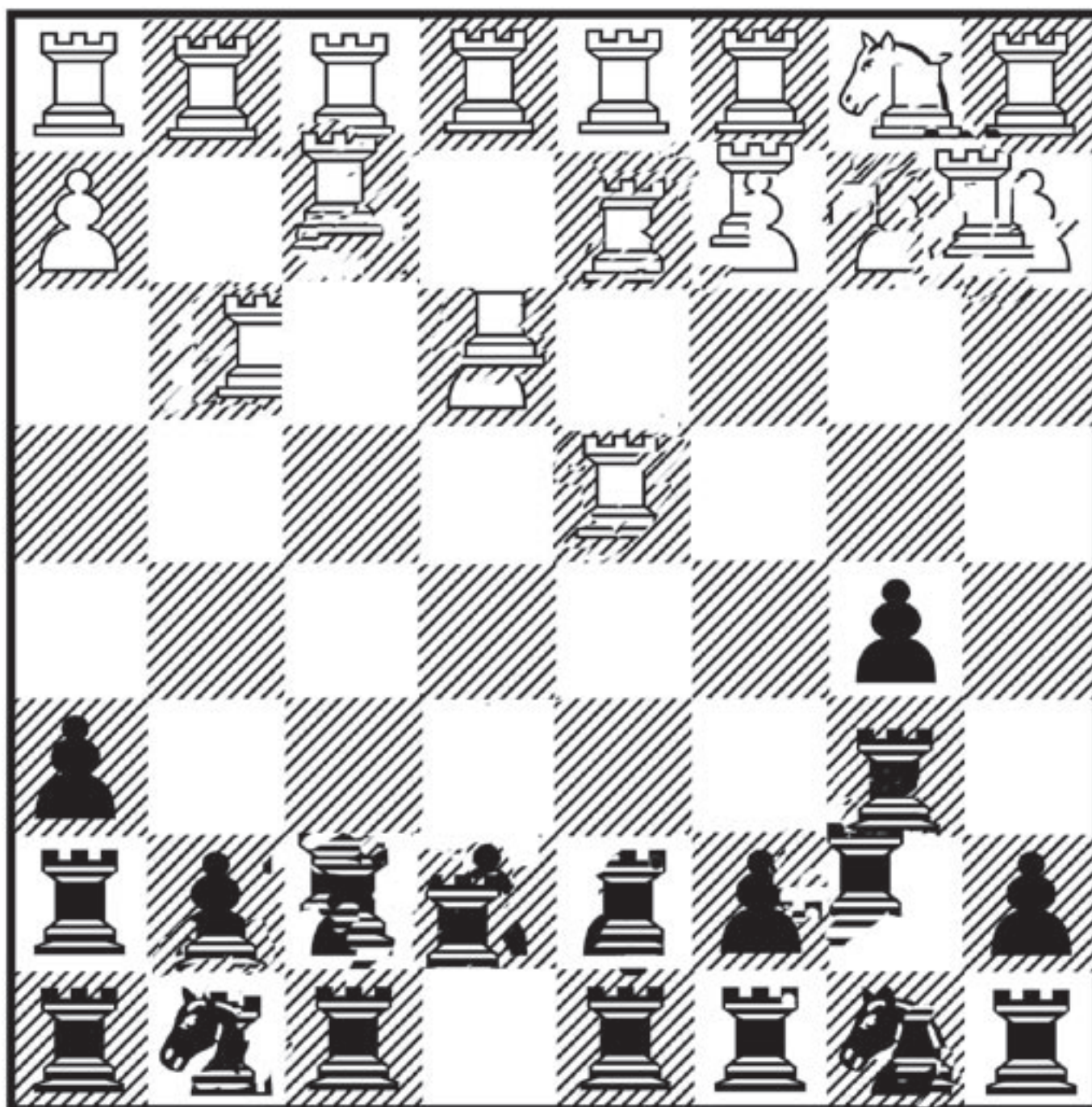
O APARECIMENTO DA CRÍTICA

A crítica marxista à burocracia começa por analisar o reformismo no pós-guerra de 1914-1918. Mandel apoia nos escritos de Rosa Luxemburgo uma crítica marxista à burocracia. Para ela, a emergência e o desenvolvimento de uma casta de burocratas nos sindicatos e no partido foram os responsáveis pelo conservadorismo crescente na social-democracia alemã. Ela conclui que a hegemonia desses quadros permanentes dos sindicatos e do partido, combinada com a influência dos intelectuais da classe média, explicaria a recusa de toda a direcção de sustentar outras actividades além das campanhas eleitorais e negociações rotineiras de convenções coletivas.

NAS ORIGENS DA BUROCRACIA

Mandel situa “as origens da burocracia operária no carácter de alternância e de descontinuidade da luta da classe operária sob o capitalismo. Para Mandel, a condição necessária para o desenvolvimento da consciência de classe é a actividade autónoma e a auto-organização dos próprios trabalhadores” (1). A classe operária não pode, na sua totalidade, ser activa permanentemente na luta de classes. Não há engajamento massivo que não seja em situações extraordinárias, revolucionárias ou pré-revolucionárias que, por causa da posição estrutural do trabalho assalariado no capitalismo, deve ser de curta duração. Depois de lutas vitoriosas, somente uma minoria dos trabalhadores permanece activa, de modo sistemático. Esta, em sua grande maioria, preserva e transmite aos novos trabalhadores as tradições da luta das massas sobre o lugar do trabalho na sociedade. Mas uma minoria dessa “minoridade militante”, com os intelectuais de classe média que têm acesso aos recursos culturais dos quais é excluída a maioria da classe operária vai assumir a administração dos sindicatos e partidos criados pelo ascenso periódico das lutas.

Apesar de um aparelho com quadros permanentes e funcionários ser necessário às organizações de massa, a especialização de funções pode criar um monopólio crescente do conhecimento sobre ele e, portanto, do poder. Se isto não for controlado, pode significar um real distanciamento entre a direcção e as massas.



É durante os momentos de tréguas inevitáveis da luta de classes, quando a maioria da classe trabalhadora se encontra em refluxo, que o potencial de burocratização se realiza. Em particular, durante ondas longas de expansão onde os níveis de vida encontram-se melhores, sem lutas tumultuosas. O aparelho pode então distanciar-se da classe. Os trabalhadores que se tornaram quadros permanentes tiveram experiências de condições de trabalho completamente diferentes. Libertaram-se com isto das humilhações quotidianas do processo capitalista de trabalho. Capazes de fixar os seus horários, de planear as suas actividades, os quadros permanentes procuram consolidar os seus privilégios e criar outros, em particular condições melhores das que têm os trabalhadores dos quais esses quadros são representantes.

Na defesa dos seus privilégios, a burocracia exclui os militantes

de base nos sindicatos e no partido de qualquer poder efetivo de decisão. A consolidação da burocracia como casta social distinta gera uma prática política particular adequada a sua visão do mundo. A preservação do aparelho do partido ou do sindicato torna-se o objectivo principal. Os burocratas tentam conter actividades que possam pôr em risco a existência das instituições que criam as condições para seu estilo de vida particular. “Assim, a dialética das conquistas parciais, a possibilidade de que as novas lutas possam levar à destruição das organizações de massa da classe operária está na base do fato que a burocracia operária conte com as campanhas eleitorais e as táticas de pressão parlamentar (o lóbi) para aprovar reformas políticas e realizar negociações coletivas extremamente controladas no sentido de aumento de salário e melhoria das condições de vida. Toda a discussão, sem

Mas porque não vimos emergir partidos revolucionários na Europa? Mandel aponta a recessão de 74-75, que deixa vulneráveis numerosos militantes levados a agir num contexto de desemprego massivo e de desaparecimento de uma tradição anti-capitalista. Os PCs não se transformaram rapidamente em espaços de actividade militante de base, mas em espaços de recrutamento de funcionários de sindicatos e de partidos

falar nas tentativas de promover a actividade autónoma e a auto-organização das massas trabalhadoras e oprimidas sob a forma de ação militante (...) deve ser sufocada” (2).

Os burocratas exigem dos trabalhadores uma obediência cega aos dirigentes. Ou então a substituição reformista da política eleitoral e da negociação rotineira nas lutas da massa trabalhadora seria catastrófica. Essa política é utópica, no sentido mais negativo da palavra. Não se pode modificar gradualmente as relações entre capital e trabalho. Essa concepção desmorona quando se está diante de uma crise inevitável do capitalismo e de uma intensificação da luta de classes, como resultado da crise. Os burocratas tentam então limitar a luta dos trabalhadores por dentro da democracia capitalista, o que facilita a consolidação das forças repressivas e ditatoriais do poder capitalista (Alemanha, 1933, Espanha e França, 1936-37...). Esse substitucionismo conduziu a uma desorganização e a uma passividade profunda nas fileiras da classe trabalhadora ocidental durante a Segunda guerra mundial. Se se renuncia à militância e à acção directa dos trabalhadores, a burocracia operária no ocidente não tem outra escolha senão fazer concessões à ofensiva patronal e dos governos autoritários dos estados capitalistas.

É INEVITÁVEL A BUROCRACIA?

De acordo com Mandel, o reformismo continuará a ser um problema no movimento operário até que o capitalismo seja superado mundialmente. Mas Mandel aponta contrapesos sociais e medidas preventivas. Se o processo alternativo da luta de classes cria o contexto para o crescimento da burocracia, ele fornece também a base para um partido operário revolucionário de massas. Dos fluxos e refluxos da luta de classes nasce uma vanguarda de trabalhadores. A capacidade de novos socialistas revolucionários de organizar os trabalhadores mais ativos, os mais radicais, e fundir-se com eles cria uma série de contrapesos potenciais à burocracia. A auto-actividade da classe operária e a implantação sólida do partido revolucionário no seio do movimento operário são também alternativas às tentativas de confinar as lutas no interior dos limites compatíveis com o poder capitalista.

Mas porque não vimos emergir partidos revolucionários na Europa? Mandel aponta a recessão de 74-75, que deixa vulneráveis numerosos militantes levados a agir num contexto de desemprego massivo e de desaparecimento de uma tradição anti-capitalista. Os PCs não se transformaram rapidamente em espaços de actividade militante de base, mas em espaços de recrutamento de funcionários de sindicatos e de partidos.

UMA CONTRIBUIÇÃO PRECIOSA

A contribuição de Mandel à análise da burocracia nas sociedades capitalistas, bem como nas sociedades pós-capitalistas, revela-se preciosa para ampliar as perspectivas essenciais de recomposição. É verdade que algumas das previsões se revelaram muito prematuras. Porque, como analisa a resolução do XIV Congresso da Quarta Internacional, os anos 50 e 60 testemunharam uma profunda divisão na história da vanguarda operária. No lugar de ganhar os trabalhadores anti-capitalistas das organizações burocratizadas, trata-se sobretudo de trabalhar uma perspectiva de recomposição gradual da vanguarda operária através da reorganização progressiva dos diversos movimentos sociais emancipatórios à escala internacional.

* Nicolas Latteur é sociólogo e professor na Universidade Livre de Bruxelas. Tradução de Bruno Deusdará e Elídio Marques para o portal Marxismo Revolucionário Atual - <http://www.mra.org.br/>

Fonte: Ernest Mandel Internet Archive (www.ernestmandel.org).

NOTAS:

(1) Charles Post, «Ernest Mandel et la théorie marxiste de la bureaucratie», in «Le Marxisme d'Ernest Mandel», Paris, PUF (Actuel Marx), 1999.

(2) Charles Port, idem.

A ACTUALIDADE DE ERNEST MANDEL

GILBERT ACHCAR*

IMAGEM DE ÂNGELO FERREIRA DE SOUSA

ERNEST MANDEL MORREU EM 20 DE JULHO DE 1995, NO MEIO DO ÚLTIMO DECÊNIO DO SÉCULO XX. ERA UM MOMENTO DE REFLUXO DO MOVIMENTO MARXISTA INTERNACIONAL: A OFENSIVA NEOLIBERAL DO CAPITALISMO MUNDIAL GOLPEAVA EM CHEIO, CLINTON CONTINUAVA O TRABALHO COMEÇADO POR REAGAN E OS SOCIAL-DEMOCRATAS EUROPEUS BREVEMENTE VIRIAM A CONTINUAR O QUE SEUS CONCORRENTES CONSERVADORES HAVIAM COMEÇADO.

CONTRARIAMENTE às teorias que afirmam a emergência de uma casta burocrática (casta de funcionários a tempo inteiro que usurpa o poder) como inevitável nos partidos de massa, Mandel responde aos que negam a possibilidade de uma organização democrática de luta dos trabalhadores e de um poder dos trabalhadores no mundo moderno.

Os Estados de origem estalinista tinham caído, ilustrando de modo tão enganador como imprevisto - num sentido inverso - a “teoria do dominó”. Uma massa de ideólogos compartilhava a opinião segundo a qual a URSS e o marxismo estavam tão inseparavelmente ligados como estão o Vaticano e o catolicismo - independentemente de terem sido inimigos jurados de Moscou ou parte de seus adutores ou aliados - e proclamavam que Marx, desta vez, estava verdadeiramente morto.

Este contexto político e ideológico pesou fortemente na per-

cepção da morte de Mandel. A tendência natural era não ver nele mais que um representante de uma geração muito marcada pela experiência da União Soviética, uma geração que nasceu nos primeiros anos do regime “comunista” russo e que se extinguia na hora de sua queda.

Mandel podia facilmente aparecer, assim, como representante de um marxismo específico do século XX, cujas principais tendências se relacionavam com a União Soviética, seja de um modo admirativo ou crítico. Os que desejavam continuar um combate de inspiração marxista contra o capitalismo preconizavam um “retorno a Marx” (que, portanto, estava bem vivo, como se poderia constatar rapidamente). Para alguns, isso traduziu-se por deixar de lado tanto a herança do “marxismo soviético” como a de seus críticos, enquanto outros buscavam combinar um Marx renovado com tendências do pensamento filosófico tão distantes da questão da URSS quanto da luta de classes real e que, deste modo, não se veriam afetadas pelo grande giro histórico.

Na realidade, toda a visão que confina a herança de Ernest Mandel a um capítulo da história do marxismo ligado à existência da União Soviética é forçosamente ignorante da sua obra. Com efeito, seja qual for a opinião que possamos ter das numerosas contribuições de Mandel em relação à União Soviética - que podem ser consideradas como a parte menos original de seus trabalhos, pois elas estão consagradas em grande parte a uma defesa ortodoxa das análises de Trotsky -, elas não representam mais que uma parte da volumosa massa de seus escritos. Ernest Mandel sempre protestou energicamente - e a justo título - contra toda a tentativa de definir o perfil teórico e político do movimento internacional que ele inspirava, e consequentemente o seu próprio perfil, como principalmente, quando não unicamente, “anti-estalinista”. Ele insistiu sempre no fato de que a dimensão mais essencial do combate que levava adiante com seus camaradas era dirigida contra o capitalismo, e que o estalinismo era um fenómeno muito mais efêmero do que o capitalismo.

Para dizer a verdade, se o “retorno a Marx” deve ser considerado como um traço característico do marxismo moderno, Ernest Mandel é o mais actual dos marxistas da última época. A parte

O seu humanismo revolucionário - uma característica que compartilhava com Ernesto Che Guevara, esse ícone do ardor revolucionário juvenil com quem dividia uma amizade e até o mesmo nome - era um dos traços essenciais da sua personalidade e de sua produção teórica

principal de sua obra se funda, com efeito, numa reapropriação e numa actualização diretas do marxismo original. Vários dos seus principais trabalhos teóricos entram nesta categoria, fundamentalmente o Tratado de Economia Marxista, A Formação do Pensamento Económico de Karl Marx e as suas introduções aos três volumes da edição inglesa de bolso do Capital de Marx. Mandel também se afirmou como um dos principais intérpretes modernos da teoria económica marxista, e nenhum “retorno a Marx” - no campo económico ao menos - pode, se é sério, furtar-se à necessidade de ler Mandel como um dos contributos mais úteis e dos mais instrutivos ao pensamento económico de Marx.

Caso Mandel não houvesse escrito mais que as obras mencionadas, o seu interesse para o marxismo moderno seria já evidente. Mas ele fez muito mais que isso: Ernest Mandel escreveu uma obra que Perry Anderson, o melhor conhecedor da história das ideias de Marx, descreveu como “a primeira análise teórica do desenvolvimento global do modo de produção capitalista desde a Segunda Guerra Mundial, concebida no quadro das categorias marxistas clássicas”¹. Com efeito, *O Capitalismo Tardio*, a obra máxima de Mandel, não é a primeira tentativa de interpretação da dinâmica do capitalismo do pós-guerra, mas é a primeira - e até hoje a única - tentativa de consagrar-se a esta tarefa considerável de um modo global.

Mandel esforçou-se em actualizar as categorias de Marx e em utilizá-las para analisar não somente a esfera económica, mas também as outras esferas, social, política e ideológica, produzindo uma análise do “modo de produção capitalista” posterior à Segunda Guerra Mundial no sentido mais amplo desta fórmula marxista.

Mandel desenvolveu, ademais, instrumentos chave para a análise da fase na qual entrou o capitalismo mundial depois do fim do longo *boom* do pós-guerra, em particular pelo papel capital que ele desempenhou na reabilitação e actualização da teoria das “ondas longas” de desenvolvimento capitalista. Igualmente, formulou uma análise original da natureza da recessão prolongada do capitalismo mundial em curso desde os anos 1970. A sua interpretação é uma das tentativas mais estimulantes e mais sérias com o intuito de explicar a dinâmica histórica do capitalismo mundial em longo prazo, uma tentativa que não pode ser ignorada, sob pena de se deixar de lado um aspecto essencial da discussão teórica marxista em economia. Uma das contribuições mais importantes de Mandel a este respeito consistiu em sublinhar fortemente o papel da luta de classes e das formas de dominação burguesa como fatores fundamentais da dinâmica histórica das economias capitalistas.

Ele afirmou, corretamente, que o êxito dos esforços capitalistas em impor uma nova forma de (des)regulação da economia mundial - o que hoje chamamos correntemente de “mundialização”

capitalista - dependeria em grande parte da relação entre as forças sociais. Com o olhar fixado na fração europeia do capitalismo mundial, concluiu o último de seus livros publicados em vida, a nova edição, actualizada e aumentada, de “Long waves of capitalist development”², que apareceu em 1995 com o seguinte prognóstico:

“Se os longos períodos de prosperidade criam as condições mais favoráveis para o compromisso e o “consenso”, os longos períodos de recessão são propícios para os conflitos nos quais todas as partes se negam a fazer concessões importantes. O que tende a prevalecer não é uma regulação bem sucedida, senão contradições e conflitos crescentes (...) Não haverá, portanto, nenhuma “aterragem serena” da longa depressão, só fases de expansão dos ciclos curtos seguidas de novas recessões, com um aumento regular do desemprego e das taxas de crescimento médias de longo prazo muito inferiores às do *boom* do pós-guerra”.

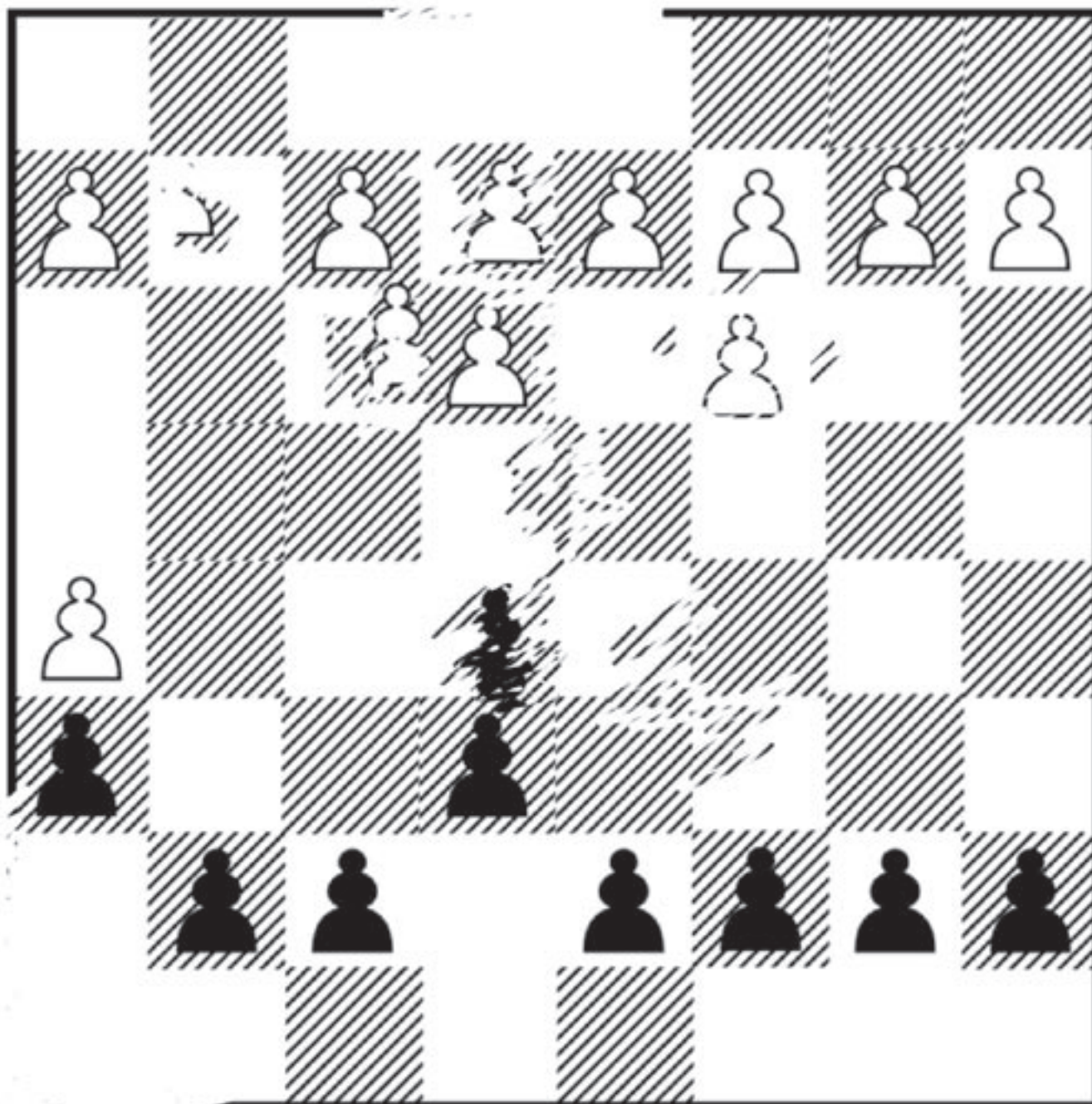
Mandel, fiel a Marx neste sentido, considerava a luta de classes como factor determinante da história e do prognóstico económico. Mais que produzir uma versão marxista da crença na onipotência da “mão invisível” do mercado, sustentada pela escola clássica da economia política burguesa, ou da visão mercantilista de uma economia mundial onde os Estados concorrentes são o factor decisivo, Mandel compartilhava a visão de Marx, porque, como Marx, ele estava profundamente comprometido na luta de classes e o mais distante possível do marxismo de salão.

Durante toda sua vida foi um militante comprometido do movimento operário, consagrando a maior parte de seu tempo à intervenção política no movimento real.

É uma pena que Mandel não tenha vivido tempo suficiente para assistir o desenvolvimento do novo movimento mundial contra o neoliberalismo e as guerras imperialistas. Se ele estivesse ainda ao nosso lado e com saúde teria, sem nenhuma dúvida, contribuído poderosamente com a construção deste movimento, dando-lhe não somente a sua erudição e experiência imensas, mas também o seu entusiasmo revolucionário insaciável.

Em vários aspectos, ele teria estado de acordo com o novo movimento e com a nova onda de radicalização da juventude, como esteve com a onda de 1968 quando já tinha 45 anos.

A herança de Ernest Mandel está muito mais em harmonia com o componente jovem do novo movimento mundial do que vários de seus componentes de maior idade. É porque o seu compromisso revolucionário foi sempre profundamente ético: distante da visão cínica de mundo que compartilham os burocratas e os politiqueros profissionais, a inspiração de Mandel era profundamente ética. O seu humanismo revolucionário - uma característica que compartilhava com Ernesto Che Guevara, esse ícone do ardor revolucionário juvenil com quem dividia uma amizade e até o mesmo nome - era um dos traços essenciais da sua personalidade e



de sua produção teórica.

Mandel estava, ademais, muito mais em harmonia com a geração jovem, pois a liberdade e a democracia faziam, a seus olhos, parte dos valores mais elevados.

Devido a isso, Mandel era, sem dúvidas, entre todos os marxistas da segunda metade do século XX, um dos mais próximos do espírito da mulher que ele admirava profundamente e que atravessava a prova do tempo de forma notável: Rosa Luxemburgo. Toda a pessoa familiarizada com os escritos políticos de Mandel sabe que ele era, de várias maneiras, um “luxemburguista”. Não somente em razão de sua profunda crença no potencial revolucionário das massas, mas também devido ao seu internacionalismo intenso e à sua convicção de que as liberdades democráticas são tão indispensáveis para o movimento revolucionário quanto o ar é indispensável para os seres humanos.

Ernest Mandel é uma fonte indispensável para o desenvolvimento do marxismo do século XXI.

*Gilbert Achcar é professor de ciências políticas na Universidade Paris - VII (Saint-Denis), colaborador do *Le Monde Diplomatique* e da revista *Imprecor*. Dirigiu a publicação *O Marxismo de Ernest Mandel* (PUF, Actuel Marx, Paris, 1999). Entre suas obras mais recentes, destacam-se *Terrorismes et désordre mundial* (Complexe 2002); *L'orient incandescent. Le Moyen-Orient au miroir marxista* (Editions Page Deux, Lausanne, 2003); *Le choc des barbares* (Rééd 10/18, Paris, 2004). Co-dirigiu *L'Atlas du Monde Diplomatique* (2003). Tradução: Daniel Monteiro.

NOTAS:

(1) Perry Anderson, “Considerações sobre o marxismo ocidental”. Siglo XXI, quarta edição, México, 1984.

(2) A edição francesa deste livro, *Les ondes longues du développement capitalist*, está em preparação pelo Editions Page Deux, em Lausanne.

A obra de Ernest Mandel pode ser consultada no sítio www.ernestmandel.org.

Fonte: Correspondencia de Prensa nº 5013.

OS TOCQUE

PEDRO RODRIGUES*

ILUSTRAÇÕES DE LUCAS BARBOSA

NAS PÁGINAS DOS JORNAIS, EM REVISTAS ESPECIALIZADAS OU GENERALISTAS, EM BLOGUES VÁRIOS, NA TELEVISÃO OU NA RÁDIO, UMA CATREFADA DE FAZEDORES DE OPINIÃO DISSERTAM SOBRE OS GRANDES TEMAS DA HUMANIDADE. EDUCAÇÃO, SAÚDE, AMBIENTE, HABITAÇÃO, “SOCIEDADE CIVIL”, POLÍTICA NACIONAL E INTERNACIONAL. EM MUITO MENORES DOSES, FALAM ALGUNS DE ARTE E DE CULTURA. ENTRE ESSES OPINIOTAS ALGUNS HÁ QUE, MESMO SE ESCRIVEM EM MEDIA HABITUALMENTE CONOTADOS COM A DIREITA, DIZEM NÃO SER “NEM DE DIREITA NEM DE ESQUERDA”. MAS TAMBÉM NÃO SE DIZEM DO CENTRO. O QUE SÃO ENTÃO?

EM FÓRMULAS várias, repetem um lamento, uma espécie de queixa: a democracia tem defeitos gravíssimos, os partidos estão todos envelhecidos, os políticos são fraquinhos, a “sociedade civil” não está à altura dos desafios. Tudo parece (quase) bater certo. Mas de que estão eles realmente a falar? Que querem dizer ao certo esses que não são bem de direita nem bem de esquerda, nem bem do centro? Mas que também não são anarquistas, cruz credo!

DE LADO NENHUM?

Na verdade o primeiro facto a constatar é que eles (e elas) pretendem ser de lado nenhum. A sua posição é construída precisamente nessa base. Terem um ar de livres pensadores é essencial para o seu charme liberal de opinião-makers. Alguns deles têm, no entanto, a inteligência de saber os lugares (e a posição social) que ocupam. O alinhamento desses lugares, das cadeiras da opinião, reproduz-se a si mesmo sem dificuldade, porque são os seus pares que os escolhem e legitimam. Daí a sensação de que “são sempre os mesmos”. quando eles até têm mudado. ou vão



VILINHOS

pelo menos rodando... É verdade que qualquer um pode fazer o seu novo blogue e dizer sobre o mundo o que bem lhe apetece (excepto dizer mal do Primeiro-Ministro...), mas também é verdade que o prestígio de um Pacheco Pereira - um exemplo - precede em muito os seus sítios na rede e depende de outros postos que ocupa ou que ocupou. E se o blogue dele “conta”, e conta mais do que outros, é porque ele tem essa cadeira da opinião bem segura. José Manuel Fernandes, director do jornal *Público*, é um exemplo diferente. Não se percebe bem o que pensa - anda ao sabor dos ventos. Pensará apenas pela cabeça de um imaginário “leitor médio”? Também Helena Matos merece uma referência, não pela qualidade da sua escrita nem pela originalidade do seu pensamento, mas por ter sido surpreendentemente catapultada para a fama. Já deixou a direcção da revista *Atlântico*, uma publicação com algumas pretensões, onde vários destes passam ou passaram. Como Rui Ramos, estudioso do liberalismo e outro caso de estranha projecção, na TV e alhures. Todas as semanas declara a catástrofe que é haver umas réstias de Estado social. Ao mesmo tempo diz que o Estado social é um “mito”. Em que ficamos? Outros (alguns até mais capazes de escrever qualquer coisa que mereça ser lida do que estes) vão e vêm, são mais ou menos irrelevantes, são mais ou menos novos, escrevem pior ou melhor, e aparecem em muitos blogues e meios de comunicação social. Seria fastidioso enumerá-los. Mas importa aqui sobretudo o conjunto e alguns traços que têm em comum, mais do que as personagens particulares, a qualidade dos seus escritos e as suas nuances.

Vimos que se indignam facilmente, mas vai-se a ver e é só com algumas coisas. Reclamam por exemplo pelo vigor daquilo a que chamam “sociedade civil”, mas se os trabalhadores protestam, então são apenas seres comandados pelos maléficis partidos ou por sindicatos conservadores. Pensei que os trabalhadores, não sendo militares, também faziam parte da “sociedade civil” (tal como os patrões fazem parte dessa extraordinária “sociedade civil”...) Para estes comentadores, toda a esquerda que não está no Governo é conservadora. É uma das suas palavras de ordem actualmente, e o Governo PS também passou a gostar de a usar. Reza assim: a esquerda que luta é a que impede a transformação. É certo que a esquerda política (partidos, mas não só) não pode limitar-se a defender as coisas como estão. E às vezes vê-se enredada nesse caminho, quando só sabe “resistir” - defender direitos antes garantidos e hoje atacados. Mas se há alguém à esquerda que resiste ao avanço do capital e ao mesmo tempo exige a mudança, propõe a transformação, então, para estes pensadores, está apenas a querer uma sociedade antiga.

“Sociedade civil” - eles adoram essa coisa difícil de definir,

esse conceito enevoado onde todas as classes se juntam, desde que sirva para provar o que eles querem. Mas um movimento social ou uma acção de protesto não é nada da boa “sociedade civil”. Incomoda-os profundamente.

IDEÓLOGOS E EDUCADORES

Alguns quiseram em tempos ser “educadores do Povo”. Agora apresentam-se em versão “educadores dos dirigentes e da classe média”. Nem sempre são grandes professores. E contudo, a Educação preocupa-os muito.

São, antes de mais, pela “liberdade educativa”, o que para eles quer dizer o mesmo do que ser contra a ideia de ensino público universal e gratuito. Mas as universidades privadas andam envolvidas em escândalos? Então, indignados, gritam que é preciso pôr ordem nisto, ou então toca a inventar alvos laterais, e a falar por exemplo dos *rankings* das escolas secundárias.

Não adoram só o privado (=liberdade) e os *rankings* (=sucesso), veneram também a meritocracia e a desigualdade de oportunidades, a disciplina e a autoridade, e até inventam expressões geniais como “direito ao sucesso”, expressão que Sarkozy e Paulo Portas também gostam de usar. Esquecem-se que ofendem quem trabalhou a vida inteira e cujas perspectivas de vida continuam a não ser propriamente *successful*. Mas esses que eles ofendem não os lêem, por isso não faz mal.

O problema, insistem, é a educação da esquerda, “facilitista”. Como se a educação da esquerda imaginária de que eles falam tivesse vencido e fosse a que domina em Portugal. Facilitismo? Mais fácil parece ser seleccionar com exames, agravar a obsessão das provas e papaguear o “mérito”, repor quadros de honra nas escolas, chamar mais polícias e até cruxifixos para adorar,



A simetria dos “totalitários” é uma das suas ideias recorrentes. Assim dizem ser preciso “proteger” a democracia. Tiram os totalitarismos da história (coisa que Arendt nunca fez) e transformam “totalitarismo” numa categoria extensível a tudo - pau para toda a colher

se for mesmo preciso para por ordem na sala de aula. E nada mudar verdadeiramente. Exigem disciplina para (supostamente) defender os professores, mas se de alguma forma os professores se manifestam porque querem melhores condições de trabalho, ou turmas mais pequenas, ou transformar a escola, então estão a querer demais, a exceder as suas competências ou são simplesmente uns privilegiados e não deviam protestar porque muito bem estão eles. A educação é um bom exemplo da sua noção de democracia.

VENERAR TOCQUEVILLE, DETURPAR ARENDT

Democracia seria, do seu ponto de vista, apenas o nome de um sistema político que deve ser “defendido” a todo o custo. Pode até ser preciso autoritarismo ou guerra para defender a democracia (ver Iraque). Mas democracia nunca pode ser para eles o movimento que faz cair ou que põe em questão a cadeira do poder. Nem a sua cadeira, a “cátedra” donde emitem a opinião, com a sua independente dependência desse mesmo poder. E por isso, embora defendam aparentemente algumas “virtudes democráticas” como a liberdade de expressão, têm medo do que na democracia é *expressão livre* e movimento antagonista, exigência de transformação. E têm pavor de qualquer luta social que exceda a reivindicação imediata e fuja aos mecanismos que garantem o consenso. Mas ultimamente também gostam de dizer que são contra o consenso. Confusão?

Não. Tem a sua lógica: eles dizem por exemplo que ser contra a guerra do Iraque é horivelmente consensual. Para poderem apoiar a guerra. De que lado estão? Eles respondem apenas: “do lado do bom senso”. E tem outra boa lógica liberal, embora possa parecer levemente retorcida. Vejamos: se a maioria está contra a guerra, contra a minoria que a defende, então eles, para serem rapidamente fiéis a Tocqueville, usam a máxima da “tirania democrática” (o perigo da democracia impor a vontade de uma maioria - representada no governo - e poder tornar-se tirânica, na teoria do pensador francês autor de *De la démocratie en Amérique*). Assim fazem como se estivessem muito sozinhos como livre-pensadores que são, e fossem muito politicamente incorrectos - contra a esquerda “correcta” como eles dizem -, estando a favor da guerra, de Bush e companhia. Tão rebeldes nos saíram estes liberais!...

As suas “teorias” assentam numa outra máxima: a oposição “democracia versus totalitarismo”. Para isso não lhes chega Tocqueville, que é do século XIX. Vão então buscar um bocadinho de Hannah Arendt, mas seleccionaram apenas alguns excertos dos capítulos de *As origens do totalitarismo* que lhes interessam. Arendt não é propriamente uma revolucionária, mas é muito mais do que uma cartilha de citações deturpadas para a direita (ops!) liberal. Para eles (se é que chegaram a ler alguma coisa de Hannah Arendt) basta-lhes a superfície - a palavra totalitarismo,

associando-a ao comunismo e ao nazismo. Cita-se vagamente Arendt e deturpa-se tudo mas não faz mal. Já serviu para o que tinha a servir.

A simetria dos “totalitários” é uma das suas ideias recorrentes. Assim dizem ser preciso “proteger” a democracia. Tiram os totalitarismos da história (coisa que Arendt nunca fez) e transformam “totalitarismo” numa categoria extensível a tudo - pau para toda a colher. Podem por isso com o maior dos à-vontades defender a liberdade de expressão dos fascistas e na frase seguinte dizer que as utopias são “totalitárias” ou que a esquerda que luta contra os novos fascismos é censuradora e “politicamente correcta”. Os fascistas agradecem, pois claro.

Outra ideia que vem de um Tocqueville reciclado é para eles a “terrível” contradição da democracia. É preciso defendê-la, mas ela pode impor a mediocridade da maioria. A ideia pode resumir-se assim: as pessoas em democracia e nesta sociedade de consumo querem muitas coisas e não há para todos senão é uma rebaldaria.

Desta forma, pode ser-se, de uma forma geral, liberal em relação à sexualidade, mas quando os homossexuais se manifestam pela igualdade de direitos que não têm, então calma aí que já estão a exagerar, a querer demais, a querer exhibir ou impor a sua sexualidade privada. Uma lei do aborto mais liberal ainda vá que não vá, dizem alguns deles, mas as mulheres a exigir igualdade ou direitos sexuais e reprodutivos e a lutar por isso? Aí já são umas egoístas ou mesmo fanáticas, a quererem contrariar a natureza e o bom senso.

DOS HAMBÚRGUERES AO SILÊNCIO

Tão liberais são eles. Tão liberais que defendem que o dinheiro passe todas as fronteiras, mas não as pessoas (há limites!); tão liberais que querem sempre menos Estado, mas pedem mais polícia para reprimir “desordens” e impedir que lhes assaltem a carteira; tão liberais que se dizem contra o paternalismo, mas clamam por disciplina e autoridade na escola porque as liberdades dos jovens - na verdade, que muitos jovens não têm sequer - não são para abusar. E o que os jovens desejam até são coisas muito más, péssimas, como hambúrgueres, ténis de marca, e outras liberdades “chocantes”... ou outros desejos suscitados pelo capitalismo - esse que estes opinadores defendem como a garantia de todas as liberdades - mas que são desejos que não podem ser satisfeitos (para bem da sociedade democrática !...) É um curioso raciocínio.

E a democracia entra assim numa contradição insolúvel. E eles saltitam, na TV, na rádio, nos jornais, nas revistas, nos blogs. Ora defendem o autoritarismo de um Sarkozy, ora criticam o seu “proteccionismo” económico. A propósito de Sarkozy: ele defende ordem, trabalho, disciplina mas também diz que não é de direita nem de esquerda. E diz que não há classes sociais, só há “franceses”. Talvez estes seus admiradores vejam nele o único capaz

controlar os tradicionalmente excessivos ímpetos democráticos dos franceses (e a ameaça do terrorismo, *bien sûr*).

Mas voltemos aos saltitões. Ora criticam o Estado que é “um monstro”, ora exigem dele que ponha os trabalhadores, os estudantes ou os imigrantes na ordem. Uma vez gritam por liberdade de expressão (a menina dos seus olhos), mas noutras ocasiões acham que já há muitas vozes e tudo a protestar, cada um pelos seus direitos, isso já é liberdade de expressão a mais, que falem só os “bons interlocutores”. Ora sim, ora sopas.

Claro que há algumas figuras e acontecimentos de que eles nunca dizem mal. Mas também não dizem bem. Calam-se, simplesmente. A arte mais difícil do *opinion-maker* é saber quando e sobre que assunto se deve calar.

Percebemos então melhor as intervenções e os silêncios destes liberais afinal conservadores que (garantem-nos) não são de direita nem de esquerda. As ideias que exprimem reforçam os fios invisíveis que os ligam ao poder. Mas ao mesmo tempo denunciam o seu lugar porque ao reforçar esses fios, eles vêem-se melhor. E também é por isso que saltitam bastante. Para disfarçar.



MAS TÊM MEDO DE QUÊ, AFINAL?

Curiosamente, falam muito de comunismo e “da esquerda”. É mesmo uma obsessão deles, ao bom estilo de Raymond Aron, pensador que muito apreciam. Adoram portanto falar de Marx e do marxismo, esse “ópio europeu”. Parece que um espectro paira sobre eles. Mas isso é estranho... Estará o comunismo na ordem do dia? Aparentemente não. Dizem que morreu com a queda do muro. Então de que têm medo, se não é do comunismo? De um fantasma?

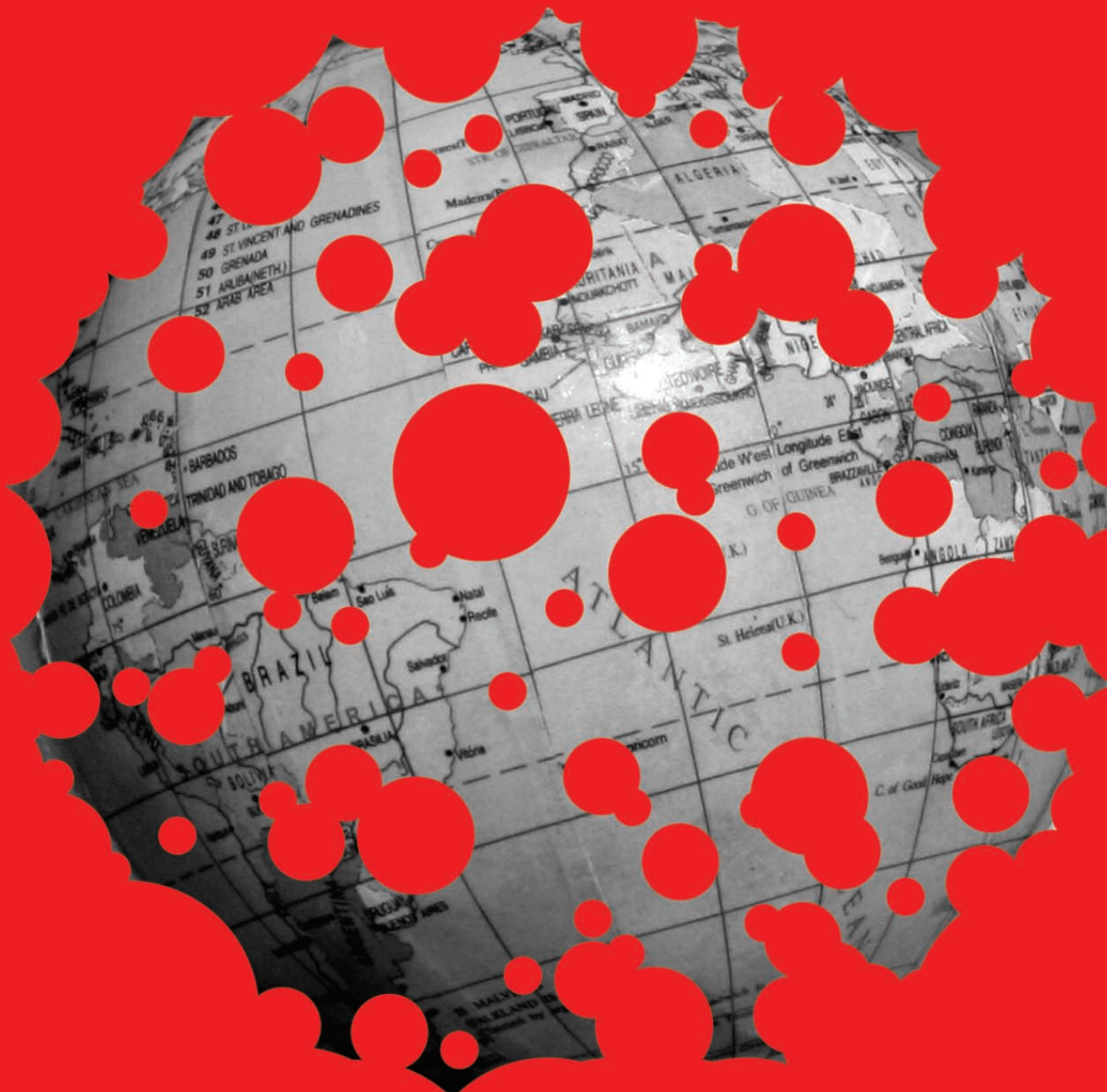
Será que, no fundo, têm medo da democracia, se a entendermos de outra forma? Porque democracia pode querer dizer outra coisa, que estes senhores talvez tenham dificuldade em entender. Pode ser a potência democrática, a libertação real, a ocupação de espaços que antes estavam reservados a só alguns, a política subvertida no melhor sentido. Não a gestão do Estado, da polícia e da acumulação privada, mas a ruptura com a ordem e os poderes instituídos, o forjar de novas formas de poder, de acção, de produção, de espaço público, de comunicação, de vida e de convivência. Mas para eles tudo isto é “um excesso” e por isso a democracia “deles” começa em 1976 (!) e não quando as pessoas saíram à rua, depois do 25 de Abril, para conquistar, comemorar, experimentar e defender com as suas mãos a liberdade. Democracia, se não reduzíssemos a palavrinha à ideia que dela faz a oligarquia dominante e aqueles opiniotas, podia ser ainda o recusar da opressão, a abertura de possibilidades de transformar o mundo - mas aí eles agitam logo os fantasmas do “comunismo” e do “totalitarismo”. Sim, tudo indica que temem de facto essa outra ideia de democracia.

Mas há ainda uma outra hipótese plausível - temerem a utopia. Porque eles repetem muitas vezes que “as utopias são perigosas”. Dizem que a utopia é uma ideia de sociedade perfeita, um paraíso na terra. E que isso é perigoso, dá sempre mau resultado. Vão mais longe: não imaginam nenhuma outra possibilidades para além do que está aí. Descobriram que estão no melhor dos mundos possíveis. E por isso insistem em falar das coisas como elas são e nunca do que poderia ou deveria ser. É o seu toque de cinismo (mas chamam-lhe “cepticismo”) - eles servem apenas para verificar como as coisas são: é assim, pronto. Comentam, apenas. Opinam, e é tudo. O que poderia ser doutra forma não é com eles. Pior ainda: é “perigoso”. Como foi perigoso o Maio de 68, ou o 25 de Abril.

Mais igualdade, mais liberdade? Não que isso é perigoso. Mais direitos sociais? Não que isso é perigoso. Outro mundo é possível? Não que isso é perigoso. A história não tem fim? Cuidado que isso é perigoso. O capitalismo não é a única sociedade possível? Ai! Que perigoso. O cinismo deles impede-os nesse momento de colocar algumas questões, de ver outras possibilidades. O seu pensamento, aí, pára. “As coisas são o que são e só podem ser como são”: é este, no fim de contas, o seu lema e revela, em estilo indignado, pseudo-rebelde, lamentoso, melancólico ou em puro cinismo, uma das suas funções essenciais - justificar e segurar os poderes que estão e as coisas como elas são. *The powers that be*. Eis o ponto de chegada do cínico conformismo destes magos da opinião. Valem o que valem. São o que são.

* Pedro Rodrigues é musicólogo e investigador.

ELEMENTOS DE ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA



[Este artigo é uma versão editada de um relatório apresentado da escola de quadros da LCR. O seu objectivo é actualizar alguns elementos chave da estratégia revolucionária num país capitalista avançado. Várias hipóteses são colocadas à discussão. Entre elas, algumas questões merecem ser mais atentamente examinadas. Outras continuam a ser esboços.]

APESAR DA RELAÇÃO DE FORÇAS À ESCALA MUNDIAL PERMANECER LARGAMENTE DESFAVORÁVEL À CLASSE TRABALHADORA, UMA SÉRIE DE FACTORES ESTÁ A COLOCAR NA ORDEM DO DIA UMA NOVA DISCUSSÃO SOBRE QUESTÕES ESTRATÉGICAS: FACTORES COMO A CRISE DO NEO-LIBERALISMO, A GUERRA DO IRAQUE E AS AMEAÇAS DA GUERRA EM OUTRAS ÁREAS DO MUNDO, A REESTRUTURAÇÃO SOCIAL-LIBERAL DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E AS SUAS CONTRADIÇÕES, A DISCUSSÃO NO INTERIOR DA ESQUERDA SOBRE AS QUESTÕES GOVERNAMENTAIS, A PROFUNDIDADE DA CRISE SOCIAL E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA, O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO NA VENEZUELA E NA BOLÍVIA, A DISCUSSÃO INICIADA POR CHAVEZ SOBRE O SOCIALISMO NO SÉCULO XXI. AS QUESTÕES ESTRATÉGICAS REGRESSARAM À ORDEM DO DIA.

1) OBSERVAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DAS NOSSAS DISCUSSÕES SOBRE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

A história das discussões sobre questões estratégicas na LCR está marcada por duas etapas. A primeira, no período pós Maio [1968] e até ao final dos anos 70, foi favorecida pelas situações pré-revolucionárias no sul da Europa. A segunda foi caracterizada por uma ausência de discussão.

Nesta primeira fase, os debates da Internacional Comunista dos anos 20, mas também uma série de discussões acerca de experiências revolucionárias, foram revisitadas.

O Maio de 68 tinha sido analisado como um ensaio geral, seguindo o exemplo da relação entre as revoluções de 1905 e 1917, mas as nossas análises nunca foram reduzidas às questões russas. Desde os anos 70 que distinguimos entre as especificidades da revolução russa e as revoluções na Europa e na América Latina. As escolas de quadros da LCR, particularmente sob a influência de Ernest Mandel, estavam centradas na Alemanha, Itália, Espanha, Chile.

Estas discussões estratégicas estavam em relação directa com uma análise do período que estava marcada, como o víamos nessa época, por uma nova actualidade conjuntural da revolução. Previam-se situações pré-revolucionárias em quatro ou cinco anos. A estratégia da luta armada na América Latina era adoptada, com a perspectiva de tomar o poder a curto prazo em países como a Bolívia e a Argentina. Para alguns até, “a história estava a morde-nos os calcanhares.”

A reviravolta de período, no final dos anos 70 e no começo dos anos 80, com o afastamento das perspectivas revolucionárias, pôs fim a estas discussões, excepção feita a algumas incursões nas escolas de quadros dos anos 86-87.

O manifesto de 92, por exemplo, espelhava o impasse sobre estas questões. “Porque o muro tinha caído”, era necessário visitar a nossa história – a história da revolução russa e a degeneração estalinista – e actualizar as nossas ideias fundamentais.

Era uma questão de prioridades. Mas estávamos a perder o fio da discussão estratégica. A diferença é clara entre o manifesto de 92 e o de 2005, o qual retomava, apesar de o fazer de forma modesta, alguns pontos estratégicos. Isto levanta uma primeira questão. Obviamente não se pode lidar com os problemas estratégicos de forma idêntica em períodos diferentes, a discussão depende da ascensão revolucionária ou do refluxo.

As discussões estratégicas dos anos 20 – quando a revolução

As relações de forças entre as classes, as mudanças no capitalismo e as modificações no interior da classe trabalhadora, o colapso do estalinismo, a evolução social-liberal da social democracia, a emergência de novos movimentos sociais como o movimento da justiça global, tudo isso modifica o quadro e a abordagem das questões estratégicas

estava em alta no seguimento da revolução russa – e as dos anos 30 – quando as reacções revolucionárias se defrontaram com a ascensão do fascismo – eram diferentes. A abordagem aos problemas estratégicos durante o século curto – 1914-1991 – não era a mesma da actualidade. Os marxistas revolucionários, para além das caracterizações e dos conceitos que cobriam o fenómeno estalinista, modificaram muitas das suas abordagens estratégicas no seguimento da contra-revolução burocrática.

As relações de forças entre as classes, as mudanças no capitalismo e as modificações no interior da classe trabalhadora, o colapso do estalinismo, a evolução social-liberal da social democracia, a emergência de novos movimentos sociais como o movimento da justiça global, tudo isso modifica o quadro e a abordagem das questões estratégicas.

Deveríamos reservar esta discussão apenas para períodos de ascensão da luta de classe ou de situações revolucionárias ou pré-revolucionárias, como tendemos a pensar, implicitamente, na LCR? Não acreditamos. Apesar das dificuldades ou interrogações, a questão da revolução e os problemas que lhe estão ligados devem continuar no centro das nossas preocupações. Não nos esqueçamos que Trotsky, apesar de pensar que a segunda guerra mundial se transformaria em revolução, escreveu o Programa de Transição em Setembro de 1938, depois da derrota do proletariado alemão em 1933, da derrota do proletariado catalão em 1937 – a data chave na Guerra Civil espanhola – e quando o movimento dos trabalhadores franceses estava em plena queda depois das traições da Frente Popular, antes da derrota da greve geral de Novembro de 1938.

2) DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE “ACTUALIDADE DA REVOLUÇÃO”

O conceito de “actualidade da revolução” tem uma dupla funcionalidade: conjuntural mas também histórica. Era funcional durante o período depois da revolução russa e durante os períodos revolucionários de 1918-1923 na Alemanha, 1934-36 em França, 1936-37 em Espanha, nas situações revolucionárias pós-guerra e nas dos anos 1960-70, e nas revoluções coloniais. É útil de forma a caracterizar períodos históricos mais longos de ascensão da luta de classes que tenham enquadrado situações pré-revolucionárias ou revolucionárias.

Mas quando revemos alguns textos de Marx ou alguns documentos de Trotsky, depois do período revolucionário dos anos 20, a questão das perspectivas revolucionárias é apresentada de forma mais ampla. Relembremo-nos desta passagem dos Grundrisse:

“Num certo estágio do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que é a expressão legal

do mesmo, com as de propriedade no interior das quais tinham até agora evoluído. De serem as formas de desenvolvimento das forças produtivas passam a ser obstáculos a estas.”

Por sua vez, Ernest Mandel dá a seguinte explicação desta passagem nas suas notas sobre “A terceira Idade do Capitalismo”. “Quando evocamos a época das revoluções, isso não quer dizer que não teria sido possível mais nenhum desenvolvimento das forças produtivas sem a queda deste modo de produção. Isso quer apenas dizer que, deste ponto de vista, as forças produtivas que se continuam a desenvolver entram numa rebelião cada vez mais aberta com o modo de produção existente e contribuem para a sua queda.”

O horizonte ou as perspectivas revolucionárias estão ligados ao carácter reaccionário do capitalismo, às suas contradições internas, ao custo social do sistema da propriedade capitalista, ao afastamento entre as possibilidades do desenvolvimento tecnológico, cultural e social da sociedade e os obstáculos colocados pela corrida ao lucro capitalista.

É também por esta razão que a época da actualidade das revoluções ou do socialismo é relacionada com a fase imperialista do capitalismo.

Mandel rejeita qualquer interpretação mecânica e catastrofista das fórmulas de Marx. O que Trotsky, seguindo Lenine, desenvolveu na Internacional Comunista em 1926, era: “pode a burguesia chegar a uma nova época de crescimento capitalista? Negar tal possibilidade, contar com uma “situação sem saída” para o capitalismo seria simplesmente verbalismo revolucionário”. E ele especifica ainda que era necessário relacionar os desenvolvimentos da economia capitalista com os ciclos da luta de classes: “Recuos ou derrotas tornam também possíveis novas fases de estabilização ou revitalização do capitalismo”, escreve em “A Terceira Internacional depois de Lenine”.

Pensamos que é útil para nós tal abordagem, que dá conta da análise de cada período, e ao mesmo que o integra numa história que continua a ser a do capitalismo, das suas contradições e das suas possíveis revoluções. Tal pode parecer banal, mas é necessário recordá-lo numa situação caracterizada pela ausência de revoluções na Europa capitalista num longo período: 23 anos separam a ascensão revolucionária de 1944-45 da do Maio de 68; e já passaram quase 38 anos entre o Maio de 68 e 2006. Estes períodos de tempo explicam a razão da perda do fio da discussão sobre a estratégia revolucionária. É também útil reconsiderar alguns destes problemas de periodização.

Os “períodos de revolução social” resultam, assim, acima de tudo “de um tempo marcado pelas contradições fundamentais do capitalismo”. As nossas perspectivas de transformação revolucionária reenviam para estas contradições fundamentais. Tomam

em consideração a análise específica de cada um dos períodos históricos. Aceleraram e são aguçadas durante as situações em que a questão de poder é realmente colocada. Mas este curso tem de ser mantido, quaisquer que sejam os ciclos, longos ou curtos, da luta de classes.

3) REGRESSAR AOS CONCEITOS DA ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA

O que é a estratégia revolucionária?

A questão central de qualquer estratégia revolucionária permanece a conquista do poder político. Apesar de termos abordado as questões estratégicas através do estudo das crises revolucionárias – o que é correcto –, a LCR tendeu a reduzir a estratégia apenas aos momentos de crise revolucionária, e até às modalidades político-militares de conquista do poder, em particular ao estudo de vários modelos – greve geral insurreccional, guerra prolongada, guerra de guerrilha, debate sobre os modelos chinês, vietnamita e cubano – etc. Apesar de ser correcto trabalhar sobre estas questões, temos frequentemente tendência a reduzir os problemas estratégicos a um debate sobre modelos, apesar da estratégia incluir muitas dimensões na construção do sujeito revolucionário. Esta tendência à modelização levou-nos adicionalmente a cometer erros, em particular na América Latina, adaptando-nos às generalizações do modelo cubano das correntes castristas.

Trotsky dá uma definição mais geral dos problemas estratégicos na Crítica do Projecto de Programa do VI Congresso da Internacional Comunista: “Antes da guerra, falávamos apenas sobre a tática do partido proletário, e esta concepção correspondia exactamente aos métodos parlamentares e sindicais que então prevaleciam e que não ultrapassavam o quadro das reivindicações e das tarefas correntes. A tática limita-se a um problema particular. A estratégia revolucionária cobre todo um sistema combinado de acções que, na sua ligação e sucessão, devem levar o proletariado à conquista do poder.”

Um “sistema combinado de acções” e a “conquista do poder”, é esta tensão que faz a estratégia revolucionária. Não trabalhamos o suficiente este “sistema combinado de acções” e a sua relação com as questões governamentais.

Devemos ter em conta os dois extremos da cadeia: as modalidades concretas de formação de uma consciência anti-capitalista, de uma consciência socialista a partir das experiências chave da luta de classe, e, do outro lado, uma tensão permanente em direcção ao objectivo final, o programa e a estratégia para o atingir, partindo das especificidades da revolução socialista. Não conhecemos as formas das revoluções do século 21 mas somos sempre confrontados com esta particularidade da revolução proletária: como de “nada” tornar-se “tudo”?

As classes populares podem conquistar posições, obter reformas parciais, “germes de democracia operária na democracia burguesa”, mas estas conquistas não podem ser tornadas perenes sem substituir o poder da burguesia pelo poder dos trabalhadores e da maioria da sociedade. Daí o lugar estratégico central das crises revolucionárias, nas quais se unem as rupturas que modificam duravelmente as relações de forças e o processo de formação de uma consciência socialista. Diferentemente das revoluções burguesas, em que a burguesia se tornou a classe dominante antes da revolução, o proletariado só pode tornar-se a classe dominante depois da conquista do poder político.

Lenine tinha à época dado as primeiras indicações: as famosas condições de uma crise revolucionária desenvolvidas no “Esquerdismo, doença infantil do comunismo”: “os de cima não podem mais, os de baixo não querem mais, as camadas ou classes do meio basculam para o lado dos de baixo e há uma direcção revolucionária – no sentido de direcção, partido, e consciência de classe acrescentaríamos – para conduzir o processo.” E ele acrescentava junto com Trotsky e os dirigentes da Internacional Comunista nos países capitalistas da Europa: “Será muito mais difícil de conquistar o poder [relativamente à Rússia] e mais fácil



A consciência das massas só se pode desenvolver num sentido revolucionário se estas acumularem experiências de luta que não se limitam às reivindicações parciais realizáveis no quadro do sistema capitalista. Resulta também das reivindicações que partem das suas necessidades imediatas e colocam a questão do poder ou da propriedade

de o manter”. Ele falava do nível sócio-económico mais elevado destes países relativamente à Rússia czarista.

É neste sentido, sem construir modelos, que Ernest Mandel, tentará esboçar uma tipologia das revoluções futuras nas notas do seu livro “A terceira idade do capitalismo”: “A tipologia futura das revoluções socialistas nos estados fortemente industrializados aproximar-se-á verosimilmente mais da das crises revolucionárias da Espanha dos anos 30, de França de 1936 e 1968, de Itália de 1948 e de 1966-70, da Bélgica de 1960-61 que das crises do pós Primeira Guerra Mundial.”

Estas revoluções futuras terão conexões muito mais fortes no plano continental e internacional. As relações entre um processo revolucionário que começa no terreno nacional e a sua projecção na arena mundial são hoje em dia muito mais fortes que no passado. O conteúdo internacional – pelo menos nos países capitalistas avançados – das revoluções é mais marcado. Na Europa, isto coloca a questão de uma estratégia ou pelo menos de um programa europeu.

Por fim, somos incumbidos a incorporar nas grandes linhas de uma estratégia revolucionária moderna as lições das revoluções do século passado. Explicamos muitas vezes que trabalhamos para revoluções “maioritárias” e “conscientes”. Maioritárias: o que implica processos “revolucionários democráticos”... portanto com fortes tensões entre o caos revolucionário e “os mecanismos de decisão democráticos”. Conscientes: o que exige a preparação da ruptura revolucionária por uma série de confrontações em que as massas têm a experiência da superioridade – mesmo parcial – das soluções socialistas relativamente ao capitalismo. Nunca caímos numa visão da revolução como obra de uma “grande noite”, mas tanto a complexificação das sociedades como as lições das experiências revolucionárias devem conduzir-nos a desembaraçar-nos de todo o traço ou resto deste tipo de concepção.

Estas revoluções maioritárias e conscientes resultam também de uma reorganização do conjunto do movimento dos trabalhadores. Podemos neste ponto apoiar-nos em algumas das intuições de Trotsky avançadas numa discussão sobre o programa de transição com os dirigentes do SWP americano em 1938. Ele explicava que há três condições para uma nova sociedade :

a) “que as forças produtivas estejam suficientemente desenvolvidas e que entrem em contradição com as relações de produção”;

b) “uma classe progressiva suficientemente forte socialmente” [os assalariados]

c) “a terceira condição, é a consciência política”.

Estamos confrontados com uma dupla dificuldade, objectiva e subjectiva.

Objectiva, porque há ao mesmo tempo uma extensão do pro-

letariado à escala mundial e um aumento das diferenciações internas dos assalariados – técnicas, estatutárias, de género, de nacionalidades... da consciência de classe atingida pelas novas diferenciações dos assalariados mas também pelo balanço do século, das revoluções, os efeitos do estalinismo.

É necessário reconstruir mais longe. A questão com a qual estamos confrontados não é apenas “a crise de direcção”, como Trotsky apresentava o “Programa de Transição”, mas uma crise conjunta de direcção, de organização, de consciência, daí a necessidade de reorganizar, de reconstruir o movimento dos trabalhadores.

Não se trata, como nos anos 20 e 30, de substituir a direcção reformista, centrista ou estalinista, por uma revolucionária. Todas estas substituições eram possíveis porque se estava no quadro de uma mesma cultura, num clima marcado pela dinâmica revolucionária.

O factor subjectivo não se reduz, hoje, à construção de uma direcção revolucionária, ou mesmo à construção de um único partido revolucionário. Há problemas de experiências, de organização, de consciência do movimento de massas. Há a necessidade de discutir mediações, tácticas para avançar em direcção a partidos anti-capitalistas alargados situando-se em cada país no terreno da unidade e da independência de classe para reconstruir nas melhores condições a futura direcção revolucionária.

Hoje, sem começar do zero, partindo da realidade actual do movimento dos trabalhadores, é necessário reconstruir as práticas, as organizações, os projectos de transformação revolucionária da sociedade, mas na base de uma série de marcas estratégicas descritas mais acima.

4) A ABORDAGEM TRANSITÓRIA

É um ponto fraco da história do movimento operário francês dominado pelo jacobinismo – a pressão estatista – e pelo estalinismo – a negação da auto-emancipação. Mas é também um ponto fraco na história da LCR desde o Maio de 68. Fraqueza de que nos advertia frequentemente Ernest Mandel e que estava talvez também ligada a uma abordagem demasiado centrada no próprio momento da crise revolucionária em detrimento dos preparativos.

É através de uma abordagem transitória que se deve recolocar a nossa problemática estratégica.

Esta integra as reivindicações imediatas – compatíveis com a lógica capitalista – e as reivindicações intermediárias, contraditórias com esta lógica. Combina as formas da luta quotidiana que dizem respeito à legalidade burguesa e as acções de massas anti-capitalistas que a transgridem. Rejeita a separação entre programa mínimo e programa máximo. Uma estratégia revolucio-

nária é simultaneamente estratégia de corrosão e de afrontamento. Comporta períodos ofensivos e defensivos, fases de recuo e de assalto, em função da luta de classes.

Eis como Trotsky definia a problemática transitória: “É necessário ajudar as massas nos processos da sua luta quotidiana a encontrar o ponto entre as suas reivindicações actuais e um sistema de reivindicações transitórias partindo das condições actuais e da consciência actual de largas camadas da classe operária conduzindo invariavelmente a uma só conclusão: a conquista do poder pelo proletariado.”

Todas as palavras têm a sua importância:

- “quotidiano”, “reivindicações actuais”, “consciência actual”. O ponto de partida são as reivindicações actuais das classes populares.

- “sistema de reivindicações transitórias”: Trotsky sublinha o carácter combinado das reivindicações.

- “conquista do poder político”. A conclusão do processo é a ruptura revolucionária.

As acções de massa têm em geral por objectivo a satisfação imediata das necessidades. É então importante que a estratégia revolucionária ligue a estas necessidades reivindicações que não possam ser integradas na ordem sócio-económica capitalista mas, pelo contrário, desencadeiem uma dinâmica anti-capitalista que conduza ao exercício de força entre as duas classe determinantes da sociedade. A consciência das massas só se pode desenvolver num sentido revolucionário se estas acumularem experiências de luta que não se limitam às reivindicações parciais realizáveis no quadro do sistema capitalista. Resulta também das reivindicações que partem das suas necessidades imediatas e colocam a questão do poder ou da propriedade.

Os exemplos seguintes podem ilustrar como avançar reivindicações que respondem às necessidades imediatas das massas e colocam a questão do poder ou da propriedade.

A questão da água e do gás em certos países da América Latina, como a Bolívia, ou a do Petróleo na Venezuela colocam os problemas da soberania nacional, do controlo e da gestão popular.

A questão das ocupações de terra nos países onde a reforma agrária é uma questão central: como é hoje, por exemplo, o caso do Brasil. As ocupações de terra não são, em geral, incompatíveis com o sistema, mas, no quadro da economia capitalista globalizada, são incontestavelmente ponto de desequilíbrio, de ruptura.

O retomar pelos trabalhadores de certas empresas condenadas ao fracasso pelos seus patrões. Estas experiências são parciais e indicam que um outro funcionamento da economia é possível com uma gestão dos trabalhadores ou social. Estas experiências estão ligadas a experiências excepcionais de ascensão do movimento de massas: é o caso das fábricas abandonadas ou fechadas na Venezuela com uma co-gestão mista entre os assalariados e a administração pública. Estas experiências de ocupação, de controlo da co-gestão e, em certas condições, de cooperativas, foram uma das expressões da situação pré-revolucionária na Argentina em 2001-2002. O problema colocou-se de forma limitada em certas experiências de controlo ou de gestão nos anos 70 em Itália e em França. O problema aflora nas mobilizações da Nestlé ou do calçado em Romans.

A abordagem transitória que devemos construir cristaliza-se também através de uma série de reivindicações avançadas num plano de medidas de urgência social e democrática: medidas reais, sérias, imediatas mas também visando uma redistribuição da

riqueza e das propostas de reorganização da economia em função das necessidades sociais e não da economia capitalista.

A questão da interdição dos despedimentos, sob a forma de um conjunto de propostas ou de leis que coloquem em causa o poder, o capricho do patronato, é uma das principais reivindicações transitórias. Parte da recusa elementar do despedimento e desemboca na ideia da necessária incursão na propriedade capitalista para realizar a reivindicação.

A recusa das privatizações implica não apenas o regresso à esfera do sector público de tudo o que foi privatizado pela direita e pela esquerda mas também uma reorganização da apropriação pública de sectores chave da economia.

Esta abordagem deve ter um prolongamento europeu...

O ponto de partida destas reivindicações situa-se na recusa da contra-reforma liberal e das suas medidas. O seu desenvolvimento e eficácia implicam um afrontamento com as classes dominantes e o sistema capitalista. Há uma ligação orgânica entre o anti-liberalismo e o anti-capitalismo. E quando se separa o anti-liberalismo do anti-capitalismo, limita-se a própria dimensão da reivindicação anti-liberal: é o que se produz com os programas que apenas atacam o excesso de “financeirização” ou de “mercantilização” sem tomar em conta a lógica de conjunto das relações sociais capitalistas. Para ser anti-liberal consequente, é necessário atacar a propriedade capitalista e colocar problemas de apropriação pública e social. Esta abordagem de conjunto não é ultimista. Ela pode-se concretizar em algumas reivindicações que podem servir de pontos chave, por exemplo, para uma campanha eleitoral.

Por detrás do sistema de reivindicações transitórias esconde-se a seguinte aposta: a acumulação de experiências sociais que desestabilizam o sistema indica uma outra organização económica e social e mostra as capacidades dos assalariados nesta perspectiva. Gramsci aborda esta questão com o seu “conceito de hegemonia político-ética”. A classe oprimida deve conquistar posições no seio da sociedade antes de conquistar o poder político. Claro que, numa situação normal, isto se reduz a propaganda e a experiências de dimensão reduzida. Mas numa situação de aceleração social, isto integra-se em todo um período preparatório à conquista do poder político.

5) A FRENTE ÚNICA

A política de frente única tem uma dimensão dupla: estratégica e táctica. Estratégica, porque se a revolução é um processo maioritário e “a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores”, as classes populares devem ultrapassar as suas diferenciações e divisões internas. Diferenciações sociais ligadas ao lugar específico no processo de produção e mais geralmente na vida social, mas também divisões políticas ligadas à história do movimento operário, a uma cristalização das correntes e das organizações. A sua unificação social e política é uma das condições de uma transformação revolucionária.

Trotsky indica por outro lado as raízes da política de frente única nesta passagem sobre a Alemanha (“A revolução alemã e a burocracia estalinista”, 1932): “O proletariado acede à tomada de consciência revolucionária não por uma diligência escolar mas através da luta de classes que não sofre interrupções. Para lutar, o proletariado tem necessidade de unidade nas suas fileiras. Isto é igualmente válido para os conflitos económicos parciais, dentro dos muros de uma empresa, como para os combates políticos



“nacionais” tais como a luta contra o fascismo. Por conseguinte, a tática da frente única não é algo de ocasional e artificial, nem uma manobra hábil, ela resulta completa e inteiramente das condições objectivas de desenvolvimento do proletariado.”

Desta forma, a frente única responde ao seguinte objectivo estratégico: unificar o proletariado – a classe operária em sentido lato, os que são obrigados a vender a sua força de trabalho – no curso de um processo revolucionário, para o transformar de classe dominada em classe dominante da sociedade. Para estimular este desenvolvimento, o movimento deve criar as condições de “independência de classe” dos trabalhadores face à burguesia e visar a auto-emancipação e a auto-organização das classes populares, condição fundamental para a transformação revolucionária da sociedade. Assim, precisando a cada etapa da luta de classes o seu conteúdo e as suas formas, a busca de unidade dos trabalhadores e das suas organizações é um dado permanente da política dos revolucionários.

Mas a política de frente única é também uma tática política, que depende dos objectivos gerais de uma política revolucionária. Relembremos que uma política revolucionária não se reduz a uma tática de frente única. Muitos outros aspectos ligados à luta política, a definição dos objectivos, a delimitação entre

correntes e organizações, a construção de organizações são elos indispensáveis da actividade dos revolucionários.

A tática continua subordinada à estratégia: “o problema histórico não é unir mecanicamente todas as organizações que se mantêm fruto das diferentes etapas da luta de classes mas reunir o proletariado na luta e para a luta. Estes são problemas absolutamente diferentes, por vezes mesmo contraditórios.” (Trotsky, “Como vencer o Fascismo?”)

As formas e o conteúdo de uma tática de frente única podem mudar bruscamente, especialmente em situação de crise.

A questão da frente única tem um conteúdo, explica Trotsky: “A campanha da frente única deve apoiar-se num programa de transição bem elaborado, ou seja um sistema de reivindicações transitórias – com um governo operário e camponês – que deve assegurar a transição para o socialismo.”

Consequentemente, todo o nosso programa não deve ser um prelúdio à unidade. Mas deve-nos colocar reservas face à unidade em si, à unidade sem conteúdo.

Na política de associação dos trabalhadores para a luta, os conflitos com os reformistas podem atingir pontos de ruptura: “Se os reformistas sabotarem a luta, contrariando as disposições das massas, reservamo-nos o direito de apoiar a acção até ao

fim, sem os nossos semi-aliados temporários, como organização independente... São as massas que decidem. A partir do momento em que as massas se separem da direcção reformista, os acordos perdem todo o seu sentido. Perpetuar a frente única significaria não compreender a dialéctica da luta revolucionária e transformar a frente única de trampolim em barreira. Para os marxistas, a frente única é apenas um dos métodos da luta de classes. Em dadas condições, o método é completamente inutilizável: seria insensato querer construir um acordo com os reformistas para chegar à revolução socialista.” (“Como vencer o fascismo?” Trotsky)

Com efeito, como explica Daniel Bensaïd, “A frente única sempre foi um aspecto táctico. As organizações reformistas não o são por confusão, inconsequência ou falta de vontade. Elas exprimem cristalizações sociais e materiais... as direcções reformistas podem portanto ser aliados políticos tácticos para contribuir para unificar a classe. Mas continuam a ser estrategicamente inimigos em potência. A frente única visa portanto criar as condições que permitam romper na melhor relação de forças possível com estas direcções, no momento das escolhas decisivas, e de separar delas a maior parte possível das massas.” (“Crise e estratégia”, 1986)

As suas condições de aplicação dependem também das relações de forças sociais e políticas globais e em particular das relações de força no seio do movimento dos trabalhadores. É um problema que Trotsky coloca na discussão com os comunistas franceses em 1922: “Se o partido comunista representa apenas uma minoria insignificante... a sua atitude no que diz respeito à frente de classe não tem uma importância decisiva. O problema da frente única não se coloca quando o PC, como na Bulgária, representa a única força política. Mas coloca-se com toda a sua acuidade onde o PC constitui uma força política sem ter ainda um valor decisivo, onde envolve seja um quarto ou um terço da vanguarda proletária.”

A questão da frente única é a questão central num país como a França de 2006, mas não se coloca nos mesmos termos antes do Maio de 68, depois dele ou hoje em dia com a evolução social liberal do movimento operário, a crise dos PC e os novos espaços para uma política anti-capitalista.

6) A GREVE GERAL

Uma das questões chave para a nossa orientação estratégica e táctica consiste em criar condições de intervenção directa dos assalariados, das classes populares, na cena política e social. Para realizar este objectivo, a greve geral representa uma figura central na nossa estratégia.

A greve geral aparecia como hipótese de derrube do capitalismo desde o fim do século XIX. Em primeiro lugar como erupção da energia operária oposta pelos anarquistas à velha táctica segura da social-democracia, táctica ligada à conquista gradual de posições parlamentares. Trata-se para os anarquistas de opor o movimento de massa extra-parlamentar à táctica parlamentar da social-democracia.

Rosa Luxemburgo retomará a perspectiva da greve geral, ultrapassando o debate anarquistas-socialistas, e tentando ligar a dinâmica do movimento de massa à perspectiva política. “A greve de massa, tal como nos mostra a revolução russa, não é um meio engenhoso inventado para dar mais força à luta proletária. É o modo do movimento da massa proletária, a forma da luta proletária na revolução.”

Seguidamente, a hipótese estratégica da greve geral activa – “a

greve geral revolucionária” diziam os nossos camaradas espanhóis nos anos 70 – continua a ser, sob novas formas, a variante mais provável de libertação das massas contra a ordem estabelecida.

Hoje em dia, as relações de forças entre as classe na Europa não colocam na ordem do dia o despoletamento de tais greves gerais. Mas esta conjuntura histórica específica remeterá em causa a hipótese estratégica? Nenhuma das teses que relativizam o papel estratégico das greves gerais e das manifestações centrais se verificaram quando o movimento de massas se agita e os caminhos tomados por este, aquando de certas situações pré-revolucionárias na América Latina, têm tido mais tendência a voltar a dar força e vitalidade a certas figuras estratégicas clássicas.

A greve geral tem várias dimensões: não é uma “grande jornada de acção”, é o quadro de um movimento político da classe operária, permite a sua expressão independente, tem as suas organizações – os comités de greve ou o comité central de greve –, ela tem uma funcionalidade no confronto com o estado: a paralisia da economia, dos eixos de circulação estratégica. Ela cria o quadro de uma retoma da produção... nas metrópoles capitalistas com uma forte componente de assalariados é a forma por excelência de intervenção directa da classe operária. Mas a preparação destas greves gerais passa também pela intervenção quotidiana, pelas propostas práticas de coordenação, centralização das lutas, por uma propaganda e agitação flexível para criar as condições de movimentos do conjunto da classe operária.

Pode juntar-se-lhe ou combiná-la com uma sucessão de grandes manifestações de massa que paralisam um país, sendo o problema de cada vez encontrar as formas que expressem a força do movimento de massa, a sua radicalidade e a sua eficácia para paralisar o estado burguês. As últimas explosões sociais ou experiências de situações pré-revolucionárias, de novo na América Latina, relembram a importância, aquando dos momentos fortes de confronto de classes, das greves gerais e das manifestações de massas, até mesmo insurreccionais.

Finalmente, a “greve geral” por si só não resolve a questão da estratégia de conquista do poder. “Ela coloca a questão do poder, não a resolve”, diria Lenine. Para isso, é necessário fazê-la acompanhar de formas de organização e de uma perspectiva de poder governamental.

7) A AUTO-ORGANIZAÇÃO

Na reconstrução de uma prática auto-emancipatória, a auto-organização tem também um carácter estratégico.

Estas estruturas podem aparecer na altura de uma luta ou de uma greve sob a forma de comités de luta ou de comités de greve eleitos pelas assembleias gerais. Em todos os períodos de tipo pré-revolucionário ou revolucionário surgem este tipo de estruturas. Emergem em geral de problemas concretos ou em situações em que o povo tenta dotar-se de novos instrumentos para tomar a seu cargo a organização da vida na empresa ou na cidade. O seu apelo varia em função do tempo e dos lugares em que se efectuados: “soviets”, “comités de fábrica” na Rússia..., “comissões internas” na Itália, eleições de delegados de empresa na Alemanha, Comités e milícias em Espanha, comissões de trabalhadores e shop stewards na Inglaterra, JAP (juntas de aprovisionamento), comandos comunais, cordons industriais (uniões locais dos sindicatos da CUT) no Chile, comissões de trabalhadores e de moradores em Portugal... Podem também desencadear-se a partir de formas ou de instituições burguesas legais previstas

Os trabalhadores só podem instaurar novas relações sociais ou conquistar duravelmente novas posições com a mudança de toda a estrutura social e política. Os contra-poderes são úteis, a luta pela reforma indispensável. As experiências parciais de controlo, de auto-gestão nas empresas ou nas comunas são decisivas mas nunca suficientemente fortes para desencadear um processo de transformação das relações sociais. É necessário conquistar o poder

pelas instituições já existentes: eleição de delegados, criação de estruturas de aprovisionamento.

Resumindo, as formas de auto-organização podem ser diversas e os revolucionários não podem tomar como fetiche uma determinada forma. O essencial é a expressão unitária democrática da dinâmica do movimento de massas com um objectivo: efectivar os mecanismos de representação mais directos do movimento de massas.

No início dos conflitos, isto pode tomar uma forma de frente única de organizações de trabalhadores ou então formas combinadas, mas no calor da luta são necessárias estruturas que representem o mais fielmente possível a realidade do movimento de massas. Deste ponto de vista, A. Nin, dirigente do POUM em Espanha, tinha razão em avançar a “aliança operária” nos anos 1934-46 como forma de frente única das organizações operárias, não tinha razão em querer substituir as milícias ou comités, produzidos na insurreição de Julho de 1936, pela unidade formal das organizações. Por detrás desta substituição, houve um deslocamento da relação de forças: a área mobilizadora – CNT, POUM, Esquerda Socialista – da revolução retomava a sua posição subordinada face às direcções do PCE, do PSOE e da burguesia republicana. Tratava-se de um recuo.

Sem formalismo, o despoletar e a divisão das formas de auto-organização são problemas com os quais podemos ser confrontados em situações de ascensão do movimento de massas. Este foi um problema maior na Argentina entre as “associações ou comités de vizinhança” e o movimento “piquetero”, entre os sindicatos e os “piqueteros”: mais de 2336 barricadas no ponto mais alto em 2002, várias centenas de milhar de pessoas envolvidas. A divisão dos partidos fragmenta também a auto-organização. Cada partido tem o seu movimento de massa... Este é hoje um problema chave na Bolívia, entre a COB, as assembleias de Lo Alto, os movimentos indígenas, mas também numa menor escala em certas mobilizações sociais na Europa (os exemplos de coordenações organizadas em volta desta ou daquela organização política).

Ligados ao problema da unidade, há problemas de centralização: quando há divisão, fragmentação corporativa ou social não pode haver centralização. Estas experiências têm em comum a sua explosividade social mas também o seu deficit de consciência relativamente à transformação radical da sociedade que tem também consequências sobre a organização da direcção.

Serão estas estruturas incapazes de tomar o poder e de reorganizar a sociedade? Não o cremos.

Já os austro-marxistas queriam relegá-las a estruturas “sócio-económicas” deixando o “poder” a uma assembleia nacional parlamentar. Outros retomam hoje esta tese à sua maneira, explicando que “as formas de auto-organização deverão ocupar o seu lugar

sem ser institucionalizadas. Mas sobretudo sem tomar o poder.

Os limites de uma situação revolucionária e as fraquezas de organização e de direcção não permitiram – excepto na Rússia, com os limites que se conhece – a existência de fases duráveis de poder de auto-organização. Mas, em todos os movimentos de massas de uma certa amplitude e, a fortiori, todas as crises revolucionárias, há a aspiração dos movimentos sociais em dotar-se das primeiras formas de auto-emancipação. Isto cria as condições de emergência de novas estruturas de representação do movimento popular. Sem cair numa qualquer visão linear do desenvolvimento do movimento de massas, isto pode tomar a forma de assembleias gerais, de comités de acção de comités de greves, depois de conselhos comunais ou de trabalhadores. O nosso papel consiste em cada momento em testar as possibilidades de novas estruturas de auto-organização, criá-las, centralizá-las como forma da representação popular, dando prioridade à organização dos cidadãos e dos assalariados nas suas comunas e empresas. Há uma vontade de coerência entre o nosso projecto para uma auto-gestão socialista e a importância dada ao “socialismo de baixo”.

8) PODER DUAL

Também aí, as mais recentes experiências de situações de crise social e política pré-revolucionárias colocam as questões do poder dual, sempre sob formas “específicas”. Resultam de novas formas de representação popular, combinando a organização de um movimento de massas e a crise das instituições existentes, conseguindo colocar na ordem do dia processos constituintes.

Esse foi o caso da Venezuela onde estão previstas eleições para a Assembleia Constituinte para Agosto, sob enorme pressão do movimento de massas. Aí também, quando um processo revolucionário se aprofunda, novas estruturas populares de representação surgem, são criadas novas legitimidades contra o velho aparelho central estatal: comités, mas também estruturas comunais ou locais como “municipalidades vermelhas” ou “zonas libertadas”. Desenvolve-se um processo de confrontação e dualidade de poderes que também envolve crises, fracturas nas velhas estruturas institucionais existentes. As velhas conchas podem mesmo ser o invólucro de novos poderes.

Este é o exemplo da Comuna de Paris, onde a velha comuna foi regenerada pela energia da explosão popular que a constituiu como um órgão de poder popular. O Chile, nos anos 1970-73 com o JAP – juntas de aprovisionamento dos bairros populares – e os cordons industriais – coordenações locais dos sindicatos – viram o nascimento de um princípio de poder popular, começando em estruturas estabelecidas pelas autoridades ou pela confederação sindical.

Uma aposta de importância capital é então feita: as novas

estruturas mais eficazes na organização da luta têm também de demonstrar a sua eficácia na resolução de problemas quotidianos, mostrar-se mais democráticas, mais representativas: demonstrar a sua superioridade.

É aí que o problema do confronto com o estado se coloca. Há medida que é generalizado, este processo afronta o direito de propriedade, as instituições e o estado capitalista. “O direito à existência prevalece sobre o direito à propriedade” (Convenção de 1793), a democracia das novas estruturas representantes do povo – fábrica ou assembleias de bairro – toma precedência sobre as velhas estruturas. Há neste momento contradição e luta entre o velho e o novo. O “novo” tem também peso na fragmentação das velhas instituições burguesas. As exigências democráticas devem ser levadas ao seio das velhas instituições parlamentares ou municipais mas o eixo, a prioridade para desencadear a “dualidade de poder”, é a auto-organização, a organização independente do movimento de massas.

A experiência da Comuna de Paris fez evoluir Marx na questão do Estado, o qual não se trata mais de transformar mas de destruir. As lições de todas as experiências socialistas ou nacionalistas revolucionárias confirmam a necessidade de destruir o aparelho de repressão das classes dominantes. E entendemos neste sentido, o núcleo duro do Estado – exército, polícia, justiça, aparelho administrativo central –, mesmo que estas instituições possam, sob a pressão dos acontecimentos revolucionários, fragmentar-se e dividir-se (exemplo dos comités ou conselhos de soldados, sindicatos da magistratura etc.)

A história mostra que estes processos desencadeiam a oposição e a repressão das classes dominantes. As forças fundamentais em luta entrecrocavam-se, afrontam-se, dilaceram-se no curso de momentos estratégicos. São estes momentos de crise revolucionária em que se joga o confronto de classes, em que as coisas balançam... É necessário preparar este ou estes momentos... Para concentrar as forças do movimento de baixo contra o aparelho de Estado. A questão do poder coloca-se, e a dualidade de poderes deve então resolver-se, de um lado ou do outro. Os preparativos revolucionários podem durar “vários meses ou vários anos”, precisa Ernest Mandel, mas os momentos de confronto central são sempre os mais decisivos.

O objectivo é então defender o processo revolucionário. Não somos putschistas – “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” – mas não somos ingénuos. Esta defesa supõe agir “militarmente” sem surgir como o agressor. Léon Trotsky explica, nas extraordinárias páginas sobre a história da revolução russa que o CMR (comité militar revolucionário do soviete de Petrogrado) toma a iniciativa da tomada de poder procurando conservar uma posição defensiva: era necessário defender Petrogrado contra as tropas de Kornilov que iam limpar a cidade.

Da história deste século de algumas revoluções, retemos na memória a importância do processo preparatório. Mas o carácter decisivo da crise revolucionária é o “momento” ou os “momentos” em que tudo se joga, em que certas horas determinarão o curso de uma história durante várias décadas...

A questão chave continua a ser a conquista do poder político. Primeira especificidade da revolução proletária, os trabalhadores só podem instaurar novas relações sociais ou conquistar duravelmente novas posições com a mudança de toda a estrutura social e política. Os contra-poderes são úteis, a luta pela reforma

indispensável. As experiências parciais de controlo, de auto-gestão nas empresas ou nas comunas são decisivas mas nunca suficientemente fortes para desencadear um processo de transformação das relações sociais. É necessário conquistar o poder.

Daí os debates com Holloway e todas as correntes de altermondialização que defendem a possibilidade de mudar o mundo sem tomar o poder. Não se trata precisamente de Holloway uma vez que parece que os zapatistas evoluem nesta questão e não fazem mais das suas necessidades virtudes, explicando que as suas lutas não devem ter derivas políticas. Eles tomaram o poder nas suas zonas de Chiapas. As experiências revolucionárias na América Latina mostram de um lado a necessidade de estimular o movimento a partir de baixo, e de outro lado a importância decisiva do impulso de cima. O papel positivo e os limites de um Chavez demonstram a importância da construção de uma alternativa política de conjunto. A política social-liberal de um Lula exige uma alternativa política, até mesmo eleitoral, orientada para a ruptura com o imperialismo e os mercados financeiros. Os contra-poderes ou a soma de movimentos sociais não bastam para opor uma alternativa ao capitalismo liberal.

Claro que, em toda a história das lutas sociais, múltiplas reformas, novos direitos e conquistas sociais foram obtidas sob a pressão da relação de forças e de mobilizações sociais... sem tomar o poder!

Os revolucionários são apoiantes de todas as reformas que melhorem as condições de vida e de trabalho da população. Estão atentos ou são parte activa de todas as experiências que desapertam as correntes da dominação capitalista. Estes movimentos são decisivos mas não suficientes para consolidar os ganhos adquiridos a longo termo – as classes dominantes retomam frequentemente



Para abrir portas à mudança, é necessário desfazer este duplo bloqueio: o estado e a propriedade. Sem uma mobilização social revolucionária que quebre a coluna vertebral da dominação capitalista – o Estado – e que substitua a propriedade capitalista a apropriação pública e social, os mecanismos de produção e reprodução do capital continuam a dominar

ente com uma mão o que deram com a outra – nem para mudar a lógica fundamental e substituí-la por uma lógica das necessidades sociais em vez da do lucro.

Na construção de uma alternativa, estas experiências podem demonstrar ser pontos de apoio indispensáveis, mas a sua acumulação não pode bastar para inverter os dados fundamentais da nossa sociedade. Chocam com o poder central. Para impedir modificações estruturais da sociedade, as classes dominantes operam um duplo bloqueio: o estado e a propriedade capitalista. A guerra no Iraque, as tentativas aqui e ali de erguer dispositivos estatais ou para-estatais na Europa ou na América mostram por outro lado o papel chave dos estados.

O estado desdobra-se mas continua presente. A força do imperialismo americano, tanto quanto o poder das multinacionais, demonstra a importância da propriedade dos capitais e dos grandes meios de produção na economia mundial. O poder económico, militar, parece mais disseminado que nunca mais está também mais concentrado que nunca.

Para abrir portas à mudança, é necessário desfazer este duplo bloqueio: o estado e a propriedade. Sem uma mobilização social revolucionária que quebre a coluna vertebral da dominação capitalista – o Estado – e que substitua a propriedade capitalista a apropriação pública e social, os mecanismos de produção e reprodução do capital continuam a dominar.

9) AUTO-ORGANIZAÇÃO, DEMOCRACIA

As relações entre as instituições parlamentares, Assembleias Constituintes e estruturas de auto-organização constituem um dos problemas chave da estratégia revolucionária, em particular nos principais países imperialistas.

O eixo central é a auto-organização, a emergência e a centralização de estruturas de democracia directa em sentido alargado: não apenas os “conselhos de fábrica” no sentido “obreirista” mas auto-gestão social e política constituída como um poder político.

Com a perspectiva de um novo poder para os trabalhadores e cidadãos, também há lugar para uma lógica de democracia radical baseada nas propostas de transformação das assembleias parlamentares: uma assembleia constituinte de câmara única, a definição de competências, representação proporcional, controlo dos eleitos, criação de estruturas de democracia directa, subsidiariedade do nível local à escala europeia, no quadro de um processo constituinte.

Resumindo, o objectivo perseguido é a generalização de uma democracia radical a qual, começando com uma transformação radical da assembleia, abra a perspectiva de estruturas para um novo poder. Esta é a problemática que Trotsky avança, em 1934,

no seu projecto de programa de acção para a Liga Comunista da altura.

Este processo constituinte deve ser utilizado para estimular um novo poder de democracia directa. Mas numa situação revolucionária, a eficácia democrática da auto-organização corre contra o aparelho estatal.

Já vimos vários exemplos: ou a assembleia constituinte é levada pelo furacão revolucionário e transmite os seus poderes a novas estruturas revolucionárias, ou entra em hibernação, ou ainda opõe-se a novas formas de poder auto-organizado, provocando assim um conflito. Não nos esqueçamos que em certas crises revolucionárias, Alemanha em 1918-19 ou Portugal em 1974-75, a Assembleia Constituinte foi utilizada como um instrumento contra-revolucionário. Foi então necessário por a ênfase nas estruturas de auto-organização e na sua centralização. Todo este processo não é exterior às instituições da democracia burguesa, especialmente nos países com um historial longo de tradições parlamentares – o processo revolucionário exerce pressão sobre elas – mas o objectivo é a constituição de um novo poder. Continuamos a não pensar – ao contrário de certas teses Austro-marxistas, euro-comunistas ou reformistas de esquerda – que conseguimos conquistar o poder combinando “poder popular” e “conquistas graduais de uma maioria revolucionária no velho parlamento”. A tomada de poder político requer livrar-se das instituições antigas e construir novas.

Depois da conquista do poder, os problemas são colocados de forma diferente, particularmente no começo de uma sociedade de transição para o socialismo: várias assembleias eleitas pelo sufrágio universal podem coexistir com assembleias territoriais e assembleias resultantes de eleições nos locais de trabalho, até assembleias representando minorias nacionais. Assembleias que terão o poder, assembleias eleitas pelo sufrágio universal. Esta combinação foi tentada de forma efémera na Comuna de Paris.

Esta era a posição de Rosa Luxemburgo sobre a dissolução da Assembleia Constituinte na Rússia. Defendeu a dissolução de uma assembleia que já não correspondia ao estado real do país e exigiu uma nova Constituinte, ou seja, ao lado do poder dos soviets uma assembleia eleita pelo sufrágio universal: “sem eleições gerais, sem liberdade ilimitada de imprensa e de associação, sem uma luta livre de opiniões, a vida morre em todas as instituições públicas, vegeta, e a burocracia permanece o único elemento activo.”

Quando há conflito, é o povo que volta a ter a última palavra.

10) GOVERNO OPERÁRIO OU DOS TRABALHADORES

A exigência de um “governo operário” (“governo dos trabalhadores” ou das “classes populares”) é um slogan transitório

lançado numa situação revolucionária, nos anos 20, ou mesmo nas vésperas da segunda guerra mundial que Trotsky encarava como a repetição da primeira. Estas são fórmulas desenvolvidas no Programa de Transição. Em geral, estas questões tomam grande importância em situações de aguda crise social e política. Os debates que temos sobre a fórmula ou fórmulas governamentais são muitas vezes retiradas deste contexto.

O governo operário é uma fórmula transitória, numa situação de crise na qual as instituições do velho aparelho de estado ainda não estão destruídas. Não é ainda o poder de órgãos populares ou a “ditadura do proletariado”, mas não é já o normal funcionamento das instituições burguesas. Portanto não é sinónimo da ditadura do proletariado. É uma possibilidade de governo intermediário, no caminho da conquista do poder pelos trabalhadores.

E também, todas as fórmulas do governo dos trabalhadores incluem em geral exigências imediatas, mas também objectivos relacionados com o controlo operário, a expropriação dos capitalistas, ou até o armamento do proletariado. Nas situações revolucionárias, há uma coerência entre uma política de frente unida e a proposta de um governo que rompa com a burguesia. Aí, o “governo operário pode ser o coroar de uma política de frente unida”. A base para a unidade de acção num governo é a mesma: são coligações forças revolucionárias, reformistas de esquerda, centristas ou nacionalistas revolucionários, apoiadas em organizações populares ou comités. É referindo-se à Rússia desde Fevereiro até Outubro de 1917, e à Alemanha entre 1918 e 1923, que Trotsky usa estas formulações, exigindo que os partidos dos trabalhadores rompam com a burguesia. Mas as suas fórmulas foram hoje em dia relativizadas pela história.

Duas observações sobre esta abordagem:

a) Está intimamente ligada às situações revolucionárias. Em muitos documentos, em particular sobre a Alemanha ou sobre a França em 1922, Trotsky fala sobre “o início parlamentar da revolução proletária.” Mas todas estas experiências, mesmo apesar de poderem ter como ponto de partida uma maioria parlamentar, têm de encontrar muito rapidamente o seu centro de gravidade em órgãos de poder dual, senão estes governos atolar-se-ão ou tornar-se-ão reféns das instituições burguesas.

Isto é o que Trotsky denunciou como a “interpretação parlamentar” do governo do trabalhadores. É infelizmente o erro que é cometido por alguns militantes revolucionários: na Saxónia-Thuringia, onde os líderes do KDP fizeram as decisões sobre a insurreição depender do governo do Land, dominado por social democratas de esquerda, e não num conselho de comités. Esta foi também a experiência da Catalunha em Julho e Setembro de 1936, onde o POUM aceitou a dissolução do “Comité Central das milícias” de forma a entrar e reconhecer o governo da “Généralitat Catalana” como o governo legal da Catalunha.

Estas formulações estão situadas no interior de uma certa moldura histórica, marcada pela força dinamizadora da revolução russa, na qual os partidos reformistas e estalinistas, apesar da sua degeneração, ainda mantinham referências à revolução, à “ditadura do proletariado” (a SFIO e Léon Blum nos anos 30) à ruptura com o capitalismo, na qual a vanguarda de vários milhões de militantes da classe trabalhadora, apesar de reformistas, era educada neste “banho ideológico”. Estas exigências de ruptura com a burguesia já não fazem muito sentido quando dirigidas às formações social-democratas que foram levadas ao social-liberalismo. Podem ter, em certas conjunturas, uma certa funcionalidade

no que diz respeito à base militante de certos partidos comunistas, da seguinte forma: “escolham entre uma aliança social-liberal e uma alternativa anti-capitalista”, compreendendo bem que as dinâmicas do reformismo e da integração – num longo período – em instituições burguesas, levam os aparelhos burocráticos dos partidos comunistas a adaptar-se à ordem existente. Estas modificações históricas do movimento de trabalhadores têm consequências nos problemas de “política corrente”: há uma certa dessincronização entre a política de unidade de acção e de construção de uma alternativa política: somos pela unidade de acção entre toda a esquerda social e política contra a extrema-direita, a direita e os patrões. Não pensamos possível construir uma alternativa ao capitalismo liberal com o social-liberalismo. Não há outra lógica além da parlamentar em procurar “uma maioria anti-liberal contra a direita envolvendo o conjunto da esquerda e portanto o PS e a esquerda social-liberal.” Esta opção “parlamentarista” só pode ser tomada em detrimento de uma acumulação de forças contra o capitalismo liberal.

Em último lugar, podem existir casos específicos, nos países em vias de desenvolvimento, em que governos nacionalistas revolucionários cortem com o imperialismo, ainda que de forma parcial. Este é o caso de Chavez na Venezuela. Trotsky dá algumas indicações a respeito do governo de Lazaro Cardénas no México nos anos 30 ou o da APRA no Peru. Estes governos, que se opõem ao imperialismo, devem ser apoiados contra o imperialismo, enquanto se mantém a independência face a eles. Independência uma vez que existe uma batalha política, uma luta no campo “anti-imperialista” entre revolucionários, reformistas, nacionalistas etc. Luta política mas apoio a um processo. Julgamos as medidas que são tomadas em nome das classes populares e as iniciativas para acção e mobilização. Como resultado disto, por exemplo, apoiamos o que é chamado como processo de revolução bolivariana.

Sobre questões governamentais, as nossas posições devem portanto combinar:

a) independência no que diz respeito a governos que gerem as instituições e a economia capitalista;

b) recusa em participar em qualquer governo que faça a gestão das instituições ou da economia capitalista. A nossa táctica é determinada pela política e decisões de cada governo, apoiando medidas positivas, opondo-nos às outras;

c) uma posição determinada pelo curso do governo em questão – da oposição frontal ao governo de Lula, que é hoje um governo social-liberal – ao apoio à experiência de Chavez;

d) e centrar sempre os nossos esforços no desenvolvimento do movimento independente das massas.

* François Sabado é membro do Secretariado Político da LCR. Tradução de Carlos Carujo.

A RESISTÍVEL ASCENSÃO DE NICOLAS SARKOZY

MANUEL DENIZ SILVA*

ILUSTRAÇÕES DE JOANNA LATKA



«INESPERADO GRAMSCI DE DIREITA». FOI ASSIM QUE NO DIA SEGUINTE À SEGUNDA VOLTA DAS PRESIDENCIAIS FRANCESAS, JEAN D'ORMESSON, MEMBRO DA ACADEMIA E CONHECIDO INTELLECTUAL DE DIREITA, QUALIFICOU O CANDIDATO VENCEDOR, NICOLAS SARKOZY. A AFIRMAÇÃO, PUBLICADA NO JORNAL *FIGARO*, PARECIA APENAS UMA PROVOCAÇÃO. QUE PODEM TER EM COMUM O ARAUTO DA «DIREITA SEM COMPLEXOS», LIBERAL E AMERICANÓFILO, COM O AUTOR DOS CADERNOS DO CÁRCERE? MAS INFELIZMENTE, PARA A POLÍTICA EUROPEIA, D'ORMESSON TEM UMA CERTA RAZÃO NA SUA *BOUTADE*. PORQUE PÕE O DEDO NUMA DAS FERIDAS MAIS INQUIETANTES DESTA VERDADEIRA SAGRAÇÃO POLÍTICA, QUE NÃO FOI APENAS UMA MERA VITÓRIA ELEITORAL.

COMO É QUE SARKOZY, depois de cinco anos de sucessivos governos de direita impopulares, nos quais ele próprio participou enquanto ministro do interior e das finanças, conseguiu apresentar-se como candidato da ruptura? Como é que a nova direita francesa pôde sacudir os «complexos» gaulistas com tanta facilidade, alinhando com o neo-conservadorismo americano, quando todos os dias se torna óbvio, nas ruínas do Iraque, o seu fracasso? E como é que a esquerda francesa, depois das mobilizações pelo Não ao tratado constitucional europeu e a vitória na luta contra o CPE, se deixou reduzir a uma das expressões mais fracas da sua história recente, com socialistas, verdes, comunistas e extrema-esquerda a reunirem pouco mais de um terço dos votos na primeira volta das presidenciais, sendo preciso recuar à eleição de Pompidou em 1969 para encontrar um resultado tão baixo?

Um dos primeiros trunfos de Sarkozy foi a preparação meticulosa da sua campanha. Durante cinco anos, todas as suas declarações, gestos e atitudes, convergiram apenas para um único objectivo, as eleições presidenciais. Numa primeira fase, a prioridade foi a conquista do aparelho da UMP, o partido de Jacques Chirac. Eleito presidente do partido em Novembro de 2004, Sarkozy afastou metodicamente os possíveis rivais no seu próprio campo, em particular Dominique de Villepin e Michèle Alliot-Marie, próximos do então presidente francês. Depois, para conseguir ser o candidato único da direita, Sarkozy procurou enfraquecer a extrema-direita, reforçada pela passagem de Le Pen à segunda volta em 2002. Para reduzir a base de apoio deste último, Sarkozy retomou ostensivamente alguns dos seus slogans habituais, nomeadamente os que atiram as culpas da degradação da situação social francesa para o peso da imigração e da insegurança, rompendo assim com uma tradição da direita republicana de isolamento do discurso de ódio da Frente Nacional. Mas Sarkozy não só recuperou os temas fundamentais do ideário de Le Pen, como os banalizou, legitimando-os e trazendo-os para o «debate republicano». Foi o principal agente daquilo que foi sendo apontado como a «lepenização dos espíritos», ou seja, que permitiu a muita gente afirmar alto o que antes dizia à boca pequena. A posição de ministro do interior ofereceu a Sarkozy não só uma tribuna privilegiada para esta reelaboração ideológica, como um laboratório para o aperfeiçoamento de novos dispositivos de governação: a perseguição aos sem papéis, a limitação do asilo político, as alterações à lei da nacionalidade, a redução das liberdades públicas sob o argumento da luta anti-terrorista, o aumento das penas e do número de prisões, o reforço constante dos meios policiais, o abandono dos programas de «polícia de proximidade» introduzidos pelo governo socialista, a «caça» aos pequenos delinquentes. Iam aparecendo assim, no interior do próprio regime Chirac, as premissas de um novo projecto políti-

co, o de uma sociedade de vigilância, de repressão e de controlo, enquanto que as suas tomadas públicas de posição a favor de vítimas em casos mediáticos, antes mesmo dos processos serem julgados, anunciavam uma justiça passional e vindicativa. A tonalidade dos seus discursos sobre insegurança passou a marcar a vida política francesa e foi neste contexto que as suas declarações sobre a “escumalha” dos bairros desfavorecidos de Paris estiveram na origem dos importantes motins do Outono de 2005.

Do lado da oposição, a pré-campanha teve como pano de fundo a oposição entre os dois campos do PS que se tinham dilacerado durante o referendo à Constituição europeia. Apesar de uma votação interna dos militantes ter dado um apoio expressivo ao Sim, mais de metade do eleitorado socialista votou Não, fazendo bloco com os partidários de uma oposição de esquerda à Europa liberal. Depois de um momento de oscilação, foi encontrada uma «síntese» entre as duas facções, adoptada no congresso de Le Mans em Novembro de 2005, que acabou por confirmar a supremacia do aparelho. Um ano depois, em Novembro de 2006, das primárias organizadas pelo PS para nomear o candidato presidencial, saiu a surpreendente escolha de Segolène Royal, que venceu folgadoamente dois líderes históricos do partido, Dominique Strauss-Khan (representante da tendência mais à direita) e Laurent Fabius (que apoiara o Não ao referendo). Apresentada como um fenómeno mediático imparável, elogiada pela sua elegância e *glamour*, Segolène Royal apostou num estilo de campanha dinâmico, com uma equipa jovem e um largo recurso à internet, e integrando mesmo algumas propostas dos movimentos altermundialistas, como o orçamento participativo. Apesar de ter conseguido uma aliança com o movimento de Chevènement (o MDC) e com os Radicais de Esquerda, o «fenómeno Royal» não durou. Destabilizada pela sabotagem de muitos sectores do próprio partido e pelas acusações de superficialidade e «falta de estatura», em que críticas pertinentes à inconsistência do seu programa se misturaram com muito machismo mais ou menos encapotado, o vento mediático que a embalara nos primeiros meses de campanha acabou por virar. O aparecimento (ou a construção) de um novo «fenómeno» a poucas semanas da eleição – a subida das intenções de voto do candidato centrista François Bayrou –, acabou por desviar definitivamente as atenções, relegando a candidatura de Royal para um marasmo de que não mais sairia. Entretanto, a esquerda anti-capitalista, apesar das mobilizações importantes dos anos anteriores e de uma vontade de convergência evidente das bases, traduzida na criação por todo o país de centenas de «Comités para uma esquerda alternativa e unitária», não se conseguiu entender na preparação de uma candidatura comum, e apresentou cinco candidatos diferentes (Besancenot, Laguiller, Schivardi, Bové e Buffet).

Entronizado, Sarkozy partiu para uma viagem de iate no Mediterrâneo, paga por um amigo milionário, Vincent Bolloré. Parecia que estávamos a assistir à chegada de um novo Berlusconi, de braço dado com o mundo do dinheiro e da imprensa

O resultado é conhecido. Numa eleição em que a participação atingiu níveis impressionantes (mais de 80%), Sarkozy ganhou na segunda volta, conseguindo o feito histórico de arrasar todos os seus adversários, provocando uma derrocada do eleitorado de Le Pen (que recolheu pouco mais de 10% dos votos), de sufocar a subida inesperada do centro de François Bayrou (que apesar dos seus 18% na primeira volta não conseguiu marcar a diferença) e de deixar a esquerda, toda a esquerda, em cacos.

A TOMADA DE PODER DA «DIREITA SEM COMPLEXOS»

Para perceber a paulatina subida de Sarkozy ao poder, temos que a desmontar o seu plano de conquista da hegemonia ideológica. Não querendo assumir o balanço de Chirac (que aliás o apoiou sem a mínima convicção), colocou-se na tradicional retórica da rotatividade. Mas porque não podia dessolidarizar-se da sua própria maioria, e porque ele próprio já estava no poder e era o candidato do partido do presidente em exercício, o que Sarkozy propôs foi uma autêntica rotatividade ideológica. Apresentou-se como uma ruptura não em relação às políticas recentes, mas a todas as políticas das últimas décadas, ou mais precisamente, desde que o pensamento “de esquerda” supostamente se teria instalado no Poder, ou seja, desde o Maio de 68. Colocou-se assim num plano temporal mais largo, colocando num mesmo pé os vários governos que se sucederam desde os anos 80, tanto de esquerda como de direita, acusados de não terem conseguido reformar uma sociedade francesa bloqueada pelo «pensamento único», uma espécie de nó górdio ideológico que ele, Sarkozy, se propunha cortar. Mais importante, por isso, do que avançar programas económicos ou reformas institucionais, o que lhe importava era apresentar uma nova visão da história política e cultural recente da França, onde todos os males tinham uma raiz comum (a famigerada revolta juvenil) e o líder da UMP poderia aparecer como um redentor.

A campanha foi a confirmação dessa estratégia. A montagem paciente da narrativa sarkozista foi animada por inúmeros cenáculos e think-tanks liberais, com a conivência dos grandes grupos económicos que dominam a imprensa. Fornadas de livros, relatórios, emissões, dossiers, artigos e panfletos, procuraram demonstrar à sociedade que o declínio francês radicava no «divórcio dos cidadãos com as empresas», na sua falta de «espírito de iniciativa», com a sua desconfiança perante os «benefícios da sociedade de mercado» e da «mundialização». Responsáveis de tudo isto? Os intelectuais, claro, sempre «de esquerda», sempre a destilar veneno contra quem enriquece, quem tem orgulho na sua história e na sua identidade, sempre a corromper a tão

necessária «ordem». Sarkozy e o seu aparelho de propaganda concentraram todos os seus esforços a convencer os franceses de que o «politicamente correcto» era uma invenção do Maio de 68, que era a ideologia pseudo-libertária dos seus herdeiros que impunha os «tabus» que não deixavam que se dissessem certas verdades. Sobre a emigração, porque vêm logo com a história da colonização e do racismo; sobre educação, por estarem sempre do lado das criancinhas; ou sobre justiça, a descobrirem sempre razões sociais para os gatunos e a verem abusos na acção da polícia. E, com o andar da carruagem, Sarkozy foi andando sempre mais longe. Anunciou que criaria um «Ministério da Imigração e da Identidade Nacional», que a muitos lembrou os tempos sobrios de Vichy, e numa entrevista com o filósofo Michel Onfray (que veio a apoiar a candidatura de Olivier Besancenot), publicada pela revista *Philosophie Magazine*, confessou acreditar que se «nasce pedófilo» e que muitos comportamentos delinquentes têm uma origem genética, que deveria ser detectada se possível na primeira infância. Esta despudorada operação ideológica teve o seu apogeu na última acção de campanha, um mega-comício no estádio de Bercy em Paris, onde anunciou solenemente que faltavam apenas três dias para «acabar com o Maio de 68».

Mas esta batalha ideológica só pode ser ganha por Sarkozy porque houve uma «viragem à direita» do panorama intelectual francês no seu conjunto, como assinalou recentemente Didier Eribon no seu livro *D'une révolution conservatrice et de ses effets sur la gauche française* (Paris: Leo Scheer, 2007). Só assim se explica a fraca oposição intelectual à redefinição de conceitos levada a cabo pelo candidato da direita, desligando de qualquer contexto social a figura do «delinquent» (vista como expressão de uma personalidade maligna que importa reprimir e excluir da sociedade) ou desenvolvendo a ideia de que os apoios sociais favorecem uma classe de «assistidos» (que vivem como parasitas, comprometendo o crescimento da economia e empobrecendo quem trabalha). Se Sarkozy pôde desenvolver impunemente a sua visão de uma sociedade fragmentada, de todos contra todos, em que cada um deve «trabalhar mais para ganhar mais», o grande slogan da sua campanha, foi também porque do outro lado, do lado do PS, já não havia «esquerda». Porque já não pode representar a esquerda uma candidata que, mal apareceu na campanha o tema da identidade nacional, passou a encerrar todos os comícios com a Marselhesa e propôs que todos os franceses deviam ter uma bandeira nacional em casa, para as ocasiões importantes. Ou que recupera o tema da «ordem», mesmo para a adjectivar como «justa». Depois das eleições, aliás, Segolène veio confessar publicamente – mas já era visível durante a campanha –, que nunca acreditara nas poucas medidas do programa do PS que ainda tinham algum sabor socialista, como a proposta do aumento do

salário mínimo para 1500 euros ou a generalização das 35 horas a todos os sectores laborais. Ainda assim, é preciso dizer que não foram só as fragilidades e o estilo de campanha de Ségolène Royal que fizeram perder essa esquerda. Foi a pouca vontade do PS em discutir política, não percebendo que a questão não era apenas a pessoa do candidato da UMP mas toda a teia de produção ideológica que este vinha alimentando. O que levou a que a estratégia do «Tout Sauf Sarkozy» (o Tudo Menos Sarkozy) se tenha revelado um fracasso. Em vez de criar uma dinâmica unitária, soldou-se por um florilégio algo anárquico de ataques pessoais, que não só apenas convenceram os já convencidos, como permitiram a Sarkozy apresentar-se como vítima dos comentadores elitistas e parisienses, dos tais «intelectuais de esquerda» defensores do «pensamento único». E é esse o triunfo que refere Jean d'Ormesson. O de ter acabado com o crónico complexo intelectual da direita francesa.

O HIPER-PRESIDENTE

Entronizado, Sarkozy partiu para uma viagem de iate no Mediterrâneo, paga por um amigo milionário, Vincent Bolloré. Parecia que estávamos a assistir à chegada de um novo Berlusconi, de braço dado com o mundo do dinheiro e da imprensa. Um pequeno escândalo revelou que o *Journal du Dimanche*, cujo patrão também é amigo pessoal de Sarkozy, retirara à última hora uma notícia em que se descobria que a mulher do presidente, Cecília, não votara na segunda volta das presidenciais. Falou-se muito de censura e tendências autoritárias. Mas não era bem isso. Depois do efeito jet-set inicial, Sarkozy preparava mais surpresas. Apareceu em todas as frentes, desmultiplicando-se em todos os telejornais, precedendo os seus próprios ministros. Antes mesmo de formar governo, já reunia com os sindicatos e patrões, coisa nunca vista na Quinta República. Abertura, diálogo, concertação. Sarkozy revelava uma imagem contrária ao seu estereótipo anterior, afirmando uma nova postura de serenidade (anunciou mesmo à imprensa que «mudara muito»), que aliás já lhe valera a vitória no debate televisivo que o opôs a Royal, e em que conseguiu que fosse a candidata socialista a perder a calma. E o governo que nomeou, já de si reduzido,

revelou-se paritário (ou quase), escolhendo uma ministra da justiça de origem magrebina (Rachida Dati). Quis ter mesmo «a sua Condoleeza Rice», colocando Rama Yade, uma jovem de origem senegalesa, na Secretaria de estado dos negócios estrangeiros. Depois, foi a longa sequência de “política de abertura”. Confiou várias pastas estratégicas a personalidades vindas da esquerda, a começar pelo Ministério dos negócios estrangeiros, que coube ao socialista Bernard Kouchner. Depois foi a proposta a Martin Hirsch, secretário geral de Emaüs (a associação criada pelo Abbé



No rescaldo das presidências e das legislativas, os dois principais partidos franceses encontram-se agora num impasse, e o resto do panorama partidário não é melhor: o centro, dividido entre os que seguiram o candidato vitorioso e os que se mantiveram fiéis a Bayrou, perdeu qualquer relevância institucional; os Verdes estiveram quase à beira da auto-dissolução, o PCF atravessa uma crise profunda e a extrema-esquerda, no seu conjunto, continua a remoer o fracasso das tentativas de união

Pierre que se ocupa dos sem-abrigo, particularmente respeitada) de chefiar um Alto Comissariado para as Solidariedades Activas contra a Pobreza. E Martin Hirsch, para surpresa de muitos, aceitou. Depois foi Fadela Amara, secretária geral da associação Ni Putes ni Soumises (movimento feminista próximo do PS que se destacou na luta contra a violência de género nos bairros sociais), que foi convidada para Secretária de Estado das Políticas da Cidade, na dependência da nova Ministra da Habitação e da Cidade, Christine Boutin (deputada próxima dos movimentos integristas católicos e lembrada pela sua oposição feroz contra a união de facto dos casais homossexuais). E Fadela Amara também aceitou, para surpresa de muitos mais.

Outros lances se seguiram: Jacques Lang, histórico dirigente socialista (célebre ministro da cultura de Mitterand) foi convidado para dirigir uma comissão de reforma das instituições, o que o levou a demitir-se da direcção do PS; ao contrário da tradição, a muito estratégica comissão parlamentar das finanças foi confiada a um deputado da oposição. Finalmente, Sarkozy apoiou a candidatura de Strauss-Khan, um dos concorrentes das primárias socialistas de 2006, para a presidência do FMI. Movimentações que provocaram o pânico e o caos no aparelho do PS, confrontado a uma autêntica hemorragia dos seus «elefantes», num momento em que a divulgação pública dos problemas conjugais do casal Hollande/Royal acabava de destruir todos os equilíbrios internos. Apenas o resultado menos negativo do que se esperava nas eleições legislativas, realizadas um mês depois das presidenciais (mas que deram ainda assim uma larga maioria ao partido sarkozista), evitou uma maior divisão interna. Mas movimentações que não deixaram de criar uma enorme insatisfação na própria maioria presidencial, que se viu privada de vários cargos cobiçados pelos caciques da UMP e pelos seguidores de longa data de Sarkozy. Este não permitiu sequer que fosse designado um novo presidente do partido, que foi confiado a uma direcção colegial.

No rescaldo das presidenciais e das legislativas, os dois principais partidos franceses encontram-se agora num impasse, e o resto do panorama partidário não é melhor: o centro, dividido entre os que seguiram o candidato vitorioso e os que se mantiveram fiéis a Bayrou, perdeu qualquer relevância institucional; os Verdes estiveram quase à beira da auto-dissolução, o PCF atravessa uma crise profunda e a extrema-esquerda, no seu conjunto, continua a remoer o fracasso das tentativas de união. À extrema direita, e por uma vez temos uma verdadeira boa notícia, a Frente Nacional debate-se com um desastre financeiro, tendo sido obrigada a despedir funcionários e a alugar a sede. O próprio

Le Pen, que estava convecido que repetiria o feito de 2002, teve de pôr a mão ao bolso para salvar o seu partido. No meio de tudo isto, Sarkozy rejubila, porque a marginalização dos partidos é consubstancial à sua nova ideia de governação. Quem governa é o presidente, remetendo o primeiro-ministro para uma posição subalterna e reduzindo o parlamento a uma câmara de eco. É o hiper-presidencialismo, etapa suplementar da americanização da política francesa.

AS LUTAS EM PERSPECTIVA

São várias as frentes em que Sarkozy se propõe avançar rapidamente e em força, aproveitando as férias de Verão: reforma fiscal, com a redução dos impostos das empresas e dos mais ricos, a alteração do código de trabalho, o ataque à lei da greve com a imposição de um serviço mínimo reforçado, a reforma das Universidades. Dispõe para isso de duas armas: a concentração dos poderes na sua mão e a hegemonia ideológica que foi construindo nos últimos anos. A sua vitória foi a mais completa demonstração do duplo falhanço, no campo social e no das ideias, da esquerda que aceitou os termos do debate, que votou Sim no referendo da Europa, que se vergou no confronto ideológico com a direita, que aceitou «o mundo como ele é». O filósofo Alain Badiou, num texto recente no *Le Monde*, congratulou-se aliás com a morte anunciada do «intelectual de esquerda», enterrado no campo de ruínas destas últimas eleições, acrescentando que do meio dos escombros do anterior *status-quo*, só poderão emergir duas opções, o reacçãoarismo submisso ou uma nova radicalidade. E a radicalidade tem reaparecido, nas lutas sociais dos últimos anos, e não será por acaso que quem melhor resistiu à derrocada eleitoral, na área da esquerda alternativa, tenha sido o candidato da LCR, Olivier Besancenot. Porque foi ele o mais atento às dinâmicas que têm percorrido o mundo do trabalho, da juventude, das minorias, numa sociedade francesa marcada pelo espectro dos motins de 2005. As mobilizações do CPE mostraram que as condições para uma resistência radical à ascensão de Sarkozy existem. Falta agora construir os meios para a sua expressão nos movimentos e na frente das ideias.

* Manuel Deniz Silva é musicólogo e investigador do Instituto de Etno-Musicologia da Universidade Nova de Lisboa

DECADÊNCIA NEO-CON

JOÃO ROMÃO*

ILUSTRAÇÃO DE LUÍS HENRIQUES

O MOVIMENTO NEO-CONSERVADOR AMERICANO INSTALOU-SE NOS ÓRGÃOS DE PODER DOS EUA COM GEORGE BUSH E PROGRAMOU O EXPANSIONISMO NORTE-AMERICANO DO TERCEIRO MILÊNIO. UM TEXTO NO COMBATE EM 2003 ASSINALOU O POSICIONAMENTO DOS NEO-CONS NO APARELHO DE ESTADO DOS EUA. OUTRO TEXTO, EM 2005, ASSINALAVA A CONQUISTA PELOS NEO-CONS DE POSIÇÕES DE DESTAQUE EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS. PASSADOS OUTROS DOIS ANOS, REGISTA-SE A DECADÊNCIA DO MOVIMENTO QUE INSPIROU A “GUERRA PREVENTIVA” E DESTRUIU HIPÓTESES DE PAZ NO MÉDIO ORIENTE.

O CASO MEDIÁTICO mais recente envolveu o vice-presidente Dick Cheney: o seu assessor Lewis Leiby tinha sido condenado em Março deste ano a dois anos e meio de prisão, num julgamento por mentira e obstrução à justiça na investigação sobre a identidade da ex-espia da CIA, Valeria Plame, quando o seu marido acusou publicamente o governo dos EUA de ter invadido o Iraque com argumentos falsos. Dois anos depois dessa condenação, o Tribunal de Apelação de Washington decidiu sobre o recurso apresentado por Leiby e manteve a pena aplicada. Apenas algumas horas após esta decisão, George Bush comutou a pena, mantendo uma multa de 250 mil dólares mas evitando a prisão do colaborador de Cheney, por considerar “excessiva” a sentença aplicada pelos tribunais.

Pouco tempo antes tinha sido Wolfowitz a cair em pública desgraça. O grande ideólogo da “Guerra Preventiva” praticada no Iraque foi nomeado presidente do Banco Mundial, seguindo a regra não-escrita de serem os EUA a nomear o presidente deste organismo, deixando à UE a nomeação do Director Geral do FMI. A saída inglória de Wolfowitz do Banco é um evidente sinal da decadência despótica dos neo-conservadores: Wolfowitz promoveu Riza (cidadã britânica de origem libanesa, funcionária do Banco, com quem mantinha uma relação sentimental), integrando-a em novas funções no Departamento de Estado norte-americano, na Casa Branca, auferindo um salário anual superior a 193 mil dólares, que ultrapassava o vencimento da própria Condoleezza Rice.

Antes tinha sido a demissão de Donald Rumsfeld, personagem com um longo currículo no Médio Oriente: logo em 1983 tinha estado em Bagdad, com os serviços diplomáticos norte-americanos, contribuindo para reatar relações com o governo do Iraque, interrompidas desde 1967, com a Guerra dos 6 Dias. Durante a sua estadia em Bagdad, Rumsfeld reuniu longamente com Tarik Aziz (o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Iraque) e com Saddam Hussein, declarando no final que a “reunião tinha resultado em grande benefício para os interesses dos Estados Unidos na região”.

Os conservadores dos Estados Unidos vão inventando os seus inimigos externos, álibis para a barbárie da agressão e para um expansionismo militar imperialista: depois da queda do Muro de Berlim e da derrocada dos regimes comunistas europeus, o exército norte-americano encontrou no Médio Oriente um novo palco de Guerra, que procura justificar globalmente como um choque de civilizações entre o Ocidente e o Oriente. Como se tem visto, não é disso que se trata

Na altura o Iraque estava em guerra com o Irão e Rumsfeld ajudou a encontrar outros aliados para os EUA contrariarem o poder de Teerão. A partir desse momento, o governo dos EUA passou a colaborar com a Al Qaeda, aproveitando a presença desta organização no Paquistão para minar e descredibilizar o governo do Irão. Vinte anos depois, os amigos tornam-se inimigos e álibi para uma sangrenta invasão.

RUMSFELD ENTRE ABU-GRAIB E GUANTANAMO

Uma investigação fortemente condicionada realizada em 2004 descreveu “numerosos actos de abuso criminoso sádico, flagrante e desenfreado infligidos a vários presos”, esclarecendo também que tais práticas eram do conhecimento dos principais responsáveis militares e políticos pela segurança dos EUA, tendo sido durante vários meses ocultado da opinião pública. De resto, mesmo depois de se tornar conhecido o relatório, nunca foram implicadas as primeiras figuras dos EUA nas responsabilidades sobre estes evidentes e inaceitáveis abusos.

Aliás, nunca teve vida fácil quem tentou investigar as condições de detenção nas cadeias de Abu-Graib ou de Guantanamo: mesmo quando começaram a generalizar-se as greves de fome em Guantanamo, onde mais de 500 detidos não tinham sequer acusação, Rumsfeld negou a um grupo de investigadores dos direitos humanos da ONU a oportunidade de visitar a tristemente célebre cadeia instalada em Cuba.

No entanto, Rumsfeld pode vir a ser julgado em outros países: na Alemanha, uma queixa apresentada por um grupo de advogados alemães e americanos refere casos de tortura e maus-tratos nas prisões de Abu-Graib e Guantanamo, pretendendo que Rumsfeld seja julgado por crimes de guerra. De resto, os voos ilegais da CIA, com alegado transporte de prisioneiros para prisões clandestinas na Europa, África e Médio Oriente, continuam sob observação da Comunidade Internacional, apesar do manifesto encobrimento que está a ser feito, por exemplo, por governos europeus (incluindo o português).

Durante a sua passagem pelo governo, Rumsfeld não deixaria de agradecer os valiosos serviços de um governante português: o ex-ministro da Defesa Paulo Portas foi condecorado no Pentágono pelos «serviços públicos distintos» prestados com a manutenção do comando da NATO em Oeiras, a posição portuguesa na guerra do Iraque ou a opção por duas fragatas norte-americanas no reequipamento das Forças Armadas, processo que está agora a ser investigado pela Polícia Judiciária, por suspeita de desvio de fundos para pagamento de comissões indevidas.

Desde que a liderança de Rumsfeld no Pentágono começou a

ser questionada por generais do Exército americano, alguns fiéis aliados vieram a público defendê-lo. Um caso conhecido foi o do banquete anual de 2006 da famigerada National Rifle Association, que, sem se meter em política, proclamou a sua homenagem ao “patriotismo” de Rumsfeld, afirmando que não importam os 2.400 soldados americanos mortos no Iraque (até podiam ser 240.000, esclareceu um veterano de guerra, quando está em causa a conquista da liberdade).

SIMPLIFICA. DEPOIS, EXAGERA!

A ideia messiânica de que os Estados Unidos são um instrumento de Deus para libertar o Mundo das Trevas representa um certo fundamentalismo católico e tem sido explorada pelos neo-conservadores. Como salientou Rui Borges, em recente texto publicado no portal www.esquerda.net, “esta aliança entre neoliberais e fundamentalistas cristãos em torno do Projecto para um Novo Século Americano” assenta em “projectos de privatização da sociedade e dominação global” que “criam uma cada vez maior desigualdade social e o empobrecimento de camadas cada vez mais largas da sociedade”; (...) “o projecto social desta santa aliança entre neoliberais e fanáticos religiosos resume-se assim a mais dinheiro para os ricos e mais moral e bons costumes para os pobres”.

Numa crónica do início deste ano publicada pelo insuspeito “Financial Times”, lembrava-se um editor do “The Economist” que nos anos 50 tornaria célebre uma máxima para a prática jornalística: “Simplifica! Depois, exagera!”, pedia aos seus jornalistas. Segundo o cronista, essa máxima foi explorada até ao máximo pelos neo-conservadores norte-americanos, com ampla intervenção na comunicação social. De resto, foi esse o estilo que deu ao jornal “Independente” notoriedade nacional. Não há coincidências: Paulo Portas é um amigo próximo dos neo-cons.

David Frum é um desses jornalistas / assessores de comunicação, a quem se atribui a generalização da equívoca expressão “Eixo do Mal”, em nome do qual se justificaram massacres. Frum é hoje um dos principais dirigentes da AEI, uma influente organização empresarial de inspiração neo-con que promove estudos sobre gestão pública. Um banquete realizado este ano por esta organização revelou a importância atribuída à intervenção da imprensa, quando Dick Cheney apresentou Charles Krauthammer, colunista do “The Washington Post”, para este fazer o seu discurso.

Como seria de esperar, Krauthammer levou a simplificação ao extremo para justificar um exagerado papel para os Estados Unidos: tal como contribuíram nos anos 40 para derrubar os regimes autoritários da Alemanha e do Japão, os Estados Unidos estariam



agora a contribuir para a instauração de regimes civilizados, decentes, não-beligerantes e pró-ocidentais no Afeganistão ou no Iraque. Um mundo unipolar, de inspiração divina, controlado pelos americanos.

Os conservadores dos Estados Unidos vão inventando os seus inimigos externos, álibis para a barbárie da agressão e para um expansionismo militar imperialista: depois da queda do Muro de Berlim e da derrocada dos regimes comunistas europeus, o exército norte-americano encontrou no Médio Oriente um novo palco de Guerra, que procura justificar globalmente como um choque de civilizações entre o Ocidente e o Oriente. Como se tem visto, não é disso que se trata.

O Orçamento de Estado norte-americano traduz cruamente as opções ideológicas que os neo-cons introduziram na governação americana: 2,7 biliões de dólares para o sector da Defesa em 2007, mais do que todos os outros países do Mundo juntos. Bush reforçou o contingente militar no Iraque este ano e vai alimentando a cadeia de violência: presença militar, retaliação com atentados, reforço dos meios para a luta anti-terrorista... Apesar do descrédito das personalidades neo-conservadoras junto de uma opinião pública cada vez mais contrária à presença de forças militares norte-americanas no Médio Oriente.

* João Romão é dirigente do Bloco de Esquerda.

NOTAS

* O Príncipe das Trevas, Combate, Abril de 2003

** Neo-cons à Conquista do Mundo, Combate, Abril de 2005

NOTA SOBRE O CONGRESSO DO PSOL

(RIO DE JANEIRO, 7 A 10 DE JUNHO) JORGE COSTA*

O PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE REUNIU O SEU PRIMEIRO CONGRESSO ENTRE 7 E 10 DE JUNHO, NO RIO DE JANEIRO. PARA OS MILITANTES DA QUARTA INTERNACIONAL FORA DO BRASIL, O ELEMENTO MAIS IMPRESSIONANTE DO CONGRESSO PODERIA SER A DISTÂNCIA QUE ESTE EVIDENCIOU ENTRE HELOÍSA HELENA E A CORRENTE QUE SE NOS REFERE, O ENLACE.

HELOÍSA é uma liderança mundialmente reconhecida pela fidelidade ao programa histórico da esquerda socialista brasileira, uma dirigente que assumiu - também pessoalmente - os riscos de uma alternativa de esquerda ao governo do PT social-liberal. No Enlace encontram-se, entre outros camaradas, muitos militantes da Quarta Internacional que, antes de Heloísa, com ela e depois dela, abandonaram o PT para formar um novo partido para a classe trabalhadora brasileira.

O que justificaria que Heloísa e o Enlace se afastassem no primeiro congresso do PSOL? Certamente que nenhuma hesitação, de ninguém, nem na Quarta Internacional nem no Enlace, na avaliação do papel histórico de Heloísa, nem quanto ao seu lugar na construção do PSOL.

A distância que se evidenciou no congresso será certamente melhor compreendida se analisada à luz:

i) do momento da esquerda: depois do “estado de graça” que Lula ainda gozou durante o início do segundo mandato, uma agenda comum de mobilização vem reunindo sectores que já romperam com o governo Lula (PSOL, PSTU, outros), sectores que não romperam com o governo, mas cada vez mais críticos (MST, pastorais sociais), e até sectores que ainda participam no governo (sindicalistas do Pcdob, minorias da CUT, Marcha Mundial de Mulheres). Porém, estes sinais de um novo quadro na luta social são muitíssimo recentes (Março-Maio) e ainda pouco maturados, suscitando valorizações ainda muito diferentes no PSOL.

ii) do momento do partido: este primeiro congresso procurava ainda estabilizar um corpo de direcção regular, realizando-se em plena ressaca da queda de muitos mandatos “herdados” do PT, perdas institucionais mas também organizativas que agravaram a dispersão territorial e as dificuldades de articulação política nacional.

As diferenças entre o bloco maioritário e os companheiros do Enlace revelaram-se em questões significativas de natureza táctica. Sobre as grandes opções de rumo de uma oposição socialista no

Brasil não se registam desacordos. Em qualquer organização - e mais ainda num partido marcado por intensa disputa entre correntes - são muitas vezes aquelas questões que marcam o debate. Assim sucedeu neste Congresso do PSOL: Heloísa, não subscrevendo as teses de nenhuma corrente, integrou o bloco maioritário. O Enlace preferiu não o fazer.

O BLOCO MAIORITÁRIO CONCENTRA-SE NA QUESTÃO ELEITORAL

Todas as correntes apresentaram teses próprias ao Congresso, mas cedo se desenhou um bloco maioritário, composto pelo MES-MTL (correntes em fusão, com tese única, hegemónicas no bloco maioritário) e a APS.

Este bloco é muito precário e indefinido politicamente, como ficou claro ao longo do congresso: em nenhum tópico de polémica esta maioria actuou como bloco do início ao fim. Só no tema eleitoral o bloco maioritário reuniu acordo, sinalizando a abertura para alianças para lá dos partidos que compuseram a Frente de Esquerda - PSOL, PSTU, PCB. Mas mesmo aí, maiores definições ficaram remetidas, por proposta do Enlace defendida também pela APS, para uma conferência eleitoral em 2008.

Ligada à questão eleitoral está uma leitura sobre a construção do PSOL muito vinculada à figura de Heloísa. A ancoragem do partido na agenda da sua presidente, preconizada em particular pelo MES-MTL, é facilmente explicada pela desproporção de notoriedade e votos entre a candidata presidencial e a legenda do partido. Porém, o risco do personalismo é o bloqueio do debate partidário: entre erros e acertos, a divergência política passa a surgir como ataque pessoal. O bloco maioritário parece negligenciar esse risco.

Esta indefinição política do bloco maioritário levou a corrente Enlace a elaborar várias propostas, tanto sobre a natureza do seu texto de base (que deveria converter-se num manifesto “para fora”, unificando o partido), como sobre o seu conteúdo (movimento social, organização partidária). O bloco maioritário só aceitou de maneira bastante parcial essas propostas e o Enlace recusou o convite para o integrar.

INDÍCIOS PREOCUPANTES

Boa parte do debate de composição do bloco maioritário decorreu nas vésperas do Congresso. Durante o fim-de-semana, decorriam ainda negociações, mas cabe sublinhar que os dias do congresso contribuíram para afastar o Enlace do bloco maioritário. Desde logo, porque, com a chegada dos delegados, ficou claro um contraste de qualidade entre delegações de regiões onde o partido é maior e mais composto (e onde existe, portanto, alguma regulação dos processos entre correntes) e algumas delegações, tão numerosas quanto homogéneas, oriundas de locais onde pontifica apenas uma corrente. Abundaram relatos e indícios de situações preocupantes, em que os requisitos para a elegibilidade de delegados terão ficado muito longe de ser cumpridos, sobretudo por correntes do bloco

maioritário. Por outro lado, o andamento do congresso foi marcado pela imprevisibilidade, sem aprovação de ordem de trabalhos ou regimento. A acreditação dos delegados só terminou ao terceiro dia. Durante demasiado tempo, o congresso esteve verdadeiramente suspenso da insuficiência dos acordos no bloco maioritário. Muitos delegados deram sinais de justificada impaciência e os do Enlace estavam entre eles.

AS MINORIAS À ESQUERDA

Por seu lado, as outras correntes minoritárias (CSOL e CST), formaram um “bloco de esquerda” que acabou por se tornar na versão reflectida da indefinição do bloco maioritário, registando também pouco acordo e muito pouca intervenção comum nas questões importantes do debate.

Este sector reuniu-se em torno de uma crítica total do programa histórico do PT, julgado impróprio para enfrentar a violência da globalização (Plínio de Arruda Sampaio). A esta crítica, bastante proclamatória, juntou uma subalternização formal da luta eleitoral, enunciada na defesa de uma aliança exclusiva com os partidos da Frente de Esquerda.

O PROTAGONISMO DO ENLACE

A própria necessidade de afirmação de um bloco maioritário (isolando a posição do bloco de esquerda sobre alianças eleitorais) constituiu uma pré-marcação dos termos do debate eleitoral, mas a proposta do Enlace de convocar uma conferência eleitoral para 2008 foi defendida pela APS e aprovada. Para o Enlace, as definições de alianças eleitorais devem esperar pelo tempo do desgaste do governo e pela ocorrência eventual de rupturas na base partidária sua aliada.

No ponto sobre a questão sindical e de movimento popular, o Enlace partiu o bloco maioritário e o bloco de esquerda, compondo com APS e CSOL uma linha para a unidade ampla contra o governo, que valorize as potencialidades do novo quadro (particularmente o diálogo com o MST), em vez da unificação, imediata e por cima, das frentes sociais afectas ao PSOL e ao PSTU (Intersindical e Conlutas). A proposta foi derrotada por poucos votos (MES-MTL e CST votando juntos), mas a discussão será retomada em breve, numa conferência sindical em que a correlação de forças será certamente diferente.

No ponto sobre o aborto, o Enlace tornou-se o principal intérprete da posição absolutamente maioritária no partido, pela despenalização. A questão era difícil, conhecida que é a influência na esquerda brasileira das posições oficiais da Igreja Católica sobre

esta matéria e também a posição de princípio de Heloísa Helena. Mas a existência consabida de uma clara maioria no PSOL deveria bastar para um debate mais tranquilo. No entanto, foi necessária toda uma batalha para colocar em votação uma resolução que explicitava uma posição do partido favorável à despenalização. Vencida esta etapa, a aprovação deu-se por ampla maioria, mesmo com Heloísa defendendo a posição contrária.

Tiveram ainda destaque militantes do Enlace na dinamização do debate políticos em torno de resoluções específicas sobre direitos de negros e negras e sobre a questão ambiental e o eco-socialismo.

No plano da actuação política, recusando práticas processuais negativas e o fechamento do debate em dois campos, articulando plataformas por objectivos de orientação política, o Enlace afirmou um perfil próprio que conquistou respeito entre os delegados e deu corpo de coerência à sua “bancada”. A presença limitada na executiva do PSOL é um preço baixo a pagar pelo prestígio e pela confiança com que os militantes da Quarta Internacional saem do congresso. Elas serão o mais importante no próximo período, em que é o peso real de cada corrente que conta para responder ao objectivo de erguer um movimento de massas contra o governo Lula.

Este balanço político é tanto mais relevante quanto, até ao Congresso, os níveis de integração política dos militantes do Enlace eram bastante baixos, muito em função dos recuos organizativos resultantes da perda mandatos. De resto, muitos delegados e delegadas do Enlace eram bastante jovens, tornando-se o congresso num momento também de reconhecimento mútuo e unificação de militantes. Assim, o Congresso resulta num poderoso ponto-de-partida para uma reforço dos laços organizativos da corrente.

Nota final. As relações de Heloísa com a Quarta Internacional não foram, claro está, matéria do Congresso, nem das plenárias do Enlace. Como militante da Quarta Internacional presente no Congresso, opino que devemos valorizar as afinidades essenciais e a convergência estratégica, mais ainda quando se trata de uma dirigente da estatura de Heloísa Helena, cujo percurso nos honra e identifica internacionalmente e cujo contributo é sempre desejado nos nossos debates. Não tenho dúvidas de que, passado o calor das polémicas congressuais, este sentimento é profundamente partilhado pelos camaradas do Enlace. E a própria Heloísa Helena, aliás, em conversa com um dirigente do Enlace depois do Congresso, declarou que pretende manter sua militância na Quarta Internacional.

* Jorge Costa é dirigente do Bloco de Esquerda

ELEIÇÃO DA EXECUTIVA NACIONAL DO PSOL

TESE E FORÇAS DE SUSTENTAÇÃO	NÚMERO DE DELEGADOS VOTANTES	PERCENTAGEM
GRUPO DE SOROCABA (SP)	14	1,9 %
ALTERNATIVA SOCIALISTA	30	4,1 %
CSOL	51	7,0 %
ENLACE	83	11,4 %
CST	92	12,6 %
APS	194	26,6 %
MES/MTL	264	36,3 %
TOTAL DE VOTOS	728	100%

A CHAPA mais votada foi o bloco MES-MTL-APS-Milton Temer (com apoio de outros “independentes” do Rio de Janeiro), com 467 votos. 11 membros na Executiva: Heloísa e Mário Agra (“cota da Heloísa”), 4 da

APS, 5 do MES-MTL. O Milton Temer não entrou na Executiva, mas será o Presidente da Fundação do partido.

A segunda chapa foi o que podemos chamar de “bloco de esquerda”: CST (maior força na chapa), Plínio-CSOL, e grupos menores (alguns não apenas esquerdistas, mas mais sectários do que a CST), com 174 votos. 4 membros na Executiva: provavelmente 2 da CST e 2 do CSOL.

A terceira foi o Enlace e amigos muito próximos, com 78 votos. 2 membros na Executiva. (Dos 83 votos na tese, o Enlace perdeu cinco na chapa. Três foram de “independentes do Rio de Janeiro” (entre eles, o deputado federal Chico Alencar), que votaram na chapa majoritária (sendo que o Chico Alencar não quis entrar na direcção).

A quarta, um grupo independente de Sorocaba (SP), teve 14 votos.

Sabias que
a edição
electrónica*
desta revista
está disponível
gratuitamente
na internet?

www.combate.info



site da associação política socialista revolucionária

informação alternativa # biblioteca marxista

arquivo das edições da revista

* Documento pdf.

A versão online desta edição inclui
mais artigos do que a revista